

CADERNOS DO  
**terceiro  
mundo**

Projetão  
Começo de  
conversa?

Publicação Mensal nº 138 • Cr\$ 450,00 • Boa Vista, Manaus Cr\$ 585,00 • Ano XIII

**NEOLIBERALISMO**

**A FANTASIA  
E A  
REALIDADE**

Carnaval na Passarela do Samba  
Rio de Janeiro  
Brasil



# Um dos mais belos cartões-postais do Brasil tem a assinatura da Riocop.

Desde 1984 o carnaval mais famoso do Mundo tem um espaço próprio para mostrar sua beleza: a Passarela do Samba (Sambódromo), no Rio de Janeiro. A Riocop teve uma grande participação na construção deste verdadeiro monumento da arte mais popular do Brasil. Fornecendo



“know-how” e tecnologia exclusiva para utilização de pré-moldados de argamassa armada. Agora, a Riocop está exportando esta mesma tecnologia para os países do III Mundo. A Passarela do Samba é apenas um exemplo das aplicações que podem ser feitas através do processo revolucionário da arga-



massa armada. Além do custo, muito mais baixo que as estruturas convencionais de concreto armado, o sistema permite mais agilidade na montagem e uma adequação perfeita a qualquer tipo de terreno. Veja, abaixo, algumas aplicações da tecnologia da Riocop na construção de escolas, abrigos,



postos de saúde e centros comunitários.

Para maiores informações e detalhes, escreva para o nosso endereço e solicite, grátis, um folheto. BR 101, Km 1 - Rod. Rio-Santos - Santa Cruz - RJ - CEP 23560 - Brasil.

Riocop: tecnologia de I Mundo para todos os povos em desenvolvimento.



## **RIOCOP**

COMPANHIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

FÁBRICA DE EQUIPAMENTOS URBANOS E PRÉ-MOLDADOS  
BR 101 - Km 1 - Rodovia Rio-Santos - Santa Cruz - Rio de Janeiro  
CEP: 23560 - Tel.: (021) 395-4550 - FAX: (021) 395-3965

Assine

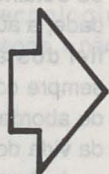
CADERNOS DO

# terceiro mundo

## Presente o ano inteiro pra você e os amigos.

*Brinde Especial*

Traga 3 amigos como assinantes e ganhe



1 assinatura anual de cadernos ou livros\* no valor de 1 assinatura

\* Escolha os livros no "Caderno Postal" e assine no cupom do remetente

### PREÇOS COM DESCONTO

COMPARE E APROVEITE:

Preço de Banca: Cr\$ 450,00  
12 edições : Cr\$ 5.400,00  
Assinatura anual: Cr\$ 4.600,00

24 edições : Cr\$ 10.800,00  
Assinatura 2 anos: Cr\$ 8.100,00

Assinatura anual por Reembolso Postal: Cr\$ 5.400,00  
Assinatura 2 anos por Reembolso Postal: Cr\$ 10.000,00

Validade: até 30.04.1991

Preencha os cupons em letra de forma conforme sua opção de pagamento e envie para a Editora Terceiro Mundo Ltda. Rua da Glória, 122 Gr. 105 a 106 - Rio de Janeiro RJ - CEP 20241 - Tel.: (021) 252-7440.

Assinatura: ( ) 1 ano ( ) 2 anos

Nome.....  
Endereço.....  
Bairro..... Cidade:.....  
Estado:..... CEP:..... Tel.:.....  
Profissão:.....

Assinatura: ( ) 1 ano ( ) 2 anos

Nome.....  
Endereço.....  
Bairro..... Cidade:.....  
Estado:..... CEP:..... Tel.:.....  
Profissão:.....

Assinatura: ( ) 1 ano ( ) 2 anos

Nome.....  
Endereço.....  
Bairro..... Cidade:.....  
Estado:..... CEP:..... Tel.:.....  
Profissão:.....

#### CUPOM DO REMETENTE

Assinatura: ( ) 1 ano ( ) 2 anos

Nome.....  
Endereço.....  
Bairro..... Cidade:.....  
Estado:..... CEP:..... Tel.:.....  
Profissão:.....  
Brinde:.....

Assinale a forma de pagamento do(s) seu(s) pedido(s)

- ( ) Cheque(s) nominal(is) em anexo;
- ( ) Vale Postal - Ag. Lapa;
- ( ) Pagarei por Reembolso Postal
- ( ) Autorizo débito no meu CREDICARD do valor referente ao meu pedido
- ( ) Autorizo débito no meu CREDICARD dos pedidos referentes aos meus amigos em nº de ..... pedidos anexos

Cartão Nº

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Data:...../...../.....

Assinatura do comprador

# CADERNO POSTAL

Peça por cupom  
ou disque  
(021)252-7440



## O PILÃO DA MADRU- GADA

Neiva Moreira  
(Depoimento a José Louzeiro) - 2ª Edição

Os repórteres são os narradores do cotidiano e do futuro. Nos salões iluminados das conferências de chefes de Estado, nas vielas das guerrilhas, nas catástrofes e no **front** das guerras declaradas, lá estão eles, testemunhas da História.

Este livro é a reportagem com um desses repórteres: Neiva Moreira. Aqui, na mais longa entrevista que já concedeu, Neiva dá o testemunho do que viu e participou, fala da sua inquietação, do inconformismo diante das injustiças, do fascínio pela informação e, por que não dizer, pelo perigo.

Neste depoimento, ele narra episódios marcantes e, com visão política e linguagem de repórter, permite ao leitor conhecer e avaliar fatos não apenas desconhecidos

mas, sobretudo, tergiversados na "história oficial".

464 p.  
José Louzeiro  
E-208 Cr\$2.300,00



## ALBÂNIA

O mosteiro Vermelho  
Edouard Bailby

Trancada dentro das suas fronteiras, adversária declarada das orientações ideológicas do Partido Comunista soviético, depois da morte de Stálin em 1953, a Albânia não tem uma situação comparável ao resto do Leste europeu. Não há nenhuma oposição interna organizada frente ao aparelho do Estado. No exterior, os movimentos hostis ao regime carecem de força real.

Os dirigentes de Tirana continuam firmes na sua convicção de que os últimos acontecimentos na União Soviética e no Leste europeu são a conseqüência direta da política "revisionista" inaugurada por Nikita Kruschev. "O socialismo perdeu uma batalha mas não perdeu a guerra", declarou à imprensa

Xenophon Nuschi, embaixador da República Popular Socialista da Albânia em Paris. Pouco antes, o Partido do Trabalho da Albânia reafirmou claramente as suas posições marxistas-leninistas, rejeitando qualquer forma de multipartidarismo e sublinhando novamente o papel "fundamental" do partido na edificação do socialismo.

80 p.  
E-224 Cr\$ 1.100,00

## CUBA: IMPRESSÕES DE UM TURISTA

Dilma Bittencourt

O livro leva-nos à ilha de Fidel sem se perder em teses sociológicas. Com riquezas de detalhes e rara sensibilidade, a autora faz descrição fiel dos acontecimentos, sempre com a preocupação de abordar aspectos sociais da vida do povo cubano.

Leitura importante para a compreensão da luta de um país do Terceiro Mundo para erradicar a fome, a miséria, a violência urbana e rural, o lenocínio, o desemprego, o tráfico de tóxicos e o analfabetismo. O livro é uma homenagem ao povo cubano que mostrou ao mundo a possibilidade de se estabelecer uma sociedade mais humana e mais justa. 95 pág.

E-228 Cr\$ 1.800,00



## CANUDOS: A Guerra Social

Edmundo Moniz  
É a primeira história geral sobre o movimento sertanejo, na Bahia, que mobilizou o país inteiro e teve o seu ponto culminante do final do século XIX.

Edmundo Moniz ocupou-se das origens do movimento, de seu aspecto econômico e social, do seu sentido utópico, das expedições militares, mostrando o que ele significava na vida estadual e nacional. 307 pág.  
E-170 Cr\$ 2.500,00

## CHE - PARRA

Latino América  
Piedade Carvalho

"Ler este livro de Piedade Carvalho é mergulhar fundo numa sinfonia brilhante, onde cada instrumento aparece com a nitidez de uma estrela, iluminando nossa consciência e nosso coração, acordando no mais escuro compartimento de nosso ser a nossa quase mo-



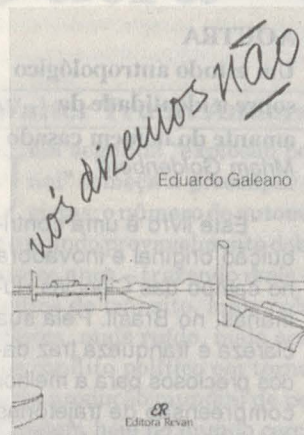
ribunda esperança.

Uma catarsis psico-histórico-musical-revolucionária. E de novo a vontade de recolocar na vitrola os discos de Parra, e de novo a vontade de repor na parede o poster de Che." Sérgio Ricardo - 100 p.

E-223 Cr\$ 1.300,00

## NÓS DIZEMOS NÃO

Eduardo Galeano



A esquerda acabou? E a história, também acabou? Ainda é possível falar em socialismo? Cuba merece, nos dias de hoje, algum interesse, algum respeito? As ideologias acabaram? Quem ensina impunidade aos jovens latino-americanos? Pode existir dignidade na miséria? O que está acontecendo com o mundo?

Essas – e muitas outras – perguntas povoam as preocupações deste nosso intenso cotidiano. A história atropela o calendário e muita gente corre o risco de perder rumo. Sonhos e esperanças parecem prestes a serem triturados num turbilhão de novidades nem sempre claras. E é nestes momentos de assombro e dúvidas que escritores como Eduardo Galeano tornam-se vozes fundamentais. Nos textos reunidos neste livro o autor mostra-se um analista de olhar certo, acendendo chamas e apagando equívocos.

88p.

E-226 Cr\$ 1.150,00

## ECOLOGIA:

alternativa para o futuro  
Walter e Dorothy Schwarz

Como é possível nos libertarmos da agressão que nos ameaça com a guerra nuclear? do industrialismo que impõe a noção do cada vez mais e do cada vez maior – e assim esgota os recursos do mundo e destrói o meio ambiente?

Como é possível nos libertarmos da dependência em relação a padrões, serviços de saúde, autoridades em educação, governos?

Como é possível abrir caminhos e chegar a uma economia que valorize mais a qualidade que a quantidade? a uma tecnologia adequada às pessoas, e não



imposta por governos e empresas multinacionais? Como ter vidas mais simples e mais ricas, que se harmonizem com a natureza e com o Terceiro Mundo? Como viver em comunidades que se encarreguem elas próprias da saúde, da educação, do meio ambiente e da cultura?

196 p.

E-227 Cr\$ 2.200,00

## ABATALHA DOS TRILHOS

Bases Para Uma Política  
Nacional De Transporte  
Francisco Cunha Jr.

Este livro bate numa velha tecla. Aprende-se nos bancos escolares que o Brasil tem que substituir a



rodovia pela ferrovia e hidrovia, meios de transportes mais econômicos. Isto todo mundo sabe, mas nada é feito para solucionar o problema.

O que não se aprende na escola, e o próprio autor desconhecia, é que as economias possíveis superam 3% do PIB. O desperdício não envolve apenas a diferença no custo do transporte de produtos essenciais, mas também vários subsídios ao transporte rodoviário, além do investimento em novas fontes energéticas para suprir um consumo dispensável.

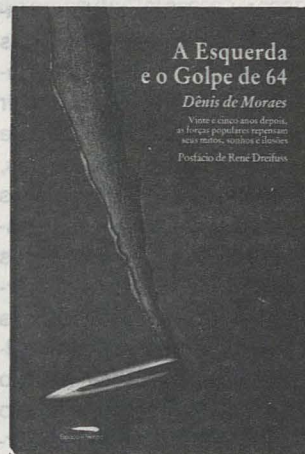
A eliminação desse desperdício é fundamental para uma nação que tem que crescer por seus próprios meios, pois sabe que nada deve esperar da comunidade internacional. Francisco Cunha Jr. é engenheiro de aeronáutica, formado pelo ITA em 1961, ano em que ini-

ciou carreira profissional sempre voltada à implantação de sistemas viários. 94 p.  
E-211 Cr\$ 1.000,00

## A ESQUERDA E O GOLPE DE 64

Dênis de Moraes

O autor reexamina criticamente o papel das forças de esquerda no processo que culminou com a deposição do presidente João Goulart. Uma das atrações do livro são as entrevistas inéditas com líderes das principais correntes de esquerda do período 1960-1964 com re-



velações a respeito de fatos até hoje controversos.

Entre os depoimentos polêmicos, estão os de Leonel Brizola, Almino Afonso, Waldir Pires, Darcy Ribeiro, Luiz Carlos Prestes, Sérgio Magalhães, Francisco Julião, Gregório Bezerra, Herbet de Souza (Betinho), Hércules Corrêa, Celso Furtado e Neiva Moreira, além de oficiais nacionalistas que se alinhavam com Jango, como o general Nelson Werneck Sodré, o capitão Eduardo Chuahy e os brigadeiros Francisco Teixeira e Rui Moreira Lima. 379 p.

E-202 Cr\$1.800,00

**DESENVOLVIMENTO E CONVERGÊNCIA**  
Celso W. Bueno



Adotem a rota do socialismo, ou do capitalismo, os países do Terceiro Mundo jamais chegarão a reproduzir os padrões de produção e de consumo das nações ricas, simplesmente porque esses padrões dependem de transferências de recursos vindos dos próprios países do Terceiro Mundo, a baixos preços, o que obriga aí baixos salários. O único desenvolvimento viável é o que otimize o uso dos recur-

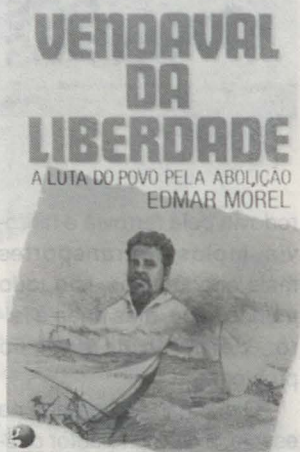
sos naturais e humanos de cada região, do que resultarão padrões sóbrios, equilibrados social e ambientalmente.

Celso W. Bueno foi durante 10 anos membro da equipe técnica das Nações Unidas. É hoje professor da Fundação Getúlio Vargas. 242 p.

E- 214 Cr\$2.600,00

**VENDAVAL DA LIBERDADE**  
A luta do Povo pela Abolição

Edmar Morel



Neste seu livro, Edmar Morel reconstitui o papel desempenhado pelo jangadeiro Francisco José do Nascimento, cognominado o DRAGÃO DO MAR, no contexto da luta pela abolição da escravidão no Brasil.

Estudo objetivo e seguro, mas com entusiasmo, o que dá à sua leitura especial interesse. VendaVal da Liberdade é uma obra que revela a ação de um bravo pioneiro no grande combate contra a exploração do trabalho escravo, ainda existente em tantos recantos do mundo, principalmente naqueles em que Imperialismo ou governos impopulares exercem a sua poderosa e opressiva dominação. 217 pág.

E-171 Cr\$ 1.650,00

**A FACE OCULTADA DA DROGA**  
Rosa del Olmo

O que existe por trás deste comércio ilegal? Qual é o outro lado do tráfico? O que está além das entrelinhas do noticiário que o grande público não percebe? Estas são

questões que Rosa del Olmo levanta e discute em **A face oculta da droga**. 87 p.

E-212 Cr\$1.360,00

**AOUTRA**  
Um estudo antropológico sobre a identidade da amante do homem casado  
Miriam Goldenberg

"Este livro é uma contribuição original e inovadora no campo das Ciências Humanas, no Brasil. Pela sua clareza e franqueza traz dados preciosos para a melhor compreensão de trajetórias de mulheres que vivem em período turbulento, de óbvias transformações no campo da moral, das relações amorosas e da família.

Este material só poderia ter sido coletado por pesquisadora dedicada e sensível. Ao analisar seus dados, Miriam Goldenberg levanta questões que abrem caminho para novas pesquisas. Como todo trabalho pioneiro, este terá, forçosamente, desdobramentos." Gilberto Velho - 84 pág.

E-222 Cr\$ 1.080,00

• Desejo receber pelo reembolso postal os livros assinalados, com descontos que tiver direito.

( ) assinante ( ) não-assinante

Nome .....

Endereço .....

Bairro ..... Cidade.....

Estado ..... CEP ..... Tel.....

Profissão .....

Assinatura .....

CÓDIGO	QUANTID.	CÓDIGO	QUANTID.	CÓDIGO	QUANTID.	CÓDIGO	QUANTID.	CÓDIGO	QUANTID.

DESCONTOS

- 5% para assinantes ou
- 10% para pagamento antecipado de assinantes e não-assinantes

ATENÇÃO

- Se, por motivo de insuficiência de estoque, faltar algum livro de seu pedido, a entrega será feita parcialmente e complementada posteriormente.

VALIDADE 30.04.91

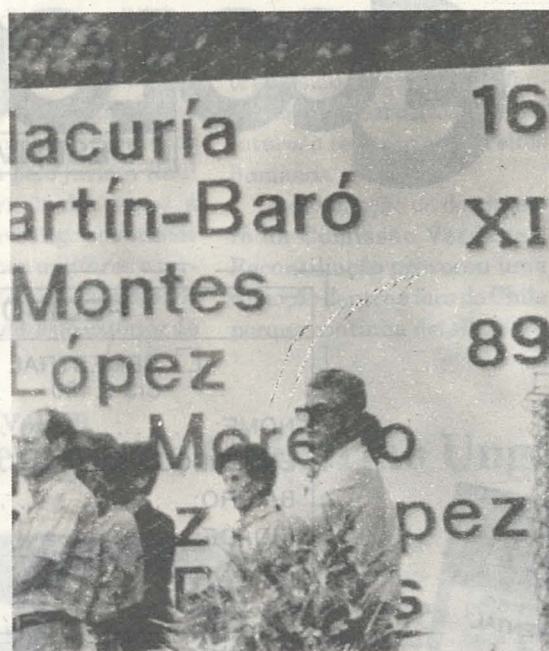
APÓS A DATA DA VALIDADE, COBRAREMOS PREÇOS ATUALIZADOS

Editora Terceiro Mundo Ltda. - Rua da Glória 122 - gr. 105 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20241 Tel.: (021)252-7440

<b>3 PANORAMA</b>	
<b>8 CARTAS</b>	
<b>10 ORIENTE MÉDIO</b>	
<b>Iraque:</b> entre Versalhes e um novo Plano Marshall	10
O difícil pós-guerra	13
A rebelião dos xiitas	16
O fantasma do racismo na Europa	18
<b>20 ÁFRICA</b>	
<b>África do Sul:</b> O racismo não está morto	20
<b>24 AMÉRICA LATINA</b>	
<b>Peru:</b> A encruzilhada de uma democracia pobre	24
<b>América Central:</b> O martírio dos jesuítas	28
<b>31 MEIO AMBIENTE</b>	
Uma segunda explosão populacional	31
<b>32 INFÂNCIA</b>	
A lenda da mutilação de crianças	32
<b>35 MINORIAS</b>	
<b>EUA:</b> O falso paraíso	35
<b>36 ESPECIAL</b>	
Geopolítica: A "Nova Ordem Internacional"	36
<b>41 SUPLEMENTO BRASIL</b>	
<b>42 GOVERNO</b>	
Projeto consolida propostas de Collor	42
<b>44 MATÉRIA DE CAPA</b>	
Ricos nacionalistas querem pobres neoliberais	44
<b>48 MEIO AMBIENTE</b>	
O campo contra o eucalipto	48
Ajudando a natureza	50
<b>52 CULTURA</b>	
O bicho chamado carnaval	52
<b>55 SAÚDE</b>	
Novos tempos de cólera	55
<b>56 PANORAMA NACIONAL</b>	
<b>60 OPINIÃO</b>	
O diálogo democrático	60
Capa: Pedro Toste	



A guerra do Golfo serviu para revelar a eficácia de novas tecnologias bélicas, mas não encontrou solução para os graves problemas da região



Apesar dos riscos, a ordem dos jesuítas atrai na América Central novos recrutas para sua missão social junto aos pobres



O chamado Projeto não conseguiu ainda eliminar as dúvidas quanto a sua viabilidade, principalmente por apontar numa direção que contradiz a orientação neoliberal, que marca o governo Collor

O Rio de Janeiro vai sediar em junho de 1992 a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, uma reunião planetária de debate sobre as questões ecológicas.

E a revista **Ecologia e Desenvolvimento**, lançada em março, pela Editora Terceiro Mundo, pretende contribuir para a análise e divulgação dos grandes temas desse encontro histórico.

A ECOLOGIA SERÁ UM DOS TEMAS DOMINANTES NOS ANOS 90.

ASSINE 

# ECOLOGIA

E DESENVOLVIMENTO



## PEDIDO DE ASSINATURA

SEMESTRAL  
Cr\$ 2.430

ANUAL  
Cr\$ 4.860

NOME: .....  
ENDEREÇO: .....  
BAIRRO: .....  
CIDADE: ..... CEP: .....  
ESTADO: ..... TEL: .....  
PROFISSÃO: .....

## PEDIDO DE ASSINATURA

SEMESTRAL  
Cr\$ 2.430

ANUAL  
Cr\$ 4.860

NOME: .....  
ENDEREÇO: .....  
BAIRRO: .....  
CIDADE: ..... CEP: .....  
ESTADO: ..... TEL: .....  
PROFISSÃO: .....

Editora Terceiro Mundo Ltda. - Rua da da Glória, 122, Grupos 105 / 106 - Glória - 20241 Rio de Janeiro - RJ  
Telefone: (021) 252-7440 - Telex (021)33054 CTMB-BR





O jurista Raul Rettig entrega ao presidente Aylwin o relatório

## CHILE A hora da verdade

“Em nome da nação, na qualidade de presidente da República, peço perdão aos familiares das vítimas”. Patricio Aylwin, presidente do Chile, pronunciou essa frase histórica no dia 4 de março, em Santiago. Um pouco antes, tinha sido divulgada uma lista com os nomes de 2.279 pessoas assassinadas, entre as quais dois brasileiros, e quase

mil desaparecidas durante os 16 anos de ditadura militar.

O documento foi elaborado pela Comissão de Verdade e Reconciliação, integrada por nove personalidades chilenas e presidida pelo jurista Raul Rettig. Durante dez meses, a comissão investigou os crimes cometidos por militares e serviços de inteligência chilenos dentro do país e no exterior de

1973 a 1989. O presidente Aylwin enviou ao Congresso um projeto de lei que propõe a indenização das famílias das vítimas e solicitou à Corte Suprema de Justiça a abertura de um processo para determinar os nomes de todos os responsáveis pelos crimes denunciados. O presidente determinou, também, que o paradeiro dos quase mil desaparecidos deverá ser estabelecido com ajuda das forças armadas e dos Carabineiros e criou um organismo específico, o Defensor do Povo, para fiscalizar, no futuro, o respeito aos direitos humanos.

A divulgação do documento da Comissão Verdade e Reconciliação provocou uma comoção dentro e fora do Chile porque continha detalhes dos

métodos de tortura e assassinato utilizados pelos militares. Muitos dos opositores mortos foram lançados ao mar, enterrados em covas clandestinas ou dinamitados. O informe confirma que a extinta Direção Nacional de Inteligência (Dina) formou uma rede internacional para a repressão dos chilenos no exílio. Para isso, contou com a ajuda dos serviços secretos do Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Estados Unidos.

Como reação, alguns partidos políticos de esquerda, grupos de defesa dos direitos humanos e até o ministro da Educação, Ricardo Lagos, pediram a renúncia do general Pinochet do cargo de comandante-em-chefe do exército.

Três dias depois da divulgação do relatório, 40 generais emitiram um comunicado manifestando “irrestrita solidariedade” ao comandante-em-chefe.

## EL SALVADOR O exemplo de Guillermo Ungo

Em 28 de fevereiro morreu na Cidade do México, onde estava se tratando de uma longa doença cardiovascular, o dirigente socialista salvadoreño Guillermo Ungo. Seu enterro, em San Salvador, foi acompanhado por uma multidão. Ungo era secretário geral do Movimento Nacional Revolucionário, social-democrata, e um dos vice-presidentes da Internacional Socialista (IS).

O presidente de El Salvador, Alfredo Cristiani, diplomatas estrangeiros e funcionários do governo participaram do enterro de Ungo. Uma delegação da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) foi impedida de assistir à cerimônia, apesar de ter lugares reservados.

A contribuição de Ungo para a redemocratização e pacificação de sua pátria foi reconhecida dentro e fora de El Salva-



Guillermo Ungo

dor. Luís Ayalá, chileno, representante da Internacional Socialista (IS), disse em San Salvador que o trabalho de pessoas como Ungo e Hector Oquell – subsecretário do MNR, assassinado em princípios de 1990 na Guatemala junto com Hilda Flores – permitiria que “a democracia triunfe finalmente em El Salvador”.

Em 10 de março, poucos dias depois do enterro do dirigente social-democrata, houve eleições legislativas e municipais em todo o país. Em primeiro lugar ficou a

oficialista Aliança Republicana Nacionalista (Arena), com 44% dos votos, seguida pelo Partido Demócrata Cristão (PDC), com 27% e em terceiro lugar, contando entre 12% e 15% dos votos, o grupo de esquerda Convergência Democrática.

Este avanço notável da esquerda teria permitido, pela primeira vez, que estivessem representados no Congresso a direita, o centro e a esquerda, o que teria estimulado as negociações de paz entre o governo e a guerrilha.

Esta perspectiva, no entanto, se viu frustrada pelo inesperado anúncio oficial dos resultados, colocando em terceiro lugar uma força de direita próxima à Arena. Os dirigentes da Convergência Democrática denunciaram que um processo de fraude estava em marcha e disseram que podiam chegar a desconhecer a legitimidade da eleição.

## O DIREITOS HUMANOS assassinato de jornalistas

O Comitê de Proteção aos Jornalistas (CPP) denunciou em meados de março, em Washington, que durante o ano de 1990 foram assassinados em diversas partes do mundo 32 jornalistas e 99 foram presos no exercício da profissão.

No relatório anual "Ataques à imprensa", o comitê – que funciona em Nova Iorque desde 1981 – recolheu mais de 900 casos de prisão e assassinato de trabalhadores da comunicação social em mais de 100 países do mundo. A morte como meio brutal de censura é utilizada, de acordo com o informe, em 17 países, entre os quais figuram a Colômbia, Filipinas, Sudão e Turquia.

Sonia Goldenberg, diretora executiva do CPP, disse que as restrições impostas à imprensa durante a guerra do Golfo e as pressões a que foram submetidos os jornalistas credenciados na área "são só um pequeno exemplo dos perigos a que se expõem os jornalistas no exercício de sua profissão".

No Paquistão, denunciou o CPP, o correspondente da agência de notícias Reuters, da Inglaterra, Mansoon



Jornalista colombiana ferida em um atentado

Khan, morreu em junho, dias depois de vários homens terem invadido sua casa, o espancaram e atiraram ácido em seu corpo, causando queimaduras de tal gravidade que ele não resistiu.

O editor do jornal *Northern Sierra Madre Express*, das Filipinas, Reynaldo Catindig, foi assassinado em 15 de maio depois de ter tentado fotografar agentes da Empresa de Transporte Terrestre, suspeitos de estarem implicados na extorsão de motoristas de táxi.

Na Colômbia, desde a morte de Guillermo Cano, editor do jornal *El Espectador*, dezenas de jornalistas têm sido ameaçados, submetidos a torturas, sequestros e mortes por organizações paramilitares financiadas pelo narcotráfico, denuncia o relatório. "A morte, o sequestro e o exílio são as opções que enfrentam os jornalistas colombianos que cobrem o tráfico de drogas", assinala também o documento.



Indonésia: polícia reprime ato pela independência de Timor

## TIMOR LESTE Síndrome do Kuwait

A guerra do Golfo contribuiu, involuntariamente, para tirar do esquecimento o caso de Timor Leste, pequeno país invadido e anexado pela Indonésia poucos meses depois de sua independência de Portugal, em 1975. Depois do conflito armado contra o Iraque, o governo de Lisboa, que continua sendo reconhecido pela ONU como administrador legal de Timor, decidiu sair de um prolongado silêncio e apresentar perante a Corte Internacional de Justiça de Haia uma queixa contra a Austrália. Este país acaba de assinar com a Indonésia um tratado de exploração dos recursos marinhos de Timor, incluindo importantes jazidas de petróleo.

"Do ponto de vista político e jurídico, a queixa de Portugal é muito importante, pois é a primeira vez desde a invasão da Indonésia que Portugal toma uma posição de força e em relação a um país tão poderoso como a Austrália", manifestou em Lisboa o dirigente timorense José Ramos Horta.

A guerra do Golfo levou diversos políticos e analistas

européus a estabelecerem analogias com o caso de Timor-Leste. A queixa apresentada pelo governo de Mario Soares contribuiu muito para reacender o interesse pelo tema.

Depois da invasão de Timor e de sua anexação pela Indonésia, em 1975, o Conselho de Segurança da ONU emitiu a Resolução 384, na qual "deplora a invasão e exige a retirada da Indonésia de Timor", da mesma forma que no caso do Kuwait. Porém, como disse Ramos Horta, "ninguém moveu um dedo em favor de Timor-Leste para fazer cumprir essa resolução, o que demonstra o uso de dois pesos e duas medidas e a hipocrisia dos Estados Unidos e demais países ocidentais".

O dirigente lembrou que organizações internacionais de direitos humanos denunciavam que 200 mil pessoas foram mortas pelas tropas do presidente indonésio, general Suharto, em Timor, cuja população total era de 630 mil habitantes. "Trata-se de um genocídio sem precedentes, ainda mais grave que o do Camboja", assinalou.

## TAILÂNDIA Golpe militar

Um golpe militar derrubou no dia 23 de fevereiro o primeiro-ministro da Tailândia, Chatichai Choonavan. Ele foi preso no aeroporto da capital, Bangcoc, ao tentar fugir para o norte do país. Não houve resistência.

O governo foi assumido por uma junta militar, auto-denominada Comando Nacional de Pacificação, formada por membros do exército, marinha, aeronáutica e pelo chefe da polícia nacional. A lei marcial foi imposta no país, o Congresso dissolvido, a Constituição, em vigor desde 1978, foi abolida e os jornais e a televisão estão sob censura. Este é o décimo-sexto golpe de estado na Tailândia desde 1932, quando a monarquia absoluta foi abolida no país.

O chefe do exército, general Suchinda Kaprayoon, garantiu a convocação de eleições dentro de seis meses. Chatichai, eleito em 1988, tinha um relacionamento tenso com as forças armadas. Ele tentou remodelar o sistema político e equilibrar melhor o poder entre os ministros civis e militares.



Chatichai Choonavan (no alto): derrubado pelas forças armadas

As forças armadas tailandesas aumentaram sua participação política durante os 14 anos de ocupação militar dos Estados Unidos no país, entre 1961 e 1975. O chefe do exército, general Kaprayoon, afirmou que o novo governo da Tailândia respaldaria a volta do Khmer Vermelho ao poder no vizinho Camboja. O Khmer Vermelho governou esse país entre 1975 e 1979. Neste período, calcula-se que 4,5 milhões de pessoas tenham morrido em campos de trabalho forçado e na guerra contra

o Vietnã. Em 1978, foi criada a Frente Unida para a Salvação do Camboja que, apoiada pelo regime vietnamita, derrubou do poder o chefe do Khmer, Pol Pot, em 1979. Exilado na China, Pol Pot passou a receber armas dos militares da Tailândia.

O primeiro-ministro deposto, Chatichai Choonhavan, disse que queria "trocar o campo de batalha que é a Indochina pela praça de mercado".

Chatichai desejava transformar a Tailândia no centro

comercial da região e para isso precisava de paz. Ele levou o primeiro-ministro do Camboja, Hun Sen, a participar das conversações de paz com a guerrilha do Khmer Vermelho, em Paris, Jacarta e Bangcoc.

Mas, Hun Sen afirmou, uma semana antes do golpe na Tailândia, que não assinaria nenhum acordo feito pela ONU que permitisse a volta de Pol Pot ao governo do Camboja. Agora, os militares tailandeses devem aumentar a ajuda ao Khmer Vermelho e intensificar as ações militares na fronteira da Tailândia com o Camboja.

As reações internacionais foram desfavoráveis ao golpe militar na Tailândia. A Comunidade Econômica Européia (CEE) exigiu a retirada das forças armadas tailandesas do governo e a volta de Chatichai ao poder, sob pena de suspender a ajuda financeira.

A Tailândia é o país que mais se beneficia com a ajuda da CEE à Associação dos Países do Sudeste Asiático (Asean), tendo recebido 204 milhões de dólares, entre 1976 e 1987.

## MOÇAMBIQUE Novo partido

Dissidentes da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), partido no governo, encabeçados por Victor Marcos Saene, anunciaram a meados de março em Maputo a criação do partido Congresso Independente de Moçambique (Coinmo) e sua disposição de participar das primeiras eleições pluripartidárias que venham a se realizar no país.

O Coinmo é o terceiro grupo que se organiza legalmente em Moçambique desde o início do processo de institucionalização do pluralismo político, em novembro passado. Outros grupos, como a União Nacional Moçambicana (Unamo) e o Partido Li-

beral de Moçambique (Palmo), já funcionam abertamente e foram os primeiros a pedir o seu registro.

Segundo Saene, o novo partido defenderá uma posição que "expresse os valores próprios de uma nação, sem cair no comunismo, nem no capitalismo". O dirigente disse que o Coinmo representa muitos exilados residentes no Quênia e que conta inclusive com simpatizantes dentro de Moçambique.

Saene propôs a formação de um governo de transição capaz de acabar com os argumentos usados pela Renamo para solicitar e obter apoio militar e financeiro de países como os Estados Unidos. "A Renamo (Resistência Nacional Moçambicana) não tem nenhuma razão para destruir a economia do país, mas a presença apenas da Frelimo no governo é o pretexto que mantém essa organização em atividade".

## ÍNDIA Eleições antecipadas

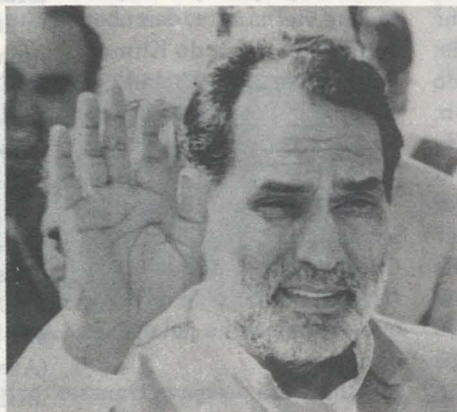
O primeiro-ministro socialista Chandra Shekhar, da Índia, renunciou no dia 6 de março passado, após haver permanecido pouco mais de três meses no cargo. Durante as duas últimas semanas de sua gestão, insistentes rumores previam o fim do apoio do ex-primeiro-ministro Rajiv Gandhi, do Partido do Congresso, ao partido de Shekhar, o Janata Dal (socialista), respaldo que lhe dava maioria suficiente para governar.

O rompimento do acordo entre os dois partidos se concretizou, de fato, com a decisão dos parlamentares do partido de Rajiv Gandhi de boicotar as sessões do Congresso nos dias 4 e 5 de março. Essa situação levou o chefe de Estado, presidente Ramaswamy Venkataram, a dissolver o Parlamento e convocar eleições antecipadas, uma vez que Gandhi rejeitou a proposta de formar um novo governo, que lhe foi feita como líder do partido majoritário.

Shekhar e Gandhi mantinham, desde novembro do ano passado, o que os meios de imprensa qualificavam de "casamento por conveniência". O objetivo era afastar o então primeiro-ministro Vishwanath Pratap Singh.

Formalmente, o "divórcio" ocorreu quando Gandhi descobriu, em 4 de março, que sua casa estava sendo mantida sob vigilância policial. Os parlamentares do Partido do Congresso exigiram uma "ação adequada" do governo contra essa medida e passaram a boicotar as sessões.

Na verdade, durante todo o tempo, foi muito difícil para Shekhar governar com o frágil apoio dos parlamentares socialistas, dependendo, na prática, dos 211 deputados do Partido do Congresso.



Shekhar: governo efêmero

## BANGLADESH Cofres vazios

Análises extra-oficiais da Comissão de Planejamento de Bangladesh indicaram que a dívida externa desse país, re-

centemente calculada em pouco mais de três bilhões de dólares, aumentou para 10 bilhões. O dado fez crescer na mesma proporção as estimativas de que o governo interino do presidente Shaha-



Os militares absorvem 25% do orçamento do Estado

buddin Ahmed não poderá evitar o processo de estagnação econômica.

As reservas de moeda estrangeira ficaram praticamente esgotadas após a guerra no Golfo, como consequência da suspensão das remessas de trabalhadores bengaleses que residiam no Kuwait e no Iraque. Ao mesmo tempo, as despesas com o envio de soldados à Arábia Saudita, como parte da aliança multinacional que lutou contra Saddam Hussein, deixou os cofres públicos quase vazios.

Entre as primeiras medidas da sua gestão, Shahabuddin Ahmed nomeou uma comissão encarregada de reduzir os gastos militares. Nos últimos anos, Bangladesh gastou, direta ou indiretamente, 25% do seu orçamento nas forças armadas.

Em 1982 os gastos com a defesa cresceram 18%, enquanto o orçamento para obras civis teve um aumento de 14%. Essas proporções se mantiveram até o fim do ano passado. Segundo a comissão nomeada por Ahmed, grande parte do dinheiro destinado à construção de pontes, estradas ou casas populares era utilizado para fazer mansões para militares de altas patentes e ampliar quartéis.

Bangladesh, com seus quase 110 milhões de habitantes e renda per capita anual de 170 dólares, é considerado um dos países mais pobres do mundo, sendo que a ajuda externa constitui uma das bases para o seu desenvolvimento. Em 1990, a ajuda vinda do exterior constituiu quase 60% da arrecadação total do Estado.

# COISAS DE VALOR

*Para o Mercantil, o seu bem-estar e a sua tranqüilidade são da maior importância. E, para facilitar sua vida, o Mercantil oferece todos os produtos e serviços de que você precisa. As melhores opções de aplicação, facilidades no crédito e assessoria financeira para pessoas físicas e jurídicas.*

*O Mercantil quer cuidar de tudo para você. E, por isso, oferece um atendimento especial. Personalizado. Porque tudo que tem valor para você também tem valor para o Mercantil.*

**MERCANTIL** 

O Banco que dá valor a você.

Lâmia



PALESTINOS  
**Palestinas sob repressão**

Escrevo para lembrar um tema pouco divulgado pela imprensa, mas que não podemos deixar cair no esquecimento, mormente os brasileiros solidários com a causa palestina, que deveriam tomá-lo como bandeira. Trata-se da situação da brasileira Lâmia, hoje com 25 anos, feita prisioneira de Israel, pelos exércitos de ocupação da Cisjordânia, há quase cinco anos atrás, com seu marido palestino. Foram condenados à prisão perpétua, julgados por tribunais de guerra em condições de instância única, isto é, sem direito a apelação.

Quero dar meu depoimento sobre Lâmia Maruf Hassan, como minha aluna. Em 1981, recém-chegada de Manaus, onde nasceu e viveu, iniciou o segundo grau num colégio do Brás, em S. Paulo, onde era muito querida por todos os seus professores e colegas, e lembrada até hoje por sua simpatia, inteligência e vivacidade. Dela guardo ainda, com muito carinho, as poesias que publicava no jornalzinho da escola, do qual era redatora. Poucos anos depois, Lâmia viajou para a Palestina, de onde descende sua família, casou-se, teve uma filha e, logo após, foi presa, acusada de colaborar com o marido, que teria participá-

do do sequestro e morte de um soldado israelense. Lâmia nunca mais pôde ver sua filha Lubna Patrícia, hoje com 5 anos e vivendo com a avó em São Paulo. Tenho mantido, assim como muitos outros seus amigos e pessoas em todo o mundo, correspondência com ela, na qual, apesar da censura, consegue transmitir toda a sua força espiritual, alegria de viver e esperança pela sua libertação e a do povo palestino.

O governo brasileiro, a quem Lâmia apelou recentemente, e o ministro Francisco Rezek já admitiram, publicamente, o compromisso assumido pela nossa diplomacia, no sentido de libertá-la, e têm feito gestões para isso, junto ao governo de Israel. Mas, até agora, tudo em vão, apesar das flagrantes irregularidades de sua condenação e do fato dela possuir a nacionalidade brasileira, estando, portanto, sob a proteção do Estado brasileiro.

Este é um momento particularmente importante para apoiarmos ações de libertação de Lâmia. Faço o apelo a todos os que se sensibilizam com esta causa, para que entremos em contato, através da redação de **Terceiro Mundo** ou escrevendo a mim, diretamente, com vista a rearticular um Comitê para a Libertação de Lâmia, que já existiu aqui no Rio de Janeiro.

**Aluísio Lemos**

R. Lourenço da Veiga, 40  
apto. 3/304  
Ilha do Governador  
21930 Rio de Janeiro - RJ

**Nova ordem**

Desde finais dos anos setenta, os investimentos estrangeiros (produção de

mercadorias e serviços) se têm deslocado do Terceiro Mundo para o Norte industrializado. Isto afeta, sensivelmente, os países subdesenvolvidos, que não recebem capitais nem pela via dos créditos e dos empréstimos bancários, nem pela via dos investimentos diretos. Atualmente, o Terceiro Mundo recebe só um quinto dos investimentos diretos estrangeiros.

Os motivos pelos quais as transnacionais estão deixando o Terceiro Mundo seriam: 1 - o alto grau de automação e o aumento real de produtividade de nos países capitalistas



desenvolvidos, o que torna desnecessário procurar tanta força de trabalho barata nos países subdesenvolvidos, para produzir a baixo preço; 2 - os países terceiro-mundistas atravessam uma grave crise econômica, o que leva os países ricos a aproveitar os mercados ocidentais em expansão e o poder de compra relativamente elevado nesses centros adiantados.

Essa tendência mundial deve-nos levar a estabelecer uma nova ordem econômica internacional mais justa, para solucionar os problemas do subdesenvolvimento.

**Humberto Chavez Zegarra**

São José dos Campos - SP



**Bagdá: vítimas civis**

As consequências dessa guerra determinada pelo presidente George Bush são um perigo para a paz mundial. A superação do conflito deve ser seguida de conferência internacional de paz para o Oriente Médio, prevista na resolução 38/58 da ONU. Para isso, o cessar-fogo é providência de urgência. A guerra é de responsabilidade maior dos Estados Unidos e dos países ocidentais, que, infelizmente, são marcados pela civilização cristã. A ONU precisa recuperar sua identidade, que é a busca da paz entre as nações.

O Brasil vive, por sua vez, uma guerra silenciosa e fatal contra os trabalhadores e funcionários públicos, com arrocho salarial e demissões, também com falsas justificativas de modernidade. Daí vêm os planos e medidas provisórias. Dados da Unesco indicam que mais de cinco mil crianças brasileiras morrem de fome, a cada dia. Dados que tendem a aumentar com este governo atual, que segue os ditames do FMI. Nesta situação, o governo federal faz o corte do Programa Nacional do Leite para as crianças pobres. É o capital acima do homem e do bem-estar social.

**Marcos Antônio França**

Publicações com informações e análise das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes

**EDITORA TERCEIRO MUNDO LTDA.**

Rua da Glória, 122 Grupos 105/106  
20241 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil  
Tel: (021)252-7440/222-1370

Assinaturas: Tel.: (021)252-7440

Telex: (021) 33054 CTMB-BR

Geonet: Terceiro-Mundo - Alternex: Caderno

**Diretor Geral:** Neiva Moreira  
**Diretor Adjunto:** Pablo Piacentini  
**Editora:** Beatriz Bissio  
**Subeditores:** Roberto Remo Bissio, Claudia Guimarães, Procópio Mineiro  
**Conselho Editorial Internacional:** Darcy Ribeiro (Brasil), Henry Pease Garcia (Peru), Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan Somavía (Chile)

**Redação:** Aldo Gamboa (Brasil), Roberto Bardini (México), Carlos Pinto Santos (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai)  
**Sucursais:** Paulo Cannabrava Filho (São Paulo), Clóvis Sena e Memélia Moreira (Brasília), José Carlos Gondim (Amazônia)  
**Revisão:** Cléa Márcia Soares, Júlio Cesar da Rocha. **Depto. de Arte:** Pedro Toste (editor). **Centro de documentação:** Maria Helena Falcão (diretora), Andrea M. da Costa Santos, Isabel Falcão, Roberto de Oliveira. **Banco de Dados:** Macário Costa  
**Administração:** Henrique Menezes  
**Circulação e Assinaturas:** Mauro Antonio Mendes

**CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO** utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), ALASEI (México), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Palestina), e o pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas Africa News (Estados Unidos), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Ilet-México-Chile), Third World Network (Malásia), Israel and Palestine Political Report (Paris) e Against the Current (EUA).  
**Fotos:** Agence France Press (AFP).

**Sede de Lisboa:**  
**Diretor:** Artur Baptista  
Tricontinental Editora Ltda.  
Calçada do Combro, 10/1º andar  
Lisboa, 1.200 - Tel.:32-0650  
Telex: 42720 CTM-TE-P

**Sucursal do Rio da Prata**  
**Diretor:** Roberto Remo Bissio  
Miguel del Corro 1461 - Tel.: 49-6192  
Montevideu, Uruguai

**INTERCÂMBIO**

- *Wagner Luiz de Menezes*  
Ed. Ana Paula Bloco B Apto. 44  
88380 Piçarras - SC
- *Vasco Manuel Garcia*  
Av Pe. Arlindo Vieira 1535 casa 01  
Jardim Saúde  
04166 São Paulo - SP
- *Edgard Porto Filho*  
Rua Dr. Celestino, 172 Apto. 101  
24020 Niterói - RJ
- *Lutz Jesus*  
3060 Cadima - Aljuriça  
Portugal
- *Domingos Sávio Cavalcanti Alves*  
R Deputado Manuel Paes 37  
Areias  
50771 Recife - PE
- *Vasco Oscar Nunes*  
R Stélio Machado Loureiro 535/11  
Parque São Vicente  
11350 São Vicente - SP
- *Angelita Panayiotou Ramos*  
Rua Messias da Silva Ramos 172  
09450 Rio Grande da Serra - SP
- *Ricardo Gomes*  
Santo Amaro de Campos

- 28140 Campos de Goytacazes - RJ
- *Juliana Engelman*  
Rua Portão, 1556  
Lira
- 93600 Estância Velha - RS
- *Aguinaldo Nunes da Conceição*  
Rua Baco do Adão 86  
João Mariano  
36570 Viçosa - MG
- *Mauro Alexandre Faganello da Silva*  
Rua Dr. Mario Viana 347 casa 2  
Santa Rosa  
24240 Niterói - RJ
- *Carlos José Lito*  
Rua Vasco da Gama  
Caixa Postal 178  
Malanje - Angola
- *Márcia Silva*  
Rua Antônio Custódio Porto 53  
57257 São Sebastião - AL
- *José Cláudio dos Remédios*  
Caixa Postal 7484  
80020 Curitiba - PR
- *Francisco Assis Atalfe Silva*  
Av Martins 99  
Centro  
69007 Manaus - AM
- *Oto João Petry*  
Rua Jorge Lacerda 45 C.P. 8  
89885 São Carlos - SC

**SÓ PARA ASSINANTES**

Renove sua Assinatura com até

**20%**

de desconto

Assinatura normal:

Cr\$ 4.600,00 - 1 ano

Cr\$ 8.100,00 - 2 anos

**Escolha sua opção:**

Renovação por 1 ano:

Cr\$ 4.320,00

Renovação por 2 anos:

Cr\$ 7.560,00

**Pagamento por:**

Cheque nominal, Vale Postal, Reembolso Postal ou Credicard.

**Qualquer dúvida ligue**

(021) 252-7440

**Editora Terceiro Mundo**

**Rua da Glória 122 Grupo**

**105/106 - Glória**

**20241 Rio de Janeiro - RJ**

**Telex: (021)33054**

**CTMB-BR**

## Iraque

# Entre Versalhes e um novo Plano Marshall

**Neiva Moreira**

A guerra do Golfo surpreendeu a todos. Durou mais de 45 dias e não as 48 horas programadas pelo Pentágono ou os três anos previstos por Yasser Arafat.

A formidável concentração de poder e de tecnologias bélicas – a maior da história das guerras – desorganizou o exército iraquiano, destruiu sua rede de comando e de comunicações e atingiu maciçamente alvos civis, provocando dezenas de milhares de vítimas. Forças militares de 27 nações, incluindo oito países árabes, conhecedores do terreno, se lançaram contra um exército desarticulado e com mínimas condições de reabastecimento. O resultado não podia ser outro.

Como era previsto, o conflito armado deixou sequelas e persistem problemas que se revelam tão ou mais complexos que a armação da aliança militar tecida pelo Departamento de Estado e o Pentágono.

O primeiro deles é o papel das Nações Unidas. Por mais que se procure “dourar a pílula” com a desculpa da guerra para restaurar a soberania do Kuwait, não está sendo fácil restabelecer o respeito à linha de comportamento da ONU. Não apenas no Terceiro Mundo mas também nos países desenvolvidos se questiona o envolvimento da instituição num conflito armado e a sua virtual delegação de poderes aos generais norte-americanos. O próprio secretário-geral, Pérez de Cuellar, já se insurge contra o monopólio de força que o governo norte-americano quer exercer no Oriente Médio. Ele lembrou que a “pax americana” não diferiria da “pax romana”, que foi uma máscara de legalidade a um domínio político e militar despótico. Lamentavelmente se insurgiu muito tarde.

Na Alemanha, setores sociais-democratas e até mesmo da governante democracia-cristã criticam a posição da ONU. Dois deputados do

*A guerra do Golfo serviu para revelar a eficácia de novas tecnologias bélicas, mas não encontrou solução para os graves problemas da região*

Partido Social-Democrata (SDP), Heidemaria Wiczoney e Hermann Scheer, publicaram um artigo assinalando que “a coalizão internacional dirigida pelos Estados Unidos fez mal à ONU”. E vão mais além, acentuando: “O fato de os países da Europa ocidental terem feito causa comum com as forças da coalizão, foi, em verdade, um grave erro”.

Dr. Barbosa Lima Sobrinho, em recente e exemplar artigo no “Jornal do Brasil”, avança na discussão, para indagar sobre o futuro da instituição: “O que se vai decidir é se a ONU continuará a existir, ou se vai acompanhar o destino da Liga das Nações, que fracassou pela falta de poderes para deter as aspirações imperialistas dos seus associados”.





**O Oriente Médio** – Outro ponto a examinar neste novo pós-guerra é a situação do Oriente Médio e suas relações com os Estados Unidos.

Uma vitória estranha essa dos Estados Unidos: não há notícias, mesmo no sistema de comunicações a serviço dos interesses ocidentais, de qualquer demonstração de entusiasmo entre os árabes, pelos vitoriosos norte-americanos. Nem no Kuwait, nem na Arábia Saudita viram-se multidões nas ruas saudando os vencedores. Os aplausos – assim mesmo escassos e comedidos – ficaram por conta dos reis, dos príncipes, dos governantes, dos empresários.

O patriarca de Bagdá, bispo Rafael Bidawid, no recente encontro dos líderes religiosos cristãos do Oriente Médio com o papa, declarou o seguinte: “A guerra dividiu o mundo em dois: o ocidental e o árabe”. Mais ainda: “A contenda exasperou no mundo árabe o ressentimento contra o ocidente e esse rancor ameaça também envolver, junto com o ocidente, nossas igrejas e o mundo cristão”.

Nenhum dos problemas da região modificou-se favoravelmente com a guerra. Os árabes continuam divididos dos judeus e vice-versa, e também separados entre si, mas obrigados a conviver pela pressão de determinantes fatores históricos, culturais, religiosos e geográficos. Ninguém estranhe que, se sobreviver à derrota,



*ONU: alvo de críticas pela sua atuação na guerra*

Saddam Hussein volte a entender-se com os sauditas e até com os dirigentes sírios e kuaitianos. Já acompanhei episódios dramáticos de guerras verbais (e às vezes reais) entre árabes, que, com o tempo, se convertem em pazes igualmente ruidosas. Cobri algumas cenas das brigas e, por coincidência, dos reencontros entre Kadhafi e Arafat. Só para dar um exemplo dos mais representativos.

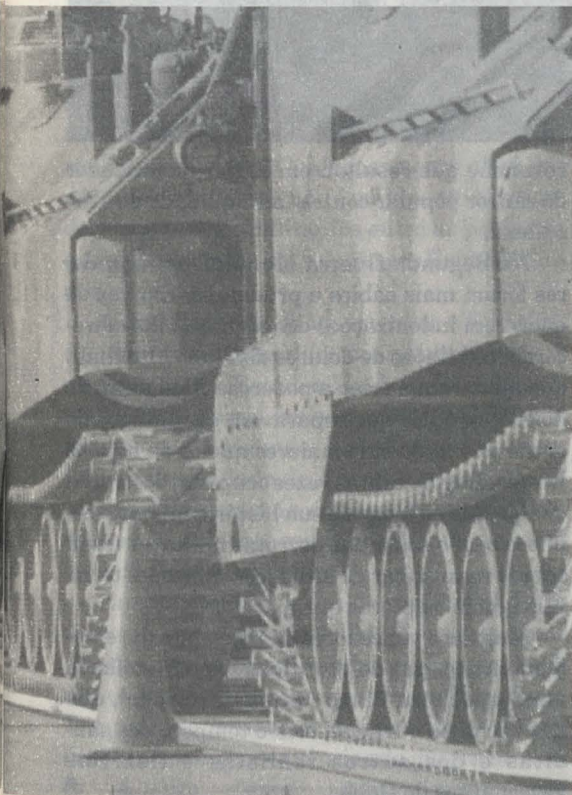
O centro da luta dos árabes não é o Iraque, nem Saddam. É Israel, que funciona como um pólo de aglutinação entre eles. Nessa questão crucial, as aparentes pressões norte-americanas em favor de uma solução de paz – que parecem mais propagandísticas que reais – têm tido resultados escassos.

A solução do problema central – a desocupação da Faixa de Gaza, da Cisjordânia e das colinas de Golá – não está à vista. Agora mesmo, o ultra-falcão general Ariel Sharon, ministro da Habitação de Israel, anunciou a construção de milhares de vivendas para os judeus emigrados da URSS, em Golá, território sírio ocupado. E isso depois que os sírios mandaram cerca de 20 mil soldados à Arábia Saudita, no enfrentamento com o Iraque.

Mas a guerra não modificou o juízo dos povos sobre o propósito do sr. Bush, nem os temores de que esteja ele buscando uma liderança militar mundial com inevitáveis derivações econômicas. Nem tampouco acalmou os seus inquietos parceiros.

E aí entra um fator de perturbação muito forte. Os norte-americanos já abocanharam os melhores e maiores contratos para a reconstrução do Kuwait.

A Alemanha e o Japão devem ter acreditado



*A vitória da aliança liderada pelos Estados Unidos deixou sequelas e não contribuiu para solucionar os graves problemas do Oriente Médio*

que, contribuindo com bilhões de dólares para o "esforço de guerra", assegurariam um lugar privilegiado no banquete dos vencedores. Mas não está sendo assim. A Caterpillar, a Motorola, a General Motors, a Chrysler já estão instaladas no Kuwait, ao lado da O'Brien Goins Simpson, que apaga os incêndios nos poços de petróleo, e de outras gigantescas multinacionais norte-americanas.

Os japoneses se lamentam. Manabu Shimizu, do Instituto de Economias em Desenvolvimento de Tóquio, expressou em um artigo essa frustração: "O Japão aprendeu agora uma lição amarga: o dinheiro não serve para comprar o respeito internacional". Ainda bem.

O prestigioso jornal japonês *Nihon Keizai Shimbun* vai mais longe: reconheceu o isolamento do Japão e constatou que o seu país está fora da "nova ordem" internacional de Bush.

**Como em Versalhes** – O maior quebra-cabeça da Casa Branca é, hoje, o Iraque. O que fazer com o país vencido? Saddam continua entalado na garganta de Bush. Os norte-americanos e seus aliados árabes não querem outra coisa senão vê-lo fora do poder, vivo ou morto, e substituído por um político amigo ou um general conciliador. Jamais pelos xiitas (ver nesta edição o artigo "A rebelião dos xiitas"), que fazem do ódio aos Estados Unidos, o "Grande Satã", um princípio de fé. Nem tampouco pelos curdos. Os turcos, com milhares de



*A reconstrução da Alemanha no pós-guerra poderia servir como base para um projeto similar no Iraque*



curdos sob uma ditadura implacável, jamais concordariam com um Kurdistão independente no Iraque. Nem os iranianos.

A Casa Branca tenta agora cozinhar um pouco a situação no Iraque para ver em que dá o problema da turbulência interna. Até lá, a CIA busca um general substituto de Saddam, tenta vender aos soviéticos e chineses um acordo de cessar-fogo humilhante para o Iraque e vai embalando o emir do Kuwait com essa história de reparações de guerra, na qual ninguém acredita. Nem o sr. Bush.

Esse tema relembra a paz de Versalhes, na Primeira Guerra Mundial, quando os aliados cobraram da Alemanha indenizações no valor de 13 bilhões e 200 milhões de marcos-ouro. Pouco foi pago, mas a cobrança contribuiu para criar um sentimento nacional alemão de ódio e

revanche que resultou em Hitler, polarizador do rancor popular contra "a iniquidade de Versalhes".

Na Segunda Guerra Mundial, os vencedores foram mais sábios e prudentes. Em vez de quererem indenizações dos alemães, lhe ofereceram os bilhões de dólares do Plano Marshall, que ajudaram a criar a poderosa Alemanha de hoje. E os ódios que separavam os inimigos de então não terão sido maiores que os de hoje ao Iraque. Bagdá, tantas vezes ocupada, destruída e saqueada ao longo de sua história milenar, conhece bem o sabor das derrotas militares e tem sabido ressuscitar de situações militares terríveis iguais ou piores que a atual.

Mas é aos vencedores de hoje que cabe escolher entre a "paz de Versalhes" ou a filosofia de uma espécie de Plano Marshall regional, que não excluiria o Iraque, com o tempero dos sauditas e dos outros realistas e flexíveis governantes do Golfo.

# O difícil pós-guerra



A questão palestina estará no centro de qualquer negociação de paz no Oriente Médio (acima, protesto contra Israel em Amã, Jordânia)

## Claudia Guimarães

Nem bem havia assentado a poeira da euforia norte-americana pela vitória na guerra contra o Iraque, os meios de comunicação voltavam a dar espaço às divergências entre os principais protagonistas da coalizão ocidental. Cuidadosamente abafadas durante o conflito, já não é mais possível esconder as posições conflitantes entre as potências européias e destas em relação aos Estados Unidos.

A discussão tem duas vertentes: a primeira, é a premente necessidade dos países aliados, a começar pelos Estados Unidos, de traçarem uma estratégia comum para o Oriente Médio do pós-guerra; a segunda, a nível regional, questiona a capacidade da Europa de estabelecer uma política externa comum, num momento em que o continente caminha para um processo de unificação (ver quadro).

Em poucos dias, o fim do conflito no Golfo deixou a descoberto quão frágil era a unidade da aliança político-militar costurada pelo presidente Bush. E mais, como ressaltou Rone Tempest, do jornal *Los Angeles Times*: "Uma das principais consequências da guerra no Golfo é um forte ressurgimento do

*A guerra no Golfo obriga os EUA e a Europa a buscarem um consenso, entre eles e junto aos países árabes, em torno de uma proposta de paz, que passa pela solução do problema palestino*

antiamericanismo na Europa. A liderança americana na guerra do Golfo desenterrou gritos de 'abaixo o imperialismo norte-americano'".

A principal voz dissonante vem da França e não só da União Soviética, que pouco antes do início da guerra tinha tentado, com o seu frustrado plano de paz, assumir um papel de maior peso no conflito.

Com a derrota de Saddam Hussein, o governo francês não demorou em se pronunciar pela realização de uma conferência internacional sobre o Oriente Médio, que necessariamente incluía a discussão da situação dos palestinos e do Líbano. Essa posição foi defendida pessoalmente por François Mitterrand no seu encontro com o presidente dos Estados Unidos, George Bush, na Martinica, em meados de março.

A primeira reunião a nível presidencial entre os vencedores da coalizão ocidental foi marcada por um clima frio. Apesar de não rejeitar totalmente a proposta francesa, Bush a recebeu com evasivas, afirmando que uma conferência desse tipo seria útil "no momento certo".

O principal ponto de divergência entre os dois governos continua sendo a participação da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) como representante dos palestinos em



*Reunião de James Baker com uma delegação palestina em Jerusalém*

qualquer futura negociação sobre o Oriente Médio. Bush concordou em estabelecer conversações com os palestinos, mas afirmou claramente que não “tem nenhuma intenção de retomar o diálogo” com Yasser Arafat, justificando sua atitude pelo apoio dado pela OLP ao Iraque durante a guerra.

Mitterrand, por sua vez, foi incisivo: “Até onde eu sei, a OLP é uma organização representativa e Arafat permanece como seu líder”. E acrescentou que “é perigoso negar a um povo qualquer forma de identidade”.

Com essas e outras declarações, o presidente francês vem procurando reconstruir as pontes de comunicação com os Estados árabes em geral, e com os palestinos em particular, destruídas na guerra após décadas de um paciente trabalho diplomático.

No caso da Grã-Bretanha, a situação é um pouco diferente. John Major, sucessor da ex-primeira-ministra Margaret Thatcher, tem respaldado em geral a estratégia norte-americana para o Oriente Médio. Essa posição ficou evidente não só ao longo da guerra, quando o governo inglês foi um dos mais fiéis aliados de Washington, como agora que se discute o futuro da região.

No encontro que manteve com o primeiro-ministro britânico, nas Bermudas, dois dias depois da reunião com Mitterrand, George Bush conseguiu um nível bem maior de acordo. Respalhando a posição norte-americana, Major concordou com a idéia de ouvir os palestinos em qualquer negociação de paz, mas também questionou, sutilmente, a OLP como seu legítimo representante: “Os palestinos, se eu puder fazer

uma distinção entre a OLP e os palestinos, têm interesse num acordo de paz”, afirmou.

**Ofensiva diplomática** – As dificuldades para conseguir um consenso entre as forças que derrotaram o Iraque também ficaram evidentes na ofensiva diplomática do secretário de Estado norte-americano, James Baker, no Oriente Médio (Arábia Saudita, Síria, Kuwait, Turquia, Israel e Egito) e na União Soviética. Após dez dias de exaustivas reuniões para discutir o plano de paz norte-americano, anunciado por Bush pouco antes, Baker obteve o respaldo das oito nações árabes que participaram da coalizão anti-Iraque à proposta. Esse voto de confiança foi acompanhado da aprovação do secretário de Estado norte-americano à chamada Declaração de Damasco, na qual estes oito países anunciaram a disposição de constituir uma força de paz, formada basicamente por soldados egípcios e sírios, para substituir a dos aliados no Golfo.

Outro momento importante foi a reunião com uma delegação de líderes palestinos dos territórios ocupados, encabeçada por Faisal Husseini, um dos principais responsáveis pela Intifada. Formalmente, no encontro com o secretário de Estado norte-americano eles não representavam a OLP. Mas, na prática, a entrega de um documento com 11 pontos, onde se afirma que a OLP continua sendo o “único e legítimo” representante do povo palestino, deixou claro quem era o verdadeiro interlocutor de Baker no encontro.

**Devolução de territórios pela paz** – Mas se Baker encontrou simpatias à proposta de paz da Casa Branca do lado dos árabes da coalizão anti-Iraque, o mesmo não ocorreu com o principal protagonista de uma eventual saída pacífica ao conflito na região: o governo israelense.

O eixo da proposta norte-americana é o compromisso de Israel de devolver os territórios da Cisjordânia e Gaza, ocupados em 1967, em troca do estabelecimento da paz na região. Em outras palavras, Bush pede aos seus aliados israelenses o cumprimento das resoluções 242 e 338 da ONU, sistematicamente ignoradas pelo governo de Telavive.

Como era de se esperar, essa proposta esbarrou na oposição do governo de ultradireita do Likud, partido no poder em Israel. Ela é muito mais ampla que a do primeiro-ministro israelense Yitzhak Shamir, formulada em 1988, que prevê apenas uma autonomia limitada aos palestinos dos territórios ocupados.

Shamir vive hoje às voltas com a dificuldade de manter unida a coalizão de partidos que formam o Likud. A ala mais radical – cujo porta-voz mais conhecido é Ariel Sharon, ministro da Habitação – não só descarta as resoluções da ONU, como defende inclusive a aceleração da ocupação dos territórios árabes através do assentamento de judeus imigrantes, sobretudo da União Soviética.

Quanto à realização de uma conferência internacional, Shamir sempre resistiu à idéia, defendendo conversações bilaterais com os Estados árabes. Segundo suas próprias declarações, numa conferência internacional Israel poderia ser forçado a fazer concessões “incompatíveis com a nossa segurança”.

Mas as pressões internacionais podem levar o primeiro-ministro israelense a fazer, paulatinamente, algumas concessões. O porta-voz do seu governo, Avi Pazner, já admitiu a possibilidade de conceder autonomia aos territórios palestinos ocupados, como primeiro passo para um processo de negociações de paz. Numa mudança sutil, mas significativa, na posição até agora intransigente do governo, Pazner declarou que “alguns anos depois” israelenses e

palestinos poderiam debater o *status* definitivo da Cisjordânia e Faixa de Gaza.

Outro sinal dessa flexibilização partiu do chefe do estado-maior das forças armadas de Israel, general Dan Shomron, que declarou que um acordo político “quando for aplicado, é preferível a territórios”, numa clara alusão à proposta norte-americana. Essa declaração caiu como uma bomba no governo e provocou uma dura reação de Ariel Sharon: “Seria mais válido que o general se abstivesse de fazer essas afirmações prejudiciais e perigosas e esperasse até a devolução do seu uniforme”.

Mas ainda é cedo para prever que desdobramentos terá a iniciativa diplomática do governo Bush no Oriente Médio. Muitos fatores, entre eles a posição da União Soviética e países árabes da região que não lutaram contra o Iraque, influirão decisivamente no processo de negociações para se chegar a uma paz verdadeira. Um fato, porém, é inquestionável: apesar do desgaste sofrido pela OLP por seu apoio a Saddam Hussein, a guerra fez com que, pela primeira vez em muitos anos, a questão palestina entrasse na ordem do dia em todas as negociações de alto nível sobre o futuro do Oriente Médio. •

## Europa: unidade questionada

“A crise do Golfo terá sido útil para a construção da Europa unificada”. Com essa declaração, o ministro das Relações Exteriores francês, Roland Dumas, tentava dar o tom da reunião de chanceleres dos 12 países membros da Comunidade Econômica Européia, realizada em Luxemburgo, no início de fevereiro, para discutir uma política externa comum.

O otimismo do chanceler francês contrastava com as declarações do primeiro-ministro britânico, John Major, de que “as divergências entre os países europeus mais uma vez evidenciaram que a Europa não está pronta para realizar uma união política e uma defesa comum”.

Na verdade, a guerra contra o Iraque só fez acentuar as diferenças de pontos de vista e interesses. Quando começou o conflito, dos 12 países da



Major (esq.) e Mitterrand: interesses divergentes

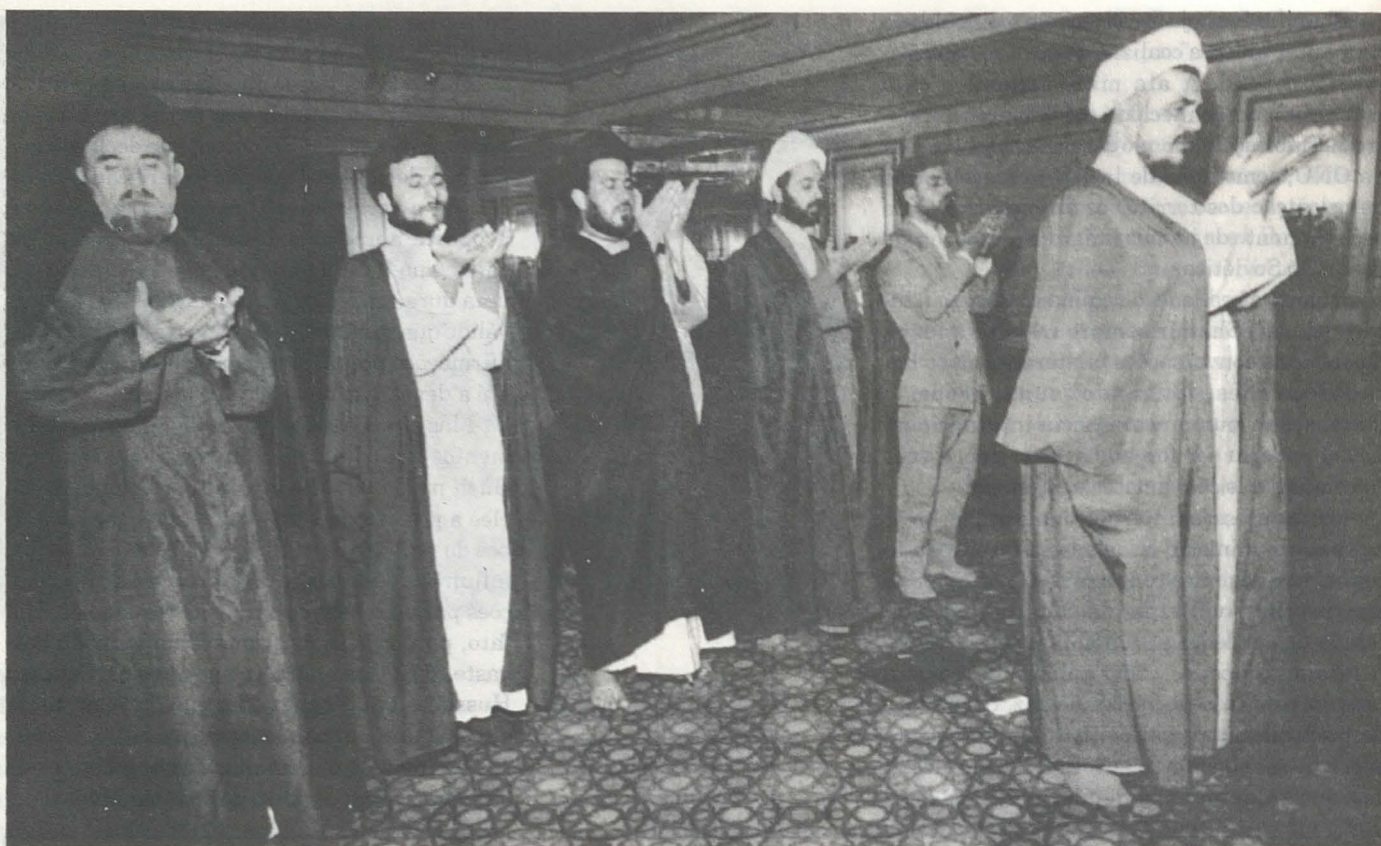
CEE, apenas a Grã-Bretanha e França enviaram forças terrestres para a coalizão multinacional. Os italianos atuaram com muita discrição e os espanhóis chegaram a reclamar dos bombardeios a Bagdá.

A Alemanha, limitada no uso da força militar pela sua Constituição pacifista, imposta pelos aliados após a derrota na II Guerra, concordou apenas em pagar parte da fatura. A Bélgica, inclusive, se recusou a fornecer munições às tropas inglesas, alegando que estava em negociações

para libertar cidadãos mantidos como reféns por grupos palestinos simpáticos ao Iraque.

Essas divergências ganham hoje em dia um peso especial em função do processo de unificação política da Europa, que deve culminar em 1992. “A Europa não esteve apenas ausente; pior, ela esteve dividida”, afirmou Valéry Giscard d’Estaing, ex-presidente francês.

Num momento em que o mundo parece caminhar para a formação de grandes blocos, a Europa pode pagar caro por um retardamento no seu processo de unificação. Só passando por cima dos interesses específicos, ela terá condições de voltar a influir no rumo dos acontecimentos a nível mundial. A alternativa é continuar a reboque da política dos Estados Unidos, que certamente não lhe destinarão um grande papel na sua “nova ordem internacional”.



# A rebelião dos xiitas

*O fim da guerra no Golfo fez renascer reivindicações étnicas e religiosas no Iraque, que poderiam se estender a outros países árabes da região*

**Aldo Gamboa**

Andando pelos corredores do Hotel Bristol, em Beirute, o homem estava perplexo. No hall de entrada encontrou um conhecido, iraquiano como ele, e perguntou: "O que está havendo? Como é que os soldados norte-americanos deixaram passar a Guarda Republicana rumo a Basra para nos reprimir?"

No hotel libanês, onde estavam reunidos quase 30 grupos de opositores a Saddam Hussein, a confusão era grande. É que, nesses dias, as tropas norte-americanas, que tinham derrotado o Iraque, deixaram caminho livre para que o governo de Bagdá reprimisse a revolta xiita no sul do país.

A rebelião era impensável no Iraque antes da guerra, quando parecia que este país estava

immune às tensões étnico-religiosas. Mas, de repente, pouco depois do fim do conflito, os jornais de todo o mundo começaram a noticiar que os xiitas se sublevaram no sul do Iraque e os curdos, no norte.

O encontro, em Beirute, dos partidos e movimentos que fazem oposição ao governo de Bagdá foi uma mostra da nova situação reinante no país. A Síria, comprometida com as forças multinacionais na guerra e empenhada em melhorar a sua imagem externa e suas relações com os países europeus, tentou capitalizar as simpatias e unificar os atomizados opositores de Saddam. Mas não conseguiu. Os grupos reunidos em Beirute iam desde os xiitas, do partido Al-Dawar, de tendência pró-Irã, ao Partido Comunista iraquiano, passando pelos independentistas curdos.

Na reunião, todos tiveram que renunciar a suas metas principais para tornar o diálogo possível. Assim, os curdos decidiram subordinar seu objetivo independentista à formação de um governo amplo no Iraque, os comunistas deixaram de lado seu projeto de Estado, e os xiitas renunciaram, por enquanto, à meta de instalar um governo confessional em Bagdá.

Mas, mesmo com tantas concessões e manifestação de vontade democrática, esses grupos não obtiveram o apoio mais importante: dos Estados Unidos e dos países árabes.

**Divisão milenar** – O mundo muçulmano está dividido, desde a morte do profeta Maomé, em duas linhas principais: os sunitas e os xiitas. Estes últimos constituem hoje absoluta maioria no Irã (país muçulmano, mas não árabe), onde, sob o comando do aiatolá Khomeini, chegaram ao poder em 1980.

Em parte, a guerra de oito anos entre o Iraque e o Irã teve origem na decisão dos governos árabes – todos eles controlados pelos sunitas – de frear o avanço xiita, provocado pelo triunfo da Revolução Islâmica em Teerã.

Não existe contradição no fato de os soldados norte-americanos, que derrotaram Saddam Hussein, terem aberto a estrada que leva a Basra, no sul do Iraque, para que a Guarda Republicana reprimisse os xiitas. Washington não age por princípios; assim como antes combateu Saddam, considera-o agora um mal menor, diante da perspectiva de libanização do país. Daí, a sutil defesa norte-americana do regime sunita e laico de Bagdá diante de seus inimigos internos.

Os grupos xiitas presentes na citada reunião em Beirute entenderam o recado, e anunciaram estar dispostos a participar de um governo amplo, sem conotações confessionais. Mas nem os países que participaram da força multinacional, nem os governos árabes simpáticos a Saddam estão dispostos a aceitar um governo xiita no Iraque.

Rashid Khalidi, professor de história na Universidade de Chicago, reconheceu que a Casa Branca não terá dúvidas em se aliar com Saddam, se isso favorecer os interesses norte-americanos na região. Ou seja, Bush prefere conviver com Saddam, do que tolerar um governo xiita no Iraque. Esta última possibilidade abriria caminho a avanços xiitas em outros países da região, como a Arábia Saudita, Kuwait, Jordânia, Barém e os países do Maghreb – quase todos poderosos produtores de petróleo.

É nessa conjuntura que deve ser analisada a nomeação para primeiro-ministro do Iraque

de Saadoun Hammadi, único xiita no Conselho do Comando da Revolução. Além disso, o cristão Tarek Aziz foi substituído no Ministério das Relações Exteriores pelo xiita Ahmed Hussein Khudayer.

**Sem solução imediata** – O problema curdo, por sua vez, não é religioso, mas étnico. Espalhado por regiões da Síria, Iraque, Irã, Turquia e da URSS, o povo curdo é de origem indoeuropéia e não árabe, e são, na sua maioria, muçulmanos sunitas. A sua posição no atual conflito também não é das melhores. Na verdade, a luta dos curdos pela independência não se limita ao norte do Iraque, que é – diga-se de passagem – a região mais rica em petróleo.

O problema curdo não é só iraquiano. Ao contrário, foi nesse país que eles conseguiram maiores avanços em termos de autonomia político-administrativa, e de respeito a suas tradições e cultura.

O conflito é bem mais grave na Turquia, país que apoiou a frente multinacional contra o Iraque, com a condição de que as negociações do pós-guerra excluíssem a possibilidade de criação de um Estado curdo. Lá, até o idioma curdo foi proibido.

A possibilidade de criação de um Estado curdo não agrada ninguém. Os próprios xiitas iraquianos não desejam uma fragmentação do território, nem o Irã quer perder uma parte do país para o hipotético Estado.

O recente conflito no Golfo fez com que qualquer mudança que venha a ocorrer na região passe antes pela aprovação da Casa Branca, que ainda mantém meio milhão de soldados em solo do Iraque, Kuwait e Arábia Saudita.

Abrindo caminho à repressão aos xiitas e silenciando as reivindicações dos curdos, os Estados Unidos “congelaram”, na prática, estes problemas. Saddam Hussein, por sua vez, já anunciou que não aceitará aquilo que os cientistas políticos chamam de “libanização” do Iraque, e a sua degradação como nação.

Nisso, os seus interesses e os dos Estados Unidos coincidem. Para chegar a essa meta, o governo iraquiano anunciou profundas mudanças político-institucionais e convocou os opositores para negociar a instalação de um regime realmente multiétnico e democrático.

O futuro dirá se as mudanças no governo iraquiano foram uma manobra sem maiores consequências, destinada a ganhar tempo, ou se a derrota militar levou Saddam Hussein ao convencimento de que só uma abertura política evitará que o partido Baath perca totalmente o controle do poder.

**Representantes da oposição iraquiana em Beirute: um diálogo que não prosperou**



## Muçulmanos na Europa

# O fantasma do racismo

*A guerra no Golfo mudou a vida de milhões de emigrantes e refugiados que, mesmo sem apoiar Saddam Hussein, foram vítimas da intolerância criada pelo conflito*

**Jayme Brener**

A liderança iraquiana não conseguiu conquistar as centenas de milhões de árabes e muçulmanos para a *Jihad*, a guerra santa contra a Casa Branca. Um dos maiores fracassos de Saddam Hussein foi não ter empolgado os pelo menos oito milhões de muçulmanos na Europa. Devido à sua posição estratégica, eles poderiam exercer uma pressão decisiva sobre vários governos, com o objetivo de interromper o ataque aliado contra os iraquianos. Segundo as pesquisas, a grande maioria dos muçulmanos europeus se opunha à ação aliada; mas também não concordava com o ataque iraquiano ao Kuwait.

A maior parte dos muçulmanos da Europa

parece ter chegado à conclusão de que não valia a pena arriscar sua permanência no Primeiro Mundo, em troca do apoio a um líder controverso como Hussein.

Esses ataques contra alvos civis, aliás, afastaram o governo iraquiano de um eventual aliado muito importante: as populações marginalizadas que vivem sob o domínio das monarquias árabes feudais, pró-Occidente, como a Arábia Saudita.

**Um policial tenta controlar um numeroso grupo de imigrantes do norte da África, num protesto contra o racismo, em Paris**

**Fracasso** – O fantasma do “rastilho islâmico” – uma adesão generalizada à *Jihad*, envolvendo desde os muçulmanos europeus até o crescente integrismo islâmico nas repúblicas asiáticas da URSS – chegou a tirar o sono de mais de um governante europeu. Na França, por exemplo, onde vivem entre 3,5 e 5 milhões de muçulmanos – a maioria emigrados do



Maghreb (Tunísia, Argélia e Marrocos) –, e onde o islamismo já é a segunda religião, a polícia adotou uma “marcação cerrada” nos bairros árabes.

Na Grã-Bretanha, que aloja 1,8 milhão de muçulmanos (a maior comunidade é paquistanesa), as organizações representativas do islamismo se apressaram em divulgar logo no início da guerra uma nota protestando tanto pela ocupação do Kuwait, como contra a operação aliada anti-Iraque.

Enquanto isso, na Bélgica, onde vivem 240 mil muçulmanos, uma pesquisa do jornal *L'Instant* revelou que 70% da população islâmica se opunham à guerra; a mesma porcentagem não aceitava o ataque iraquiano contra o Kuwait. E, na Holanda, país em que os muçulmanos foram a coluna central das manifestações pacifistas, não houve uma só passeata em que não se vissem dezenas de faixas em árabe protestando contra a ditadura de Saddam Hussein, ou exigindo o fim da repressão sobre os curdos, um povo que sofreu mais do que ninguém nas mãos dos governantes de Bagdá.

Outro fator importante para o pequeno entusiasmo pró-Saddam na Europa foram as constantes ameaças feitas pelos iraquianos contra a Turquia, que integra a Otan, aliança militar ocidental dirigida pela Casa Branca.

Há mais de meio milhão de turcos apenas no estado alemão da Renânia-Westfália. Eles são 170 mil no território holandês, centenas de milhares na França e assim por diante.

**Apoio limitado** – Na verdade, o apoio a Saddam Hussein limitou-se quase que aos palestinos de Gaza, Cisjordânia e da Jordânia, além das massas empobrecidas do Maghreb. Explica-se: para os palestinos (que também são a grande maioria da população na Jordânia), Saddam Hussein e seus mísseis Scud eram o único contraponto possível a Israel.

Quanto ao Maghreb, as acusações de Saddam Hussein contra os ricos xeques e príncipes do petróleo entusiasmarão os “primos pobres” do mundo árabe. O apoio do Iraque no norte da África veio basicamente do fortíssimo movimento islâmico, que, inclusive, já ameaça vários governos. O rei Hassan II, do

*Manifestantes pedem em Paris o reconhecimento da OLP como "representante legítimo do povo palestino"*



Marrocos, que havia mandado tropas para acompanhar os *marines* norte-americanos, teve que voltar atrás sob intensa pressão popular. Hassan terminou enviando também equipes médicas para Bagdá.

Fora do Maghreb, a causa iraquiana obteve algum êxito entre os muçulmanos de países distantes do conflito, como o Paquistão, a Índia e a África do Sul.

**Racismo** – Se os apelos de Saddam Hussein não tiveram o eco que o líder iraquiano esperava, principalmente na Europa, a guerra no Golfo causou modificações profundas no dia-a-dia dos muçulmanos europeus. Em todo o continente observa-se um aumento do número de incidentes raciais. A extrema-direita europeia aproveitou a guerra para exigir limites mais estreitos à emigração dos países árabes.

O racismo se tornou mais visível até nos campos de futebol. Em meio à crise no Golfo Pérsico, vários jogadores negros de times europeus passaram a entrar em campo sob os gritos de “Saddam Hussein”, berrados por torcidas organizadas, algumas das quais têm na liderança ativistas de extrema-direita.

Um serviço instituído pelo governo holandês, que atende a denúncias de racismo, teve suas linhas de telefone congestionadas durante semanas. A maioria das denúncias envolvia crianças negras, perseguidas por colegas aos gritos de “Iraque, Iraque”.

Em Amsterdã, grupos de jovens brancos espancaram alguns imigrantes africanos. Também houve reações do “outro” lado, e na cidade francesa de Castres, uma gangue de jovens norte-africanos atacou uma patrulha de pára-quedistas.

O resultado mais notável dessa nova onda racista na Europa é a fuga de milhares de emigrantes maghrebinos, que preferiram retornar a seus países, temendo o crescimento da discriminação.

Um desses re-emigrantes, que trabalhava em uma fazenda na ilha francesa da Córsega, afirmou ao tomar o avião de volta ao seu país: “Eu tenho mulher e filhos. Não posso ficar aqui até que os racistas comecem a nos matar, por causa de Saddam Hussein”.

# O racismo não está morto

*Depois de quase um século de discriminação contra a maioria negra, a reconciliação nacional é colocada em xeque por grupos paramilitares de extrema-direita. Num documento divulgado recentemente, teólogos e laicos convocam a sociedade sul-africana a reagir e dar um basta a esses desmandos*



Pretória: manifestantes afrikaaners de extrema-direita protestam contra as reformas no sistema de apartheid

## Hector Valenzuela

Em julho de 1985, diante da explosão de conflitos sociais e raciais nos bairros negros das principais cidades da África do Sul, um grupo de religiosos, teólogos e trabalhadores laicos redigiram um documento — chamado Documento Kairos — convocando à reflexão sobre as gravíssimas feridas que o ódio racial havia aberto no tecido social do país.

O documento também convocava a romper a lei do silêncio imposta pelo regime e advertia sobre os perigos futuros, se não se adotassem medidas urgentes para acabar com a violência gerada pelo apartheid.

Cinco anos mais tarde, em 1990, o governo de minoria branca presidido por

Frederik de Klerk deu alguns passos significativos para a democratização do país e o fim do racismo institucional: suspendeu a proscrição que pesava sobre o Congresso Nacional Africano (CNA), aboliu a lei de serviços públicos separados, deixou claro que a lei de zonas (que estabelecia áreas residenciais separadas) desaparecerá este ano e que se eliminará, mediante negociação, a lei de registro de população, além de ter libertado cerca de 400 presos políticos, entre eles Nelson Mandela.

Em função dessas medidas, interpretadas pelos dirigentes do movimento anti-apartheid como um gesto do governo no sentido de estabelecer o diálogo, o CNA aceitou iniciar uma rodada de conversações destinada a encontrar as formas de desmantelar definitivamente

o sistema institucional de segregação racial.

Apesar dos avanços (como a ainda limitada experiência de instituir o ensino misto em algumas escolas, desde que os pais aprovem a decisão), persistem aspectos chaves do apartheid, como o sistema dos bantustões (territórios nominalmente independentes, dentro do país, para a população negra) e tanto as Forças de Defesa como a polícia e o serviço público continuam sob controle da minoria branca. A lei de segurança interna ainda se mantém em vigor e centenas de presos políticos continuam na prisão.

**Facetas perversas da violência** — A meados do ano passado, uma nova onda de violência eclodiu nas cidades sul-africanas, fazendo temer pelo destino do

frágil processo de democratização. Os esquadrões da morte têm atuado sistematicamente, provocando mais violência e assassinatos indiscriminados. "Forças desconhecidas" incentivam os choques intertribais. Assassinos profissionais brancos com rostos pintados de negro, ou com a cara descoberta, incendiam e saqueiam. Pistoleiros negros profissionais, policiais, militares e militantes de ultradireita massacram impunemente nas ruas das cidades e no campo. Pessoas percorrem os bairros negros proclamando que os zulus se preparam para assumir o poder e o controle de todo o país.

Por outro lado, os lares de classe média branca são alertados sobre uma

conspiração iminente do Partido Comunista para implantar a ditadura do proletariado e o sistema de partido único. Muitos começam a pedir armas para se defender.

As consequências da violência institucionalizada no tecido social sul-africano e nos países vizinhos são imprevisíveis. A Organização Mundial da Saúde (OMS) – juntamente com a Cruz Vermelha da Suécia e a Associação Psiquiátrica do Zimbábue – realizou em setembro em Harare, capital deste último país, uma reunião de especialistas para tratar justamente deste tema.

A preocupação dos especialistas não é só em relação à África do Sul, mas também aos demais países agredidos

militarmente pelo regime racista de Pretória. Médicos, psiquiatras, assistentes sociais e psicólogos da África, Europa e América Latina se reuniram para analisar os efeitos a longo prazo produzidos pelo apartheid sobre as pessoas e buscar as formas de ajudar a combatê-los.

**"As árvores também morrem"** – Não está sendo fácil para o presidente De Klerk impor aos grupos brancos mais radicais sua política de diálogo e negociação com a maioria negra. Um exemplo particularmente impressionante do estado de ânimo desses grupos foi o recente caso de um *afrikaaner* (ver quadro), o militante ultradireitista Cornelius Lottering, que começou a ser julgado nos tribunais de

## Uma história de violência

Desde 1652, com a chegada do primeiro colonizador holandês, Jan Van Rebeck, os *boers* impuseram a ferro e fogo sua colonização no atual território da África do Sul, a partir de fazendas estabelecidas nos arredores da atual Cidade do Cabo.

A colonização do sul do continente africano era vital para a Holanda, cujo império em expansão se estendia até a Indonésia, possessão asiática à qual chegavam através de rotas marítimas que circundavam o Cabo da Boa Esperança.

Os negros *khoikhoi* foram paulatinamente escravizados e expulsos para o interior do continente, enquanto os *boers* se estabeleciam na zona litorânea.

Com a decadência do poder imperial dos Países Baixos, chegaram à África do Sul os ingleses, em 1806, instalando-se na Cidade do Cabo. A princípio, *boers* e ingleses conviveram sem grandes conflitos. Os descendentes dos colonos holandeses foram sendo empurrados para o interior e passaram a ser conhecidos como *afrikaaners*.

Porém, 50 anos mais tarde, com a descoberta de jazidas de ouro e diamantes nas províncias ocupadas pelos *afrikaaners*, as duas comunidades entraram em conflito. Dispostos a se apoderar dessas riquezas, em 1899 os ingleses declararam guerra aos *boers*. Após três anos de

combates e ao custo de 50 mil mortos, os *boers* foram obrigados a se render, aceitando a tutela da Coroa britânica.

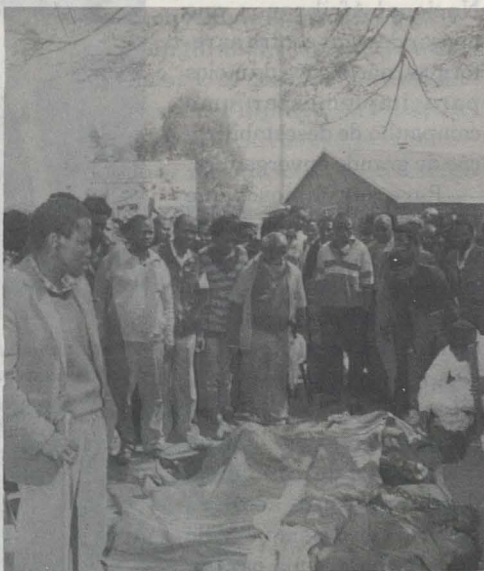
Já em 1896 estava em vigor nas minas da África do Sul, de forma não-oficial, a chamada *colour bar*, medida segundo a qual os trabalhadores negros eram privados de todos os direitos políticos e até do direito à propriedade.

Após 1910, com a independência da Coroa britânica, o racismo foi incorporado à estrutura legal do país.

Em 1913, a chamada *Native Labour Act* implantou a discriminação por raças entre os trabalhadores e em 1923 foi sancionada a lei de residência para os negros, denominada *Native Urban Act*, depois complementada pela *Native Affairs Act*. Esse esquema institucional estabeleceu a base do *apartheid* e desde que foi imposto contou com o respaldo da força militar. Dessa forma, perdurou até hoje, garantindo a concentração da riqueza e o poder para a minoria branca, descendente de holandeses e ingleses.

O Partido Nacional, que governa o país desde 1948, legalizou a violência contra os negros e conde-

nou os nativos à pobreza e ao trabalho semi-escravo. Em pleno século XX, a elite branca da África do Sul impôs um sistema que trata os negros como se fossem animais de carga. Podem ser transferidos de uma região para outra pela força, são obrigados a viver em guetos separados, recebem salários dez vezes inferiores aos que ganha um branco pelo mesmo trabalho e não têm acesso às mesmas escolas dos brancos.



Sebokeng: 36 militantes do CNA foram mortos

Joanesburgo em novembro passado. Lottering confessou à Justiça que, ajudado por uma amiga, Fanie Goosen, havia assassinado um chofer de táxi – o cidadão negro Potoko Makgalemele – somente para ser manter “treinado”.

Ele contou que havia torturado antes a sua vítima, até encontrar o “ângulo correto de ataque”. Perguntado se não acreditava que os negros também são seres humanos, que morrem como qualquer outro, Cornelius respondeu balançando os ombros: “As árvores também morrem”.

Cornelius foi acusado também de ter colocado uma bomba no apartamento da jornalista Jani Allan, ex-amante do líder de extrema-direita Eugene Terreblanche.

O exemplo desse *afrikaaner* é só um em meio à violência cotidiana – institucional e privada – contra a população negra sul-africana. A atual situação na África do Sul levou um grupo de pesquisadores do Institute for Contextual Theology a redigir um segundo Documento Kairos, que foi divulgado em outubro passado. Desta vez, os teólogos tratam de dar os nomes com todas as letras aos “senhores da guerra”, que atormentam com suas práticas violentas e ilegais a população negra e põem em perigo a tímida democratização e o anunciado fim do apartheid.

Os autores deste segundo documento religioso reconhecem que existem na África do Sul muitos elementos que favorecem o florescimento da violência. As condições atuais, segundo os religiosos, são fruto da exploração e da opressão, do colonialismo e do sistema do apartheid. Eles mostram que a maioria dos negros tem sido privada de suas terras, reduzida a um estado de pobreza quase absoluta, obrigada a viver em albergues, como trabalhadores “emigrantes” dentro do seu próprio país (através do sistema de ban-tustões).

“A superexploração do trabalho e a educação discriminada por raças produziram uma vasta população de jovens semi-analfabetos desempregados”, disse o Documento Kairos II. Alguns dos religiosos reconhecem ter contribuído para o atual estado de coisas “por fechar os olhos ante a situação social e negar todo compromisso com os assuntos terrenos, salvo

a condenação cega ao socialismo e ao comunismo”. Segundo o documento, essa atitude da igreja sul-africana “não ajudou a desarmar os espíritos, mas ao contrário, muitos religiosos, negando-se a denunciar a realidade, contribuíram para alimentar o atual estado de coisas”.

**A mão invisível** – Depois de analisar de forma pormenorizada as figuras interessadas em desestabilizar o atual governo e torpedear a democratização do país, os teólogos perguntam: “Qual ou quais, entre os grupos de extrema-direita da África do Sul, têm poder suficiente para mobilizar não apenas membros da polícia, mas também pistoleiros brancos e negros, com excelente treinamento militar?”

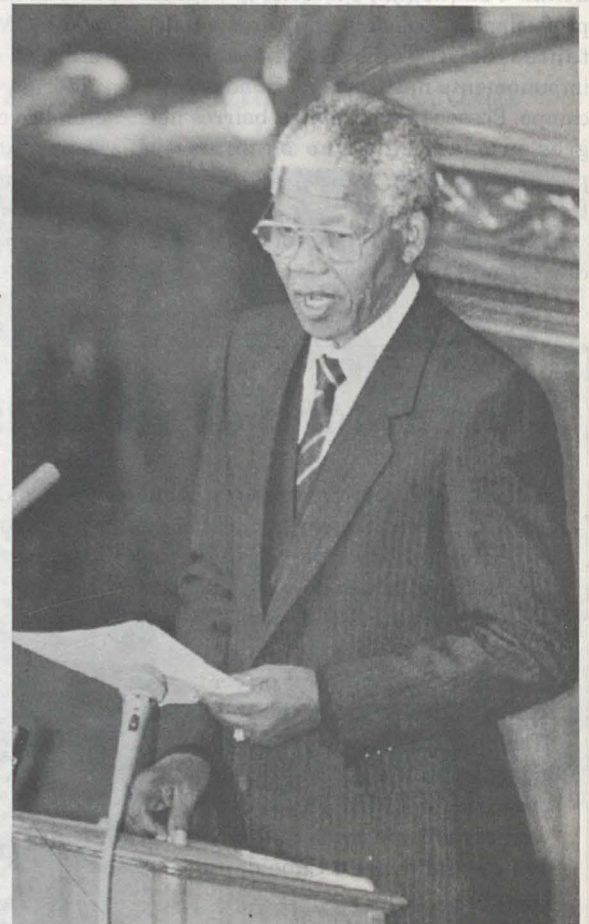
Eles próprios respondem. Primeiro, descartam alguns grupos de extrema-direita como a Resistência Nacional Afrikaaner, que apesar de estar contra as reformas, não dispõe de meios para implementar uma campanha de desestabilização de grande envergadura.

Para os religiosos que elaboraram o documento, a mão invisível ou “Terceira Força”, como é chamada, não é um grupo de extrema-direita (embora alguns de seus membros possam fazer parte de algum, a nível individual). Eles consideram que o papel desestabilizador do processo de abertura poderia ser desempenhado pelo Inkhata, uma organização nacionalista zulu, dirigida por Gatsha Buthelezi.

Em fins do ano passado, o Inkhata foi acusado de ter realizado um massacre de 36 militantes do Congresso Nacional Africano (CNA) em Sebokeng, um povoado negro situado a 80 quilôme-

tros ao sul de Joanesburgo.

Há evidências de que o Inkhata atua com a cumplicidade ou apoiado pelas forças de segurança do regime de minoria branca e de que estaria interessado em desestabilizar o governo de De Klerk e desprestigiar o CNA e seus principais dirigentes.

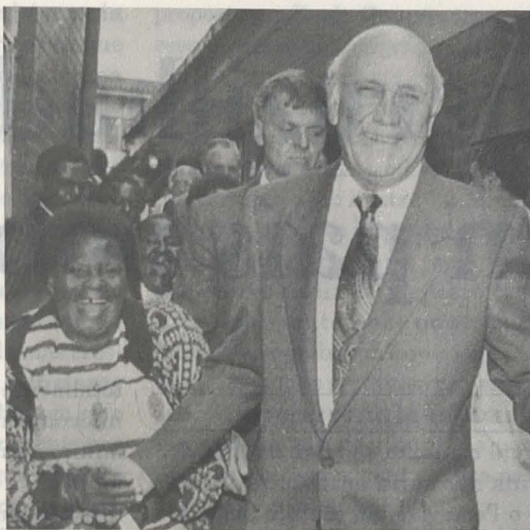


Os principais líderes do CNA têm sido alvo de uma campanha de desprestígio (acima, Nelson Mandela)



Gatsha Buthelezi, líder do Inkhata: acusado de cumplicidade com o regime de minoria branca

**As forças armadas e os paramilitares** – Alguns periódicos sul-africanos – sem nenhuma vinculação com o Partido Comunista ou com o CNA –, preocupados com o rumo dos acontecimentos, têm começado a chamar a atenção para os grupos que têm recursos, armamento, experiência e treinamento para desestabilizar o governo. Nesse sentido, os meios de comunicação sul-africanos começaram a traçar paralelos com o que ocorreu durante anos em vários países vizinhos, como a Namíbia, Angola, Moçambique e Zimbábue.



De Klerk: processo de democratização ameaçado

“Como afirma o *New Nation*, de 21/09/90, e o *Weekly Mail*, da mesma data, os grupos especiais das Forças de Defesa da África do Sul (SADF) e as organizações paramilitares, como o *Koevoet*, além de dirigentes da Renamo e da Unita – de Moçambique e Angola, respectivamente – têm treinado militantes do Inkhata num local denominado Hippo, na Faixa de Caprivi”, afirmam os religiosos.

“As evidências, porém, indicam que o papel das SADF no processo que mancha o país de sangue é muito mais importante que isso. As provas demonstram que as

forças armadas sul-africanas criaram esquadrões da morte, que seriam responsáveis por atos de desestabilização em massa, incluindo o massacre de pessoas”, diz o Documento Kairos II.

“As razões são as mesmas que os levaram a sabotar os governos de Moçambique e Angola ou ter tentado aniquilar a Swapo e o CNA durante tantos anos. Os motivos que alimentam a consciência sanguínea dos militares sul-africanos são os mesmos que usaram os militares das Filipinas, da América Central ou da América do Sul para justificar o terror institucional contra seus povos”, dizem os teólogos. “Paradoxalmente, num cenário mundial que está enterando a Guerra Fria, o anticomunismo furibundo ainda move as mentes dos esquadrões das SADF”.

“Muitos brancos e não poucos negros pensam que o principal perigo para o país está na importância que tem o CNA nas atuais negociações para a transformação do regime, princi-

palmente pela influência que o Partido Comunista da África do Sul (PCS) exerceria dentro dele. E, baseado nesse argumento, vale tudo para impedir a implantação do comunismo: assassinatos, massacres ou a prática do terrorismo indiscriminado”, afirma o documento.

E prossegue: “Nessa ordem de questões só cabe uma última pergunta: quantos e até que nível na escala hierárquica estão os militares implicados nas matanças e no desenvolvimento sistemático da violência? O Estado deve colher as provas que estão à vista. A sociedade deve saber até onde se chegou”, afirma o Documento Kairos II.

**O desafio das igrejas** – O relatório finaliza formulando um dramático apelo para que “a verdade seja esclarecida e denunciada”.

“As igrejas enfrentam um grande desafio”, diz. “Quanto mais fazemos apelos pela paz, maior é a violência. Quanto mais condenamos a selvageria dos métodos empregados, mais selvagens se tornam os assassinatos e os massacres coletivos. Quanto mais pedimos reconciliação, mais pessoas pedem armas para se defender dos ataques de que são objeto. É necessário que mantenhamos viva nossa palavra. Não podemos nos calar enquanto a justiça não encontrar provas suficientes para condenar alguém. Nosso povo está sendo massacrado todos os dias”, afirma o documento.

“É preciso falar, perguntar, correr riscos junto aos políticos, jornalistas e advogados, denunciando a violência e suas causas. Não devemos ter medo de assinalar com o dedo os responsáveis por uma conspiração que prejudica todo o país. A violência deve ser detida em suas causas. Devemos falar no nome de Deus, ainda que nos critiquem e nos acusem, que nos ameacem os esquadrões da morte”, ressalta o Documento Kairos II.

E finaliza: “Apesar das promessas de um futuro melhor, o racismo, a opressão, a discriminação e a injustiça continuam sendo o pão nosso de cada dia na África do Sul. Por isso, as igrejas não podem permanecer passivas. Devemos levar uma palavra de esperança a nosso povo, sabendo que não haverá esperança de paz num futuro próximo se não existir e se praticar a justiça”.



Apesar das medidas para atenuar a segregação racial, a população negra continua sendo discriminada e perseguida

# A encruzilhada de um país pobre

*A iniciativa do presidente Bush de integrar a região numa zona de livre comércio pode não passar de retórica para países como o Peru, que não contam com recursos para exportar e enfrentam grandes tensões internas*

**Marcelo Montenegro**

No atual contexto de crise da América Latina não seria exagerado afirmar que o Peru vive um conflito tão grave que ameaça sua precária institucionalidade política e a própria sobrevivência de sua frágil configuração estatal e nacional.

Este é, em síntese, o diagnóstico do sociólogo peruano Julio Cotler, do Instituto de Estudos do Peru, que analisou para **terceiro mundo** a viabilidade do programa de George Bush para América Latina e em especial o caso de seu país.

Cotler – um intelectual de longa trajetória dentro e fora do Peru – considera que seria necessário mudar, primeiro, alguns aspectos estruturais que dificultam o desenvolvimento econômico e social da América Latina, como a dívida externa, para que a iniciativa lançada pelo presidente Bush, ou uma integração semelhante com economias mais poderosas, possa oferecer possibilidades reais de implementação.

Países como o Peru podem se desarticular

totalmente se não conseguirem obter antes, internamente, um consenso político e social mínimo que permita fortalecer o funcionamento da democracia, encontrar uma resposta para a luta armada e abrir vias para o crescimento econômico.

**Uma retórica for export** – “A Iniciativa para as Américas proposta por George Bush é pura retórica”, afirma Cotler. Na sua opinião, programas parecidos, como a Iniciativa para o Caribe, também foram anunciados com grande estardalhaço e em pouco tempo se viu que não deram em nada.

A atual recessão nos Estados Unidos é, a seu ver, uma razão a mais que contradiz a proposta integradora de Bush. “Obviamente, essa situação vai originar um maior nível de protecionismo naquele país”.

As economias latino-americanas, com algumas exceções, não estão em condições de aproveitar as oportunidades do mercado dos Estados Unidos. “E esse é o caso do Peru. O México, ao contrário, já está, em certa medida, dentro de um processo de integração com



*Em Lima, os ambulantes dormem na rua para não perder o lugar. Segundo cifras oficiais, 83% da população economicamente ativa do Peru estão subempregados*

os Estados Unidos. O Brasil também teria condições de chegar lá. Mas não vejo de que maneira outros países poderiam realizar uma transformação de suas estruturas produtivas e aproveitar uma ampliação do mercado mundial (com tudo que isso implica) se continuarmos com a atual situação de endividamento externo. Nesses termos, a Iniciativa para as Américas de Bush se resume a um discurso retórico para adiar a solução do problema da dívida externa”, afirma Cotler.

Se as exportações latino-americanas crescessem haveria uma poupança suficiente para pagar a dívida. Esse caminho tem sido apontado insistentemente pelos organismos internacionais de crédito como a grande solução para o continente. Mas Cotler se declara muito cético: “Acho que é pura retórica. Basta ver a pouca atenção que os norte-americanos dão ao tema. É uma idéia para vendê-la no exterior”.

A América Latina se transformou num exportador de capital para pagar sua dívida. “No Peru, o pagamento da dívida deve absorver algo em torno de 60% das exportações de cada ano. Em consequência, para que a iniciativa Bush funcionasse, teria, por exemplo, que reduzir essa cifra para cerca de 20% e aumentar as exportações proporcionalmente. Não acho que isso seja possível”, disse.

**Os excluídos de antemão** – Na América Latina se fala dos anos 80 como uma década perdida. “No Peru, em particular – explica Julio Cotler – a situação se complica porque a paralisia começou há 20 anos. Por isso, quando este plano pretende mudar tudo, de um momento para o outro, sem mexer nas causas profundas do atraso de nossos países, não hesito em caracterizá-lo como mera retórica”.

Depois do México, Cotler considera que o Chile seria o outro país com melhores condições e disposição para tentar uma maior aproximação comercial com os Estados Unidos. Os próprios Estados Unidos teriam interesse nessa aproximação com uma economia que pouco compete com a sua: “O Chile está em condições de ampliar suas exportações para o norte do hemisfério e tem um empresariado capitalista, que aparentemente está cada vez mais apto para isso. Acho que inclusive politicamente o Chile estaria em melhores condições”, disse Cotler.

“Países como o Brasil, México, Venezuela e Chile – analisa – têm uma classe política e um empresariado com vontade e possibilidade de participar de um processo como o

proposto por Bush. Quando ocorreria esse processo de integração? Que nível de protecionismo poderia ser eliminado? Isso não sabemos.”

A situação muda quando nos referimos à área andina e Cotler utiliza um exemplo para ilustrá-la: “A CEE eliminou todos os impostos alfandegários para os produtos importados dos países andinos (no nosso caso, principalmente pela questão da coca). Mas o problema é que dispomos de muito poucos produtos para exportar. Ou seja, essa redução dos impostos não adiantou nada para nós, porque temos muito pouco para vender para os europeus”.

Dois razões seriam responsáveis por essa situação: um problema estrutural interno e a velha questão da dívida externa que, segundo Cotler, é hoje mais do que nunca determinante. “O empobrecimento desses países está em relação direta com o problema da dívida externa. Não digo *unicamente*, porque também depende das políticas que tenham seguido os respectivos governos. Mas a dívida condiciona totalmente o futuro”.

Técnicos do governo peruano acreditam que o problema da dívida poderia ser solucionado se simultaneamente entrassem novos capitais. Cotler acha que, se esses capitais realmente chegarem algum dia, não será um processo tão simultâneo. Essa expectativa foi criada pelo presidente Alberto Fujimori pouco tempo depois de assumir o governo. “Particularmente, não gosto da política de Fujimori. Mas pergunto: que outra alternativa lhe restava se já estávamos com uma inflação de 100% ao mês? Alan García deixou para Fujimori uma economia em total deterioração. Fujimori foi realista”.

Se um presidente, ao assumir o poder, se depara com um país no chão, com sua capacidade de negociação a zero, as alternativas se reduzem. Ao comparar a situação de seu país com a do Brasil, Cotler diz: “O Brasil, há pouco tempo, quis impor condições aos credores internacionais. E lhe responderam que não. E o Brasil tem capacidade de negociação. Imagine então o Peru... Quando quis impor condições, deixaram-no completamente só e disseram: ‘Se vira’”.

**A esquerda e os empresários** – Cotler defende em um de seus trabalhos mais recen-



Fujimori: poucas alternativas para tirar da crise uma democracia pobre

## Cólera: doença dos pobres

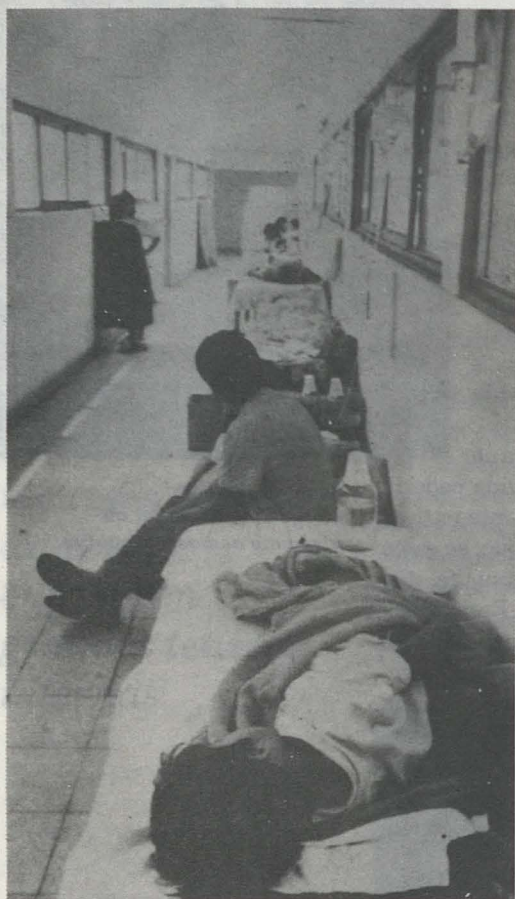
Desde fins de janeiro, quando o Peru registrou o primeiro caso de cólera, no porto de Chimbote, especialistas vinham advertindo para o perigo de uma epidemia devido às condições de miséria em que vive grande parte da população peruana. De fato, já nos primeiros dias de fevereiro, dezenas de pessoas abarrotavam os hospitais daquela cidade, situada a 422 quilômetros da capital, com todos os sintomas da doença.

Em pouco tempo, a doença se estendeu a Chancay, Piura, Trujillo e outras cidades da costa norte, alcançou Lima, a capital, e agora já atinge o litoral sul e a região serrana.

Segundo dados oficiais, até o momento quase 60 mil pessoas foram atingidas e cerca de 300 já morreram. Os hospitais estão registrando uma média de 50 a 100 casos de cólera diariamente.

O cólera é transmitido através de um bacilo, presente na água contaminada ou em alimentos. No Peru, a falta de saneamento básico e de um bom sistema de saúde pública propiciam o alastramento da doença. No momento, ela ameaça principalmente os 40% da população que não dispõem de esgoto e água tratada e não

têm recursos para comprar medicamentos. O próprio ministro da Saúde do Peru, Carlos Vidal Layseca, reconheceu que o cólera "é, antes de tudo, a doença dos miseráveis". A epidemia deve agravar ainda mais os problemas econômicos que enfrenta o Peru. Como medida de precaução, países europeus e latino-americanos ampliaram as restrições à importação de alimentos frescos, pescado e mariscos do Peru. Com essas medidas, estima-se que as perdas para a economia peruana chegarão a 300 milhões de dólares.



Chimbote: o hospital local não consegue atender todos os doentes que chegam com cólera

tes que a gravidade da crise atual pode ter produzido uma mudança no "senso comum" dos principais dirigentes políticos e sociais do Peru. Essa mudança pode estar levando à busca de um consenso que seja capaz de substituir o confronto atual, que os desgasta cada vez mais.

"Mas é preciso ser muito cauteloso. Pode ocorrer também uma regressão para uma luta armada generalizada, na qual não exista mais segurança para ninguém", afirma.

Aparentemente, existe uma tendência entre as elites políticas no sentido de procurar soluções negociadas. Um fator muito importante é que o empresariado também está falido e isso os obrigou a fazer uma reflexão. Segundo Cotler, a crise limitou as ambições dos empresários. "Muita gente se transformou, principalmente depois da derrota que sofreram com Vargas Llosa. Acho que os empresários chegaram à conclusão de que nunca mais vão conseguir a presidência da República se não repensarem suas propostas e sua organização política".

"Por outro lado, está a falência e fragmentação da esquerda. Não se trata de um problema externo, mas interno do Peru. Alguns partidos da esquerda, dirigentes e líderes sindicais começam a reavaliar seu futuro político, que consideram ameaçado pela falta de propostas novas. Os principais dirigentes peruanos passaram a buscar uma aproximação. O problema é como se faz essa transição. É muito difícil", diz o sociólogo peruano.

**Sendero Luminoso: um caso particular** – A presença do Sendero Luminoso na vida política peruana ocupa um grande espaço nas preocupações de Julio Cotler: "Acho que o Sendero é um problema muito sério. Há dez anos eu não teria feito essa afirmação. É claro que eu não pensava como hoje porque via que existiam, ao mesmo tempo, possibilidades de progresso e de desenvolvimento econômico. Depois de dez anos, durante os quais se tentou todo tipo de experiência, o crescimento do Sendero Luminoso aparece como resultado da segmentação social ocorrida no conjunto do país".

O Peru está dividido em três regiões muito bem marcadas, geográfica, econômica e culturalmente: o litoral, onde está a capital; a região andina, e a zona de selvas, no leste. Os fundadores do Sendero provêm de setores tradicionais da elite serrana, educada e ideologizada, que decidiram se organizar



“para enfrentar o conjunto da sociedade, à qual consideram inimiga”.

Além deles, existem os jovens saídos de outros grupos de esquerda do litoral, reunidos no Movimento Revolucionário Tupac Amaru (MRTA), que pretendem repetir a história da Serra Maestra, onde se gerou a revolução cubana.

“Nesse processo, ambos grupos se envolveram no negócio da coca. No caso do Sendero Luminoso, isso é bem claro: através desse envolvimento, controlam uma parte da população e do território. Como é que vai terminar essa história? Não se sabe. É um grupo guerrilheiro dedicado não apenas a atacar o Estado, mas que também mata dirigentes sindicais e rurais”.

Como mostraram algumas entrevistas na televisão, muitos de seus combatentes são adolescentes de 16 anos. “O Sendero é um grupo especial, não se pode compará-lo com nenhum outro. É impenetrável, pelo grau de segmentação ao qual chegou”.

**Uma luz no final do túnel** – No Peru, há uma revalorização do sistema democrático que pode significar uma esperança, uma luz no final do túnel. “O povo está lutando pela democracia. Tem conseguido protestar, se organizar. O problema é que se trata de uma democracia pobre, sem dinheiro. Mas, pelo menos, se pode reclamar nas ruas sem que haja mortos. Já é algo, o mínimo...”

Nas últimas eleições, apenas oito por cento da população se abstiveram ou votaram em branco. “Houve uma participação de 92%! Isso está querendo dizer algo, não é? Inclusive na zona sob controle do Sendero, que tinha ameaçado cortar as mãos dos que comparecessem às zonas eleitorais, as pessoas votavam”.

A democracia permitiu que centenas de milhares de pessoas pudessem exercer alguns direitos civis pela primeira vez. Indígenas que não falam espanhol descobriram a existência do habeas-corpus. “É verdade que o governo não dá importância para eles, mas o fato é que descobriram que são gente, que têm os direitos de um cidadão. Você observa que, em meio ao drama que vive o Peru com massacres do exército, do Sendero, do MRTA, as reivindicações de caráter democrático continuam em vigor”, afirmou.

No Peru, apesar de já terem ocorrido três mudanças sucessivas de governos, surgidos de eleições livres, mais que uma democracia real, há ainda uma promessa democrática. “Pela Tv, uma pobre mulher que estava sendo

espancada, gritava: ‘Eu sou peruana! Eu sou peruana!’. Essa é uma reivindicação de cidadania. Por isso eu acho que as lutas populares passam pela democracia, política, social e econômica. Isso está exigindo uma aprendizagem da elite, tanto da esquerda como da direita, porque antes ninguém foi democrático”, afirma.

Cotler vai publicar agora um livro onde inclui um artigo do sociólogo brasileiro Francisco Wefort, no qual este defende que, numa realidade como a brasileira, onde não existe ainda uma sociedade constituída, não há sequer lutas constituídas. “Não podemos pensar no socialismo se não temos uma classe operária, uma classe popular constituída”, diz Cotler. “Quando você se depara com o grau de desorganização e fragmentação social do Peru, constata o perigo da implantação de um projeto político de terror”.

**Fragmentação nas forças armadas** – Os militares não escapam ao processo de fragmentação e desorganização do conjunto da sociedade descrito por Cotler. “Estão tão empobrecidos quanto o resto da população. Empobrecidos (um general ganha 300 dólares por mês), os militares não conseguem controlar seus próprios soldados e oficiais que, muitas vezes, roubam os camponeses para comer”.

Os navios peruanos no exterior registram casos de “desaparecimentos” de oficiais quando chegam a portos como Londres e Nova Iorque. São oficiais que desertam e ficam nessas cidades, muitos para sobreviver como camelôs.

Cotler termina sua análise com uma advertência: “Os militares chegaram à conclusão de que não podem combater a guerrilha com os métodos tradicionais, que precisam do apoio de toda a sociedade. Mas para isso, a sociedade exige transparência e respeito aos direitos humanos”.



**Grupo de autodefesa formado por camponeses para se proteger dos ataques do Sendero Luminoso**



Parentes dos jesuítas assassinados em El Salvador participam de um ato em sua memória ao cumprir um ano de sua morte

## O martírio dos jesuítas

*Os jesuítas, cujo número vem diminuindo na Europa, encontram hoje por toda a América Central novos membros. São jovens atraídos pela missão social junto aos pobres e pela imagem de altruísmo criada por uma crescente legião de mártires*

Mary Jo McConahay\*

Quando seis de seus colegas jesuítas foram assassinados em 1989, frei Martín Gómez, de 26 anos, encontrava-se em uma favela no outro lado de San Salvador, a conturbada capital salvadorenha. Sob pesado bombardeio do exército, Gómez temia que o alvo dos soldados do governo fossem ele e outros jovens jesuítas. Ainda assim, decidiu permanecer na miserável favela de La Chacra, onde os moradores tinham acorrido à igreja para proteger-se das balas que destruíam os seus barracos.

"Pensava o tempo todo em meus dias de seminário, quando me ensinavam que 'Jesus sofreu tudo isso'", disse Gómez mais tarde. "A diferença é que eu estava morrendo de medo".

Gómez pertence a uma nova geração de jesuítas — uma ordem religiosa fundada há 450 anos dentro da igreja católica

romana, cuja imagem vem mudando nos últimos tempos. Os jesuítas, que já constituíram um núcleo de intelectuais empenhados em educar a elite mundial, são hoje uma força em favor da reforma social no Terceiro Mundo.

Sempre controvertidos e com fama de independentes dentro da hierarquia da igreja católica, os jesuítas têm conquistado os seus mais recentes adeptos em recantos do mundo como a América Central, onde seu trabalho se torna mais visível.

Enquanto na Europa e nos Estados Unidos o número de jesuítas tem decrescido, o total de novos adeptos recrutados na América Central aumentou em 150% desde fins da década de 70, quando os jesuítas locais deixaram de administrar escolas para os filhos dos ricos e foram trabalhar em favelas como La Chacra. Foi também a partir daí que o número de mártires entre eles aumentou. Em todo o

mundo, 33 jesuítas foram assassinados ou “desapareceram” de 1973 até hoje.

Carlos Manuel Alvarez, um guatemalteco de 33 anos, é tão afável e metódico quanto Gómez mas, por trás de sua aparente calma, há uma grande reserva de energia. Em um exemplo de como a ordem dos jesuítas vem mudando, ambos se referem a si mesmos como simples “centro-americanos”, em contraposição aos primeiros missionários jesuítas provenientes da Europa.

Segundo Álvarez, a história comum de uma região na qual “a injustiça é a mesma, diferindo apenas em grau”, une os jovens de diferentes países latino-americanos. “Nascemos e vivemos em meio à injustiça – diz ele – de sorte que tendemos a ser mais rigorosos e mais radicais em nossa análise que os missionários estrangeiros”.

**Dispostos a morrer em missão** – Julio Cesar Sosa, salvadorenho de 22 anos que ingressou na ordem pelo desejo de trabalhar junto aos refugiados, confessa que criticava o “intelectualismo” dos seis jesuítas espanhóis assassinados. “Mas depois vi como a ‘coerência’ daqueles homens – o fato de viverem aquilo que pregavam – ficou patente com a sua morte, e compreendi que eles tinham alguma coisa séria a dizer a respeito da situação em que nos encontramos”, diz Sosa.

Os jovens jesuítas viveram semanas de pavor após o massacre. Ironicamente, só se acalmaram quando o superior geral da ordem, Peter-Hans Kolvenbach, chegou de Roma para dizer-lhes que deviam esperar novas baixas. “Muito realista, ele nos disse que ser um jesuíta na América Central significa estar disposto a morrer a qualquer momento”, lembra Álvarez.

Longe de desencorajar os membros, a idéia de morrer em missão é uma possibilidade que parece estimulá-los. Cesar Jerez, reitor da Universidade Centro-Americana, que seleciona os candidatos ao seminário, diz que eles invariavelmente mencionam Rutilio Grande, um jesuíta assassinado na Guatemala em 1977 por ajudar grupos de camponeses locais a fundarem cooperativas. Ou lembram o arcebispo de El Salvador, Oscar Romero, que não era jesuíta, mas foi um respeitado religioso e defensor dos padres ativistas. Romero foi morto quando

celebrava missa em 1980. Diz Jerez que os futuros jesuítas falam de sua missão como “um trabalho que vale a pena”.

O massacre dos seis jesuítas em 1989 fez aumentar o número de participantes da fechada ordem de 25.000 homens, oficialmente denominada Sociedade de Jesus, mas cujos membros chamam simplesmente de “a Sociedade”.

Em face das ameaças alguns dias após o massacre, os jesuítas se dispersaram e procuraram se esconder. Um rapaz de 19 anos, cuja família abrigou um jesuíta, conta que a experiência o levou a ingressar na Sociedade. Outro jovem camponês ficou impressionado com o fato de que, após a matança, dois outros jesuítas continuaram a viajar ininterruptamente da capital a uma zona de guerra, a fim de levar ao povo os seus serviços religiosos, apesar das ameaças do exército. Esse jovem camponês também ingressou na ordem.

Essas manifestações de fé pessoal têm implicações políticas, pois os jesuítas da América Central tornaram-se agentes da reforma social. Existem jesuítas trabalhando como pesquisadores junto a grupos de especialistas dedicados a questões sociais e econômicas. Mas um número crescente deles vive de forma simples ao lado de seus paroquianos, seja em favelas pobres como a de La Chacra, seja pregando para os que trabalham na colheita de banana em pequenas cidades úmidas do litoral atlântico de Honduras, ou prestando assessoria a uma cooperativa de padeiros na província mais ocidental de El Salvador.

**Tensões com o Vaticano** – Esse novo surto de ativismo jesuítico fez crescer as tensões nos bastidores do Vaticano na década

de 80. O papa João Paulo II receava que a ênfase colocada pelos jesuítas na justiça social pudesse contribuir para aumentar a simpatia pelo socialismo ou pelo marxismo.

Dizem os jesuítas, porém, que o fato de se manifestarem contra o status quo não significa que tenham motivações políticas. “Não procuramos nos identificar com este ou aquele sistema, e sim com maior justiça social”, insiste Álvarez.

Para ele e outros observadores locais, o massacre de 1989 ainda é um momento bem presente, que traumatiza e fortalece a todos. Quando José María Tojeira, o superior centro-americano da ordem, conhecido entre amigos pelo apelido de “Chema”, ordenou a uma dúzia de jesuítas que fossem ao local do massacre, os jovens não partiram todos juntos, mas seguiram dois a dois, a intervalos de alguns minutos, para que não fossem apanhados em grupo como ocorrera aos seus colegas mais idosos.

Muitos jesuítas têm apoiado a luta por reformas sociais





A guerra e a miséria têm deixado um saldo de milhares de mortos e de refugiados na América Central

Sua atitude naquelas primeiras horas, dizem os jesuítas salvadorenhos, estabeleceu um padrão de conduta que eles mantêm até hoje: não temer o perigo, mas tampouco tornar mais fácil a agressão.

“Eu não queria ver os corpos, mas Chema disse que tínhamos de ver tudo, a fim de prestar nosso depoimento”, diz Álvarez. “A situação nos uniu. Lado a lado com a sensação de impotência, havia a impressão de que os

próximos seríamos nós”.

Em meados de novembro passado, os jesuítas e outras delegações reuniram-se na capital salvadorenha por ocasião do primeiro aniversário do massacre. O clima era o de simples reunião, mas os sacerdotes locais disseram que a finalidade era impedir que alguém esquecesse a brutalidade daquela manhã. Houve quem advertisse contra a tendência a transformar os padres mortos em heróis populares e esquecer o fato

de que eles foram vítimas de uma brutal repressão militar, como milhares de outros neste país.

Enquanto isso, os jesuítas são os primeiros a afirmar que o seu trabalho “não prosseguiu ininterruptamente, mas vem sendo retomado”. Dizem eles que o massacre foi uma dura lição que aprenderam, ao lado da gente comum com a qual trabalham, em um país onde a guerra civil já fez cerca de 70 mil vítimas, a maioria das quais não recebeu qualquer atenção do noticiário internacional.



El Salvador: padres rezam missa pelos dirigentes da FDR assassinados

**Flores no local do massacre** – Um ano após o massacre, vários jesuítas falam de Obdulio Ramos como uma espécie de modelo.

Ramos, o jardineiro da ordem, plantou, por sua própria iniciativa, um grupo de roseiras, dispostas em círculo, no local onde os corpos foram encontrados, inclusive dois pés de rosas amarelas para sua esposa Elba e a filha, que morreram juntamente com os padres. “Eu aguava com cuidado aquelas roseiras, dosando a quantidade de água para que elas florescessem exatamente na data do aniversário,” diz o homem que transformou a cena da carnifina em um local aprazível e belo.

\*Pacific News Service. Mary Jo McConahay é editora do PNS para a América Central.

# Outra "explosão populacional"?

Walter Truett Anderson\*

Uma segunda "explosão populacional" começa a preocupar os ecologistas: o número de automóveis em todo o mundo provavelmente dobrará nos próximos anos – trazendo mais engarrafamentos de trânsito, mais poluição atmosférica, mais ruído, mais acidentes e maior conflito político em torno do controle da produção mundial de petróleo.

Existem hoje no mundo cerca de 540 milhões de veículos motorizados – incluindo automóveis, caminhões, ônibus e veículos comerciais. James MacKenzie e Michael Walsh, do World Resources Institute, calculam que esse número pode ultrapassar 1 bilhão dentro de 20 anos. Isso será suficiente para pôr em risco todo o progresso alcançado até agora no combate à poluição urbana, à chuva ácida e ao efeito estufa.

Os EUA não são mais os campeões mundiais de trânsito congestionado. Os engarrafamentos de Tóquio são antológicos e, em muitas cidades do Terceiro Mundo, o número de automóveis excede à capacidade das ruas e estradas.

O número de acidentes de trânsito – já responsáveis por mais de 250 mil mortos e vários milhões de feridos e paráliticos a cada ano – tende também a crescer, da mesma forma que a dependência mundial em relação ao petróleo.

**Grande negócio** – Para os industriais, a crescente procura de automóveis é um grande negócio. Os fabricantes de carros continuam a organizar novas firmas e construir novas instalações, de olho nos crescentes mercados do Leste europeu, da América Latina e da Ásia.

O que os ecologistas esperam fazer é evitar que o automóvel se torne o meio de

*Hoje em dia os automóveis contaminam menos a atmosfera, mas o problema da poluição continua: a "população" de automóveis pode dobrar nos próximos anos*



O grande número de carros torna inevitáveis os engarrafamentos

transporte preferido em todo o mundo. E, da mesma forma como fizeram recomendações para o planejamento familiar, com vistas a deter o crescimento da população humana, fazem quatro recomendações para deter o aumento da população de automóveis:

#### 1) Produzir melhores carros

Por enquanto, deve-se fabricar carros menores e mais eficientes; no futuro, carros totalmente não-poluentes, que utilizem fontes de energia "limpas", em vez de combustíveis fósseis.

#### 2) Aperfeiçoar a administração do trânsito

Várias estratégias de controle do congestionamento do trânsito urbano já foram adotadas com sucesso em muitas partes do mundo: restrições destinadas a proibir o acesso de automóveis aos centros urbanos, criação de ruas e zonas exclusivas de pedestres, limites de velocidade, etc.

#### 3) Oferecer mais transporte coletivo

Qualquer recurso que tenda a colocar mais pessoas em um veículo – sejam trens ou sistemas de "lotações" – contribui para diminuir o gasto de energia por número de passageiros e reduzir a quantidade de automóveis nas ruas.

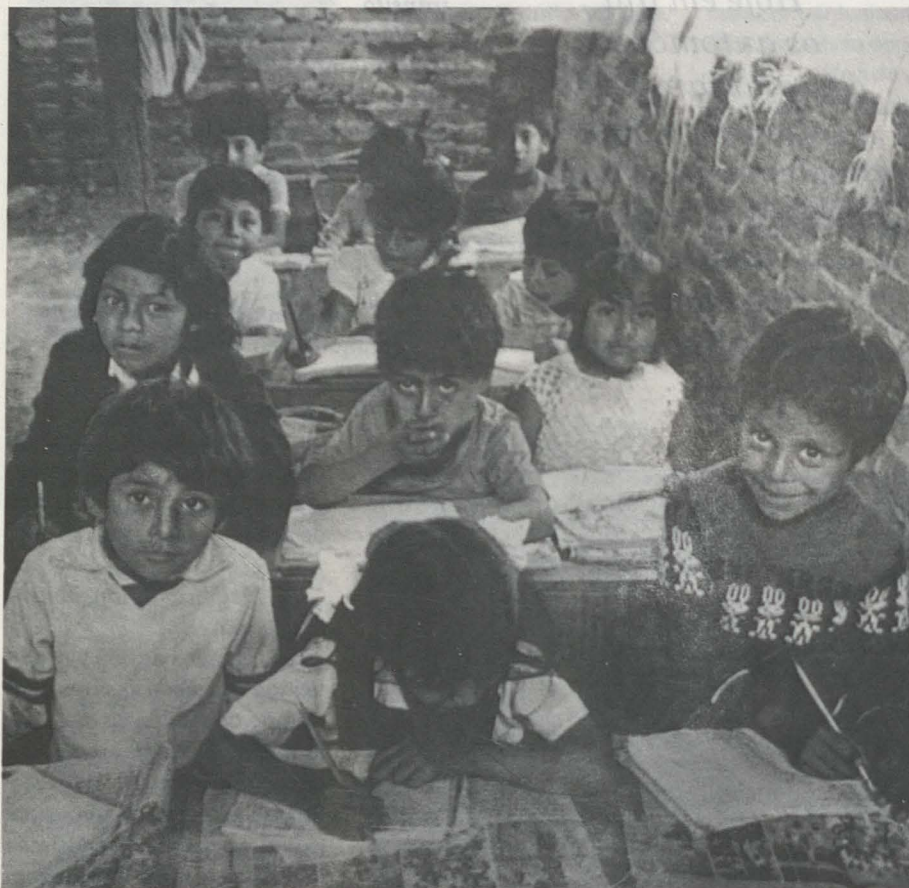
#### 4) Melhorar o planejamento urbano

As cidades devem ser planejadas de modo a evitar uma grande dependência em relação ao transporte automotor – ou seja, o contrário da filosofia que orientou os planos de expansão urbana nas últimas décadas. A nova abordagem favorece maiores densidades urbanas – tais como a combinação de edifícios de apartamento e conjuntos residenciais com casas isoladas – e uma maior combinação de residências com centros comerciais.

Em resumo, tudo isto significa que, mesmo que a população humana continue a crescer, a população de automóveis não precisa aumentar na mesma proporção. Existem muitas maneiras de mudar nossos hábitos de transporte e muito o que dizer a favor de evitar que a civilização, depois de escapar à ameaça nuclear, venha a perecer em um congestionamento global de trânsito.

\*Pacific News Service. Walter Truett Anderson é editor-adjunto do PNS e cientista político especializado em ecologia.

# Cerimônia macabra



As crianças pobres estão mais sujeitas a ser objeto de um tráfico de órgãos

*Mesmo sem qualquer comprovação, os boatos sobre a existência de um mercado negro de órgãos de crianças sequestradas continuam a circular em diversas cidades latino-americanas*

**Debbie Nathan\***

**V**enda de órgãos: objetivo do tráfico de crianças". "Gangues de sequestradores". "Órgãos em troca de dólares".

Manchetes como estas, alardeadas em revistas e jornais mexicanos nos últimos seis meses, vêm contribuindo para perpetuar um apavorante boato, propagado ultimamente no México e em toda a América Latina. Em reuniões nas escolas ou em jantares elegantes, os pais se declaram preocupados com os seus filhos. O receio é que indivíduos norte-americanos, israelenses e europeus, sob o pretexto de adotar crianças estrangeiras, pretendam utilizar os seus órgãos em

operações de transplantes no Primeiro Mundo.

Embora um plano tão horrendo pareça coisa de romance de García Márquez e nunca tenha sido comprovado, muitas pessoas estão levando a sério esses rumores — tão a sério que uma folclorista francesa os interpreta como uma moderna lenda urbana do Terceiro Mundo e especula a respeito do seu significado geopolítico.

A princípio, a história da venda de órgãos de crianças parecia ser apenas um simples exemplo de sensacionalismo jornalístico. Tudo começou há cerca de quatro anos, quando a polícia da cidade hondurenha de San Pedro Sula localizou 13 crianças que haviam sido escondidas em várias casas, à espera de transporte para adoção clandestina em outro país.

De onde vinham aquelas crianças? Teriam sido sequestradas ou simplesmente vendidas por mães pobres?

Enquanto as autoridades investigavam o caso, um funcionário do serviço oficial de assistência social chocou o país com a notícia de traficantes de órgãos infantis. No dia seguinte, ele negou ter dito que houvesse estrangeiros coletando órgãos entre as crianças hondurenhas e afirmou que apenas repetira rumores em curso entre as assistentes sociais locais.

Mas a mídia latino-americana reproduziu a notícia, sem mencionar os desmentidos. Em pouco tempo, o boato acerca do tráfico de órgãos de crianças estava sendo repetido pelas autoridades e pela mídia, desde a Guatemala até a Europa.

**Faltam provas** — A agência noticiosa soviética Tass publicou a notícia em 1987 e transmitiu-a a nível mundial. No ano seguinte, as Nações Unidas e o Parlamento Europeu manifestaram sua preocupação com o possível assassinio de crianças do Terceiro Mundo para fins de extração de órgãos.

Indignado, o Departamento de Estado norte-americano negou a denúncia, atribuindo-a a uma campanha soviética de desinformação. O FBI e o Departamento de Saúde dos Estados Unidos também negaram os rumores. A Unos, agência que supervisiona transplantes nos EUA, observou que, como os órgãos são delicados e perecíveis, o processo é

cuidadosamente fiscalizado. As equipes de transplante, disse a agência, incluem tanta gente que qualquer plano hediondo dessa natureza seria rapidamente denunciado.

Um grupo de ativistas da área dos direitos humanos, que veio da França para a América Latina, não conseguiu encontrar qualquer indício de que estivesse havendo tráfico de órgãos vitais de crianças.

Dados todos esses desmentidos, as autoridades julgaram que os rumores logo desapareceriam. Mas estavam enganadas. A cada dois ou três meses, do Paraguai até a Coréia do Sul e desta até o México, os tablóides e até mesmo a imprensa tradicional tornam a falar de crianças adotadas ou sequestradas, supostamente encontradas mortas ou mutiladas – sem o fígado ou a córnea.

O fato dos investigadores jamais conseguirem localizar essas crianças não contribuiu para desfazer tais boatos. De fato, a odiosa notícia encontrou tal aceitação popular que a folclorista francesa Veronique Campion-Vincent acredita se tratar da variante urbana de uma lenda secular, segundo a qual certos “forasteiros” – como ciganos ou judeus – roubam e matam criancinhas.

Em recente edição do jornal *Western Folklore*, Campion-Vincent observa que essas lendas são símbolos patentes de uma angústia cultural acerca de problemas reais. Segundo ela, nos Estados Unidos, os mitos a respeito de crianças sequestradas e mutiladas refletem preocupações com casamentos desfeitos, tensões interraciais ou étnicas e permissividade sexual. Mas o Terceiro Mundo sofre de outro conjunto de temores.

**Rede de adoções ilegais** – Em primeiro lugar, práticas inadequadas de adoção parecem estar se generalizando. Diversos investigadores verificaram que muitas crianças latino-americanas vêm sendo rotineiramente compradas e, às vezes, sequestradas para adoção no exterior. Até mesmo certas adoções aparentemente legais baseiam-se, muitas vezes, em práticas ilegais.

Os inadequados procedimentos de adoção resultam da confluência da pobreza no Terceiro Mundo com o declínio das taxas de natalidade nos países industria-

lizados avançados, diz Victor Carlos García-Moreno, especialista em adoções estrangeiras, que é também professor de Direito da Universidade Nacional Autónoma do México.

“Norte-americanos, europeus e israelenses têm ido cada vez mais a países em desenvolvimento para adotar crianças”, diz ele. De fato, em 1980, o Departamento de Estado registrou somente cerca de 5.000 adoções estrangeiras legais feitas por cidadãos norte-americanos. De lá para cá, o número dobrou. A Coréia do Sul é o país que mais tem fornecido crianças, mas vários países latino-americanos são também importantes fornecedores. O



Muitas mães adolescentes são obrigadas a vender ou doar os filhos

México nunca forneceu mais que 150 adoções de crianças por ano.

García-Moreno insiste, porém, que quando se acrescentam as estimativas de adoções ilegais, o México, fonte dos atuais boatos de utilização de órgãos de crianças, envia milhares de crianças aos Estados Unidos anualmente.

O mesmo García-Moreno descreve como funcionam as adoções ilegais em países do Terceiro Mundo como o México: “Advogados dão cobertura a administradores de orfanatos, enfermeiras e ‘recrutadores’ que vão a bairros pobres ou favelas sugerir que as mães lhes entreguem os filhos, mediante a oferta de uma compensação de 4.000 a 6.000 dólares”.

**Um bebê por 2.000 dólares** – Lupe Borjon, residente da cidade fronteiriça de Juarez, recebeu uma dessas ofertas no início do ano passado. Borjon chegou a

Juarez em 1989, proveniente de uma comunidade agrícola localizada a uns 200 quilômetros ao sul dali. Hoje, mora com o marido e os seis filhos do casal em um barraco de favela, de um cômodo só.

Para ajudar a prover o sustento da família, cruza ilegalmente a fronteira para El Paso, no Texas, onde vai de porta em porta vendendo frutas; e lembra-se de que, em uma dessas visitas, quando estava grávida de sete meses, foi abordada por um casal norte-americano bem vestido. “Eles me disseram que, se eu lhes entregasse a criança, pagariam todas as minhas despesas médicas em El Paso e a criança poderia viver em um lar confortá-

vel. Ofereceram-me cinco milhões de pesos (cerca de dois mil dólares)”.

Caso ela houvesse aceito a oferta, Borjon provavelmente teria sido transferida para El Paso e registrada em uma clínica com o nome da mãe adotiva norte-americana. O recém-nascido receberia uma certidão de nascimento emitida pelos Estados Unidos, na qual a mulher norte-americana figuraria como a verdadeira mãe.

Diane Holzer, parteira de uma próspera clínica de El Paso, diz que esse tipo de coisa é comum na fronteira. “Há pouco tempo, uma mexicana grávida veio nos procurar. Forneceu um nome norte-americano e declarou uma idade que evidentemente não era a sua. Verificamos depois que ela nos dera o nome da mãe adotiva. Nos inteiramos de casos como este duas ou três vezes por ano – mas quantos outros deixamos de descobrir?”

Um pouco mais ao sul da fronteira, certos traficantes do mercado negro empregam métodos semelhantes. Em janeiro de 1986, um artigo publicado pelo *Boston Globe* descreveu as atividades de uma dona de casa do Arizona, de nome Deborah Tanner, que trabalhava com advogados mexicanos, "mães postiças" e funcionários públicos corruptos a fim de obter certidões e outros documentos falsos, mediante os quais os direitos sobre

adoções legítimas. "Em quase todos os países em que trabalhamos, essas notícias têm impedido adoções", diz Jean Erichsen, da "Los Niños", agência texana que trabalha com adoções de crianças latino-americanas. "As mães verdadeiras pedem os filhos de volta e as autoridades suspendem todas as adoções para investigar. É um transtorno que pode durar vários meses".



No México, os jornais têm dado grande espaço nos últimos meses aos insistentes rumores sobre o tráfico de órgãos infantis

os filhos eram subtraídos de mães pobres mexicanas. Tanner e um cúmplice foram mais tarde condenados sob a acusação de fraude federal.

Nos EUA, os especialistas em adoções condenam tais práticas, mas reconhecem que elas são muito comuns. Esse tipo de conduta ilegal pode facilmente passar despercebido. Mas os boatos da venda de órgãos do corpo têm evitado a ocorrência de vários casos de adoção clandestina que, de outra forma, escapariam à vigilância da lei.

Por exemplo, um casal texano estéril comprou recentemente na Cidade do México uma criança recém-nascida por 800 dólares. Quando o intermediário descobriu que os pais adotivos eram norte-americanos, a mãe exigiu a devolução da criança, por estar convencida de que ela iria ser vítima de traficantes de órgãos.

Os boatos impedem também algumas

**A miséria como pano de fundo** – Os rumores sobre o tráfico de órgãos servem também para explicar o desaparecimento de outras crianças do Terceiro Mundo. No México, por exemplo, onde até mesmo as escolas primárias do governo são caras demais para os pobres, muitas crianças que ainda não atingiram a adolescência abandonam o lar, à procura de comida ou aventura, ou ainda para atravessarem a fronteira para trabalhar.

Embora sejam tecnicamente consideradas "fugas de casa", o fato dessas crianças terem desaparecido é traumático demais para que suas famílias e comunidades o admitam, preferindo considerá-las vítimas de um suposto sequestro.

Quanto a sequestros comprovadamente praticados por estrangeiros, as estatísticas sugerem que eles não são mais frequentes no México do que nos Estados Unidos. Em ambos os países, os autores de sequestros costumam ser tarados sexuais que agem isoladamente ou mulheres mentalmente desequilibradas, desesperadamente desejosas de terem um filho. Ainda assim, as recentes manchetes mexicanas atribuem a culpa do desaparecimento e sequestro de menores a "gangues que roubam crianças" para vender seus órgãos.

Veza por outra, as próprias autoridades acolhem com seriedade esse discurso

distorcido. Em meados de 1990, na Cidade do México, o diretor de uma prisão federal e vários policiais foram acusados de torturar até a morte um jovem, suspeito de raptar uma criança. A tortura ocorreu logo depois que uma autoridade da Procuradoria Geral da República declarou que várias dezenas de crianças mexicanas teriam sido raptadas por traficantes internacionais de órgãos para transplante.

Em outubro do mesmo ano, o Congresso mexicano exigiu a formação de uma comissão para investigar o rapto de crianças e o comércio de órgãos.

**A origem dos boatos** – Enquanto García-Moreno descarta como fantasia a história da venda de órgãos, a folclorista Champion-Vincent acha que a lenda resulta, pelo menos em parte, das ansiedades dramatizadas pela adoção estrangeira de crianças. Enfrentando uma enorme dívida externa e acelerado aumento da pobreza, da desnutrição e da taxa de mortalidade infantil, muitos países do Terceiro Mundo sentem-se roubados não só de seus recursos naturais, mas também de cidadãos – entre estes, os jovens capazes de ambos os sexos que buscam uma vida melhor no exterior.

Em cidades do Peru, da Guatemala e do México abundam histórias folclóricas de gigantes e feiticeiros brancos que devoram a carne e bebem o sangue dos nativos de pele escura.

Campion-Vincent observa ainda que, em países como a Índia, Turquia e Brasil, permite-se que os adultos pobres vendam suas córneas e fígados. E adverte que, dadas as condições semelhantes de mercado nos Estados Unidos, a história da venda de órgãos pode um dia deixar de ser um mito.

Por enquanto, porém, ela sugere que, para os pobres e as elites do Terceiro Mundo, os boatos expressam um profundo sentimento de nacionalismo no confronto com culturas que são econômica e politicamente mais poderosas. Uma vez que a relação entre esses dois mundos provavelmente continuará sendo desigual, a lenda da venda de órgãos infantis pode demorar a desaparecer.

\*Pacific News Service. Debbie Nathan é correspondente do PNS no Texas, EUA.



# O falso paraíso

*Emigrantes latino-americanos fogem da violência política em seus países e enfrentam outro tipo de violência nas ruas norte-americanas*

**Beatriz Johnston Hernández**

Walter Calero, 22 anos, ex-soldado sandinista e zelador de um edifício de San Francisco, Califórnia, jazia na grande capela da Casa Funerária Driscoll's, assassinado com mais de doze facadas no corpo. Seu velório foi bastante concorrido. Alguns dos seus parentes se aproximavam do caixão, pousavam a mão no cadáver e murmuravam "até breve" ou faziam o sinal da cruz.

A ironia da morte de Calero não passou despercebida a seu tio, Francisco Taleno Molina. "Walter fugiu de uma guerra (há dois anos) para cair em outra guerra aqui", a guerra do crime urbano.

As palavras de Taleno Molina aplicam-se a milhares de emigrantes latino-americanos que vêm para os Estados Unidos, julgando estarem fugindo da violência, apenas para encontrá-la à sua espera nas ruas norte-americanas.

O corpo de Calero foi enviado à sua esposa e duas filhas pequenas em sua terra natal, injetado com um litro de formol para que pudesse ser velado ao chegar.

Dias depois, José Antonio Salgado jazia em seu caixão forrado de branco na capela número um da Casa Funerária Califórnia. O robusto salvadorenho de 40 anos os-

tentava um terno elegante, o rosto pintado com um cosmético cor de pele, a cabeça enfaixada em gaze branca de hospital de modo a cobrir os ferimentos abertos em sua cabeça pelo homem que o pisoteara até a morte. Salga-

Aura Maria Buitraga chora a morte prematura de sua sobrinha, vitimada pela Aids aos 26 anos. "Vejo-a em meus sonhos todos os dias... Não sei o que ela está tentando me dizer".

Quando deixou a Nicará-



Latinos: é comum encontrarem um fim violento nos EUA

do era um trabalhador braçal nos Estados Unidos até encontrar a morte à porta de um bar de Oakland.

Antes que o seu corpo chegasse à última morada em San Francisco, um dos auxiliares da casa funerária içou uma bandeira salvadorenha à porta da capela – um toque personalizado que seria incluído na conta de 1.600 dólares a ser cobrada à família do morto.

Sua mulher e filhos, que aguardavam a chegada do corpo no aeroporto de San Salvador, viram quando o caixão foi retirado do avião e enterrado em solo salvadorenho, lado a lado com os outros mortos do dia, vítimas da violência política do país de onde ele havia fugido há sete anos.

gua, diz Aura Maria, o que a sobrinha mais desejava era ter um filho. "Ela se apaixonava por todo bebê que via. Infelizmente, todas as vezes em que ficou grávida, perdeu a criança".

Foi por ocasião de um desses abortos que a jovem recebeu uma transfusão de sangue contaminado. A morte da sobrinha deixou a tia, católica devota, falando de um "Deus injusto". "Minha sobrinha não teria contraído Aids na Nicarágua, mas o seu destino estava traçado".

**Sonho frustrado** – O "sonho" de muitos imigrantes jamais se realiza, diz Carlos Demarty, comentarista de um popular programa de palestras da estação de rádio KIQT,

de San Francisco, que transmite em espanhol. "O mito da América do Norte é uma mentira, uma fantasia", diz ele. "Os latino-americanos vêm para cá pensando em trabalhar, economizar dinheiro e voltar. Mas a realidade que encontram aqui é bem diferente".

Para os que nunca teriam deixado sua terra se não fosse pela violência política, os Estados Unidos é um país que está longe do seu ideal de vida. Depois que chegam, o sonho de voltar persiste, mesmo que somente seja realizado na morte – como carga aérea em um caixão.

**Lucro para as funerárias** – A morte de latino-americanos contribui para a prosperidade das casas mortuárias. A Casa Funerária Califórnia faz intensa publicidade em jornais e revistas de língua espanhola, conquistando para o seu dono, Alexis Macias, a maior fatia do crescente mercado latino-americano de San Francisco.

"Para os ricos, a morte não prova nada", diz Reno Anderson, da Casa Funerária Anderson, concorrente de Macias na mesma rua. "Quando alguém morre, eles simplesmente metem o parente numa caixa de papelão e mandam-no para o crematório. Já os latinos dão grande importância ao velório, ao rosário de orações e, depois, ao enterro...fazem questão de tudo".

Visto que a idéia de retornar ao pó da terra é tão importante para muitos latino-americanos, os amigos e a família se cotizam para pagar as despesas. Estas, muitas vezes, vão a bem mais de 3.000 dólares. "Se não fossem os católicos – acrescenta Anderson – a indústria funerária deste país já estaria falida".



Dirigentes da CEE: o seu poder, assim como o das autoridades norte-americanas, é compartilhado com as elites do "jet-set telemático"

# A nova ordem transnacional

*As mudanças tecnológicas, a revolução produtiva e o despertar dos regionalismos marcam os anos 90, caracterizados pela emergência de elites que fazem do computador o seu instrumento de trabalho e aspiram a exercer o poder em escala planetária*

René Dreifuss\*

A década de 80 foi perdida para a América Latina, porque ela não soube entender o que estava acontecendo no cenário mundial. Os anos 80 foram de reformulação do sistema internacional e muitas coisas que pareciam surpresas, na verdade, não o eram.

Estamos assistindo em vários países a reformas que, de fora, rotulamos como "neoliberais". Visualizamos uma onda neoliberal cobrindo o planeta. Em certa medida, houve algo assim durante a década de 80, mas não foi consequência de uma ofensiva ideológica ou programática.

O que ocorreu nos Estados Unidos é muito diferente do que está acontecendo na França e é extremamente distinto do que houve no Japão, que por sua vez não é igual ao processo na Coreia do Sul. Neste último caso, supostamente o país entrou nos eixos do modelo neoliberal.

Todos os chamados "tigres asiáticos" – entre eles, a Coreia do Sul, Taiwan (Formosa) e Singapura, cada

um com suas características – são apresentados como sendo uma espécie de modelo neoliberal, onde tudo deu certo. Mas quando se examina com mais profundidade cada caso, comprova-se que o modelo que deu certo na Coreia do Sul é altamente estatizante, e nada tem a ver com as propostas do neoliberalismo.

No Japão, o que acontece na área da química fina, eletrônica de ponta e biotecnologia – setores considerados estratégicos e que estão altamente protegidos – não é o que ocorre no plano da indústria automobilística, para mencionar um caso onde funciona um esquema de associação com o exterior.

Nesses setores estratégicos, o Ministério de Comércio Internacional e Indústria trabalha em conjunto com as organizações empresariais, que têm, realmente, um pensamento estratégico. Não somente se ocupam da estruturação de suas empresas ou dos investimentos, mas o fazem, também, com a configuração da estrutura societária. E aí o Estado é o ponto de referência. É ele que coloca o facho de luz em cima das coisas, e fornece condições para que muitos desses empreendimentos sejam realizados.

Na Europa, quando se estuda o esforço de desestatização, se comprova que ele ocorre a partir de um forte empurrão por parte de certos setores empresariais. Estes precisam recompor fronteiras, porque o avanço tecnológico e a reestruturação produtiva assim o exigem.

Pensemos que um país como a Holanda, por si só, com oito milhões de habitantes e um território pequeno, não tem condições de fazer investimentos de grande porte, como é necessário para desenvolver certos produtos de tecnologia de ponta. Para ser viável economicamente em função do seu retorno, um investimento desse tipo tem que ser feito com a Alemanha, com a França ou com a Inglaterra.

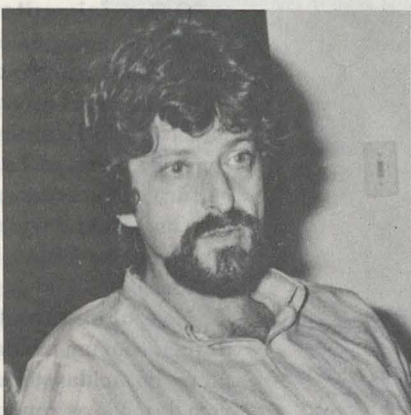
Por outro lado, a aceleração tecnológica impõe a interação científica: aquilo que hoje eu descubro não é meu segredo somente, é meu potencializador dos segredos dos outros. Daí, tantas associações entre rivais, nos mais variados campos, que conduzem ao "rompimento" de fronteiras pelo lado econômico, pelo lado científico-tecnológico.

Mas isso traz como consequência um rompimento também pelo lado político-institucional, mesmo que ele não estivesse previsto nos projetos políticos ou ideológicos.

Certamente, há vertentes político-ideológicas que viram nisso um desdobramento dos seus princípios, mas para o empresariado europeu, trata-se de uma questão extremamente pragmática.

**Organização social e política** – Sob alguns aspectos, estamos vivendo um fenômeno de transformação similar ao da própria Europa da Idade Média, quando se saiu dos vilarejos e dos condados para tentativas de unificação e interligação política e econômica mais amplas.

Hoje, os Estados nacionais têm fronteiras político-culturais definidas, com suas várias configurações internas. Sociedade, nação e Estado, nos nossos dias, em geral se organizam em cima do mesmo eixo, passando a ser estruturas superpostas. Uma nação é, ao mesmo tempo, uma sociedade já consolidada, e um Estado. Mas nem sempre foi assim. Como também não há nenhum princípio que diga que a forma atual de organização do ser humano em Estados-nacionais tenha que ser preser-



René Dreifuss

vada pelos tempos dos tempos.

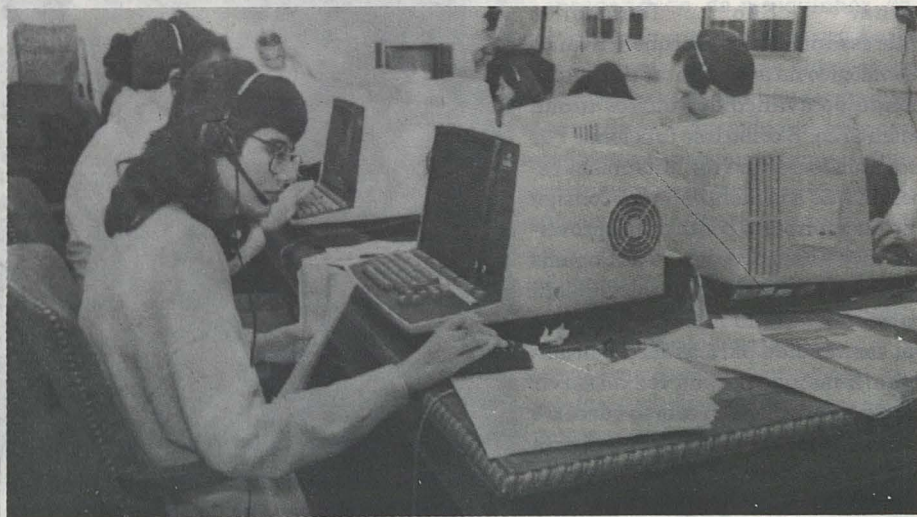
Neste momento histórico, coexistem diferentes formas de organização. Os Estados se unem para alguns empreendimentos específicos, mas mantêm a sua identidade em outros campos.

Na Europa, que vive o processo de integração visando ao ano de 1992, o mar do Norte não foi aberto à exploração comum. Ele continua sendo repartido milimetricamente entre os diversos países. A Noruega está cuidando do seu pedaço, assim como a Escócia, a Inglaterra, etc. Isto não impede que esses países se associem para levar adiante diversos projetos, desde a busca de naufragos, passando por projetos de perfuração de poços de petróleo, onde trocam tecnologia, recursos ou se associam para os riscos.

**As fronteiras do conhecimento** – Hoje, a geopolítica não é somente uma questão de espaços físicos (mesmo quando as esquerdas nem sempre o entendam assim). Muitas vezes, não está em jogo um produto, mas o conhecimento para fazer o produto. As fronteiras com as quais estamos lidando já não são as convencionais, mas as do conhecimento, da informação, da capacidade de criar.

Ao longo da década de 80, houve uma reestruturação produtiva decorrente das reformulações científico-tecnológicas. O que significa reformulação num sistema produtivo, de fato? Significa novos produtos, novas formas de produzir, de organizar e localizar a produção e os criadores. A fábrica é hoje um conceito velho, ultrapassado. As unidades produtivas são, ao mesmo tempo, unidades de pesquisa científico-tecnológica.

O conceito de escritório também é reformulado. O velho escritório é uma coisa ultrapassada. A concentração em um espaço da cidade é muito velha, tem centenas de anos. A tendência, daqui para frente, com a revolução da informática, é as pessoas ficarem em



Computador: instrumento chave a partir da década de 80

casa para trabalhar; há uma reformulação do espaço urbano. Passa a existir o trabalhador à distância, o funcionário de escritório à distância e a direção à distância. E mais, as conferências acontecem sem que as pessoas tenham que se reunir num mesmo local. É a teleconferência mundial, via computador.

O produto é ao mesmo tempo mundial e particularizado pelas características de consumo de cada lugar. A era da massificação do produto, do cartão de crédito ao jeans, foi a década de 60 para 70. A de 80 é o recomeço da particularização. É o molho específico no hambúrguer, é o toque francês no McDonalds.

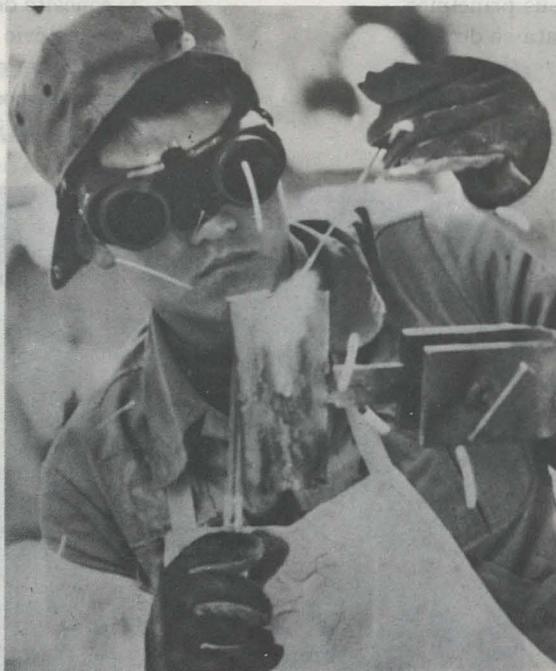
Há uma valorização dos produtos artesanais. Embora sejam até produzidos por grandes empresas, têm o toque artesanal no invólucro e até no cheiro. Tudo isso interligado não só com uma estratégia de marketing, mas por ser uma demanda societária.

Vivemos um processo de afirmação étnica. A massificação, as comunicações e a informação, tal como hoje são processadas, curiosamente viabilizam isso. O regional, o étnico e o nacional aparecem finalmente de forma digna, não como uma coisa recalçada.

**Os grandes blocos** – A década de 80 marcou o nascimento da Nova Ordem Transnacional, um processo de interligação, e a formação de macromercados globais: Eucanmex (Estados Unidos, Canadá, México), Europa 92 (com a ex-Europa socialista) e os vários eixos, Interpacifico, Intrapacifico, Pacífico-Europa, etc. Estamos na era da formação das continentalizações político-estratégicas, das corporações estratégicas e dos megaconglomerados.

Isso deve levar em consideração uma série de outros fenômenos: onde fica a área militar nisso? E as particularidades militares, o segredo, o equipamento específico?

Abre-se um leque de perguntas que obrigam a uma reformulação interna. São fenômenos interessantíssimos, porque o avanço tecnológico na área militar de uns depende do avanço dos outros numa outra área. E como isso funciona? Por exemplo, será que na Mitsubishi esperam que a General Motors consiga chegar a um certo ponto para aproveitar esse avanço, e depois a Siemens espera o lançamento da Mitsubishi para aproveitá-lo num produto, que vai ser vendido para as forças armadas alemãs, que por sua vez vai servir para potencializar o recurso sueco e o francês, e daí vai sair uma descoberta que vai envolver a Fiat, que vai desenvolver um projeto para o Pentágono?



*“O modelo que deu certo na Coreia do Sul é altamente estatizante, não é neoliberal”*

**O florescimento das nacionalidades** – A interligação tecnológica criou um admirável e complexo mundo novo, a partir da década de 80. E ele está se materializando na década de 90, provocando mudanças na sociedade. Hoje, as mesmas demandas legítimas de consumo, de reordenamento institucional, de florescer cultural, de liberdade étnica, grupal, nacional, acontecem na União Soviética, na Hungria, vão começar a acontecer na China, no Vietnã, e em outros países asiáticos.

Hoje, torna-se contemporâneo e pós-moderno o fato de lidar com um moldavo. Há 15 anos atrás, quando se falava de moldavo, lituano, estoniano, as pessoas olhavam de modo estranho, como se se estivesse falando de algum bicho.

Atualmente, até as reivindicações nacionalistas dos curdos estão florescendo. Esse agrupamento humano de 20 a 25 milhões de pessoas distribuídas em cinco países (Síria, Turquia, Iraque, União Soviética e Irã) está voltando a lutar por seus direitos nacionais.

Devido ao problema de emergência das nacionalidades, a União Soviética está reduzida a um aparelho de Estado. Vários fenômenos estão em ebulição em muitas partes do mundo. Já são muito claros no ex-bloco socialista, mas certamente serão mais tarde fenômenos europeu-ocidentais, asiáticos, etc. Estão começando a aparecer, inclusive, porque estão sendo viabilizados pelos recursos tecnológicos existentes.

**A reformulação do Estado** – Os Estados continuam funcionando. Mantêm suas estruturas normativas, moderadoras, subvencionadoras, fornecedoras, formadoras, delimitadoras, de negociação, de agressão, de intercâmbio. Mas há um processo de reformatação dentro do Estado, de reformulação institucional: há áreas das quais ele se retira, áreas nas que ele entra, outras nas quais acentua a sua presença. E criam-se formas diferentes de se relacionar com o restante da sociedade e com os outros Estados.

Ao mesmo tempo, as sociedades estão mudando, assim como as estruturas produtivas, a ciência e a tecnologia. O resultado desse conjunto de fenômenos são as grandes mudanças que estamos vivendo hoje em dia.

Mas se bem é verdade que o Estado continua existindo, há algumas estruturas de poder que já estão funcionando a nível transnacional. Enquanto isso, o Estado é uma estrutura nacional, mesmo que possa ter projeção externa. (Existem Estados com projeção sub-regional, outros

com influência regional, continental, intercontinental e até, em certos casos, projeção planetária.)

**“Jet set telemático”** – Mas existem estruturas transnacionais também. Nesse sentido, aquilo que chamamos de “elites orgânicas” nas estruturas estratégicas de reflexão, de organização – que estavam organizadas de uma certa forma até a década de 70 – estão hoje num processo de reconversão.

Essas elites empresariais não deixaram de existir; ao contrário. Passa-se a ter agora o que chamo de “corporação estratégica”, além de megaconglomerados como os *chaebol* coreanos e os *keirets* japoneses. Não é mais uma “empresa multinacional”; é um outro fenômeno, com uma outra estrutura interna e de decisão.

Esses megaempresários, esses megadirigentes mudam a sua organização e a sua articulação. É uma forma diferente de agir da época do Committee for Economic Development, do Council for Relations e de outras estruturas internacionais da época. Nós estamos lidando agora com o que eu chamo de “jet set telemático”. Assim como as “elites orgânicas” foram capazes de criar verdadeiras organizações políticas de pensamento estratégico (como a Trilateral), agora, nos anos 90, as elites empresariais, militares, políticas, já não visualizam somente o espaço nacional e sua posição internacional, mas o planeta interligado.

O “jet set telemático” está montado em cima das estruturas organizacionais da década de 60/70 e inclusive de algumas que já existiam antes, como o Council for Relations. São grandes organizações do empresariado, de reflexão, de inteligência estratégica, que também incorporavam intelectuais, acadêmicos, militares, políticos, diplomatas. A novidade é que elas hoje funcionam como redes: *networks* (“rede”, em inglês) é a palavra chave no caso.

As elites atuais estão comunicadas pelas redes de computador e recorrem, se necessário, ao deslocamento rápido. Nas poucas vezes em que se juntam em espaços fechados, o encontro tem um outro sentido. Houve, recentemente, um encontro, na cidade suíça de Davos. Reuniram-se lá algumas figuras muito importantes, para troca intensa de comunicação. Mas, ao mesmo tempo, a teleconferência estava funcionando: o primeiro-ministro turco, por exemplo, falou para a conferência de Davos do seu gabinete, onde estava gerenciando a crise do Golfo.

Esse tipo de fenômeno é uma das marcas da década de 80, junto com uma miniaturização do Estado, que é um dado fundamental. O Estado não está se retirando na Europa, no Japão, nos Estados Unidos, mas



“Demandas, como a das nacionalidades na URSS, vão acontecer em outros países”

permanece de forma diferente. Nos Estados Unidos, ele não é o Estado central como é o francês, sueco, alemão. Mas ele existe através da sua interpenetração societária<sup>1</sup>.

O empresariado precisa do Estado, porque a estrutura social não funciona sem ele. Esse foi um dos motivos da queda da primeira-ministra Margareth Thatcher: com ela, o antiestatismo tinha se transformado numa questão ideológica. E, na verdade, o que está acontecendo nas sociedades mais avançadas não tem nada a ver com ideologia, e sim com as mudanças tecnológicas, com a economia.

**O caso da América Latina** – Os reflexos desse processo na América Latina mostram, para quem ainda duvidava, que os nossos países carecem de estruturas internas capazes de articular propostas de desenvolvimento auto-sustentável.

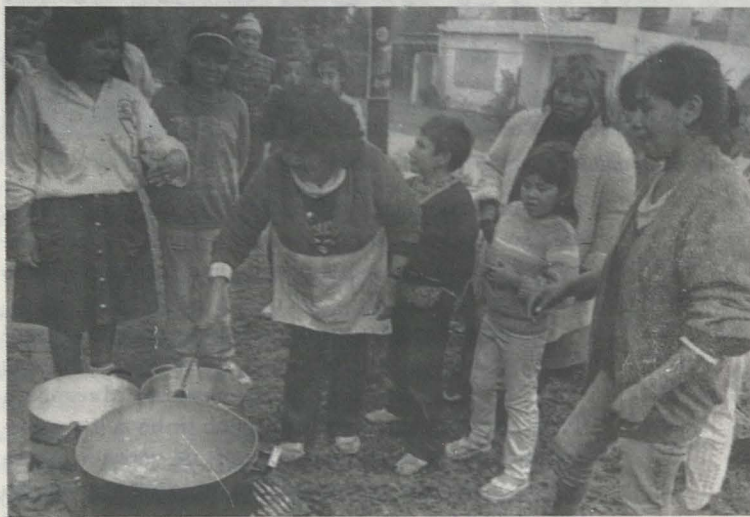
Isso é parte da incapacidade, da mesquinhez, da loucura das estruturas dominantes da América Latina. Porque em outros países, mesmo as elites mais repressivas, têm mostrado certa sensibilidade perante as demandas da sociedade. A Coreia do Sul teve um projeto de desenvolvimento montado sob um regime militar, policialesco, como o do Brasil na década de 60/70. Os sul-coreanos chegaram onde estão – mesmo sendo um sistema espoliativo – porque concordaram com uma relativa dignificação da mão-de-obra. Lá, o trabalhador ganha 10 vezes mais do que o assalariado brasileiro em atividades correspondentes.

Por esse lado, temos uma América Latina sem opções, com elites surdas e absurdas. As empresas privadas no exterior investem na pesquisa; aqui, não. Nem nas universidades investem. As elites têm mostrado incapacidade total de perceber alguma coisa além dos seus interesses imediatistas.

Mas, lamentavelmente, não estamos melhor pelo lado das esquerdas. Do lado progressista há uma incapacidade total de juntar as suas propostas, de unir as suas forças.

Hoje, na América Latina, fala-se muito na integração econômica. Ela é apresentada como a solução dos nossos problemas. A primeira pergunta a se fazer é se temos estruturas capazes de se integrar. Integração não é uma decisão simplesmente política. Exige uma certa estrutura produtiva, social, cultural, com capacidade e vontade de se integrar.

Nós temos isso? Nós temos vontade de fazer acontecer coisas, como os europeus têm? Temos vontade de dar satisfação às demandas das nossas sociedades? A



*"A América Latina não tem opções, com suas elites surdas"*

integração é o caminho para isso?

Para alguns países, a estratégia de desenvolvimento chama-se integração. Portugal é um exemplo: o seu planejamento está pautado para a integração. O mesmo ocorre com a Grécia. E certamente será esse o caminho a percorrer pela Iugoslávia, daqui a pouco (ou do que dela possa emergir).

No caso da América do Sul há um problema de estruturas e, em termos de sociedade, há o problema do projeto (ou falta dele) das nossas elites.

Integração na América do Sul, onde há países grandes e pequenos, onde alguns são macromercados enquanto extensão territorial, significa que a questão da soberania deve ser repensada. Porque vai ter que se lidar com escalas de investimento, de produção, de retorno, diferentes.

Imaginemos um sistema de comunicação – em prol da integração – que signifique um investimento em torno de 25 bilhões de dólares para a América do Sul. Individualmente, nenhum país vai poder fazer seu projeto.

Há alguns anos, na fronteira do Uruguai com o Brasil, havia queixas porque a rádio brasileira irradiava para dentro do Uruguai. Então as crianças, mesmo

a alguns quilômetros da fronteira, falavam um espanhol horroroso e escreviam pior ainda. E mais, todos os seus referenciais tinham a ver com o Brasil. O Paraguai tinha esse problema, em certa medida, também.

E agora? Com as mudanças tecnológicas ocorridas nas últimas décadas, o conceito de fronteira mudou. Com as transmissões de Tv em rede nacional, o Rio de Janeiro tem a mesma situação de fronteira com Montevideu que o Chuí tem com Santana do Livramento. Assim com a fábrica da Fiat em Betim (MG) está ao lado da central em Turim graças ao "jet set telemático". Trata-se de mudanças planetárias importantes. A intercomunicação dos dias de hoje abre uma dimensão diferente. Pensemos só num dado: a quantidade de informação que uma pessoa das áreas urbanas processa num dia fazendo a combinação "televisão-rádio-jornal" é 90% superior à informação que as elites tinham na Inglaterra num mês, no começo do século.

**Biotecnologia e engenharia genética** – A informação é a grande chave nessa véspera de século XXI. Vejamos o caso da Amazônia. Os países industrializados têm interesse na Amazônia não porque ela é o "pulmão" do mundo, ou porque as queimadas estão contribuindo para o efeito estufa. Não, eles cobiçam a selva amazônica pelo que ela ainda não oferece, mas se sabe que existe: o seu banco de dados genético – o filão da indústria farmacêutica. Há entre cinco e 30 milhões de organismos a serem ainda classificados, o que significa descrevê-los e depois decodificá-los. Isso implica que na Amazônia temos a chave para todo o processo de criação dos novos materiais; o futuro da biotecnologia e da engenharia genética.

Essas são as armas do Brasil para a negociação mundial: as do capital biótico. O Brasil tem na Amazônia a base para a ciência, a tecnologia e a produção do século XXI. Isso nos permite negociar. Mas exige mecanismos de negociação.

Para aproveitar o seu potencial, o Brasil necessita ter um parque científico instalado, porque senão, como vai explorar esse potencial? Precisa de dezenas de milhares de pesquisadores na área de química fina, biólogos, zoológicos, engenheiros "bioeletrônicos" (técnicos em microeletrônica que façam a interfase com a tecnologia).

Hoje tudo está baseado na informática. Mas, como usar todas as maravilhas eletrônicas, numa América Latina que, na sua maior parte, não tem eletricidade? Para integrar, é preciso se articular. E só se articula aquilo que está organizado. Articulação de quem não está organizado, não existe.

<sup>1</sup> Este texto foi processado a partir de uma entrevista exclusiva concedida por René Dreifuss à editora de cadernos do terceiro mundo, Beatriz Blissio

<sup>2</sup> O Estado norte-americano sempre foi diferente do europeu. O Estado central, o eixo norte-americano não é um Estado para dentro, mas para fora, o Estado da visão internacional, global, dos últimos 100 anos. Sua história é diferente.

# SUPLEMENTO BRASIL

**Os países mais ricos do mundo adquiriram essa condição e a sustentam, com base numa atenta postura de defesa dos seus respectivos interesses econômicos nacionais, e não se furtam a praticar políticas protecionistas necessárias ao seu desenvolvimento**

Ao Terceiro Mundo, porém, esse centro econômico do mundo prega uma doutrina diferente, a da plena abertura dos mercados e da mais absoluta competição, como se, no campo internacional, as puras leis do mercado fossem capazes de produzir um equilíbrio justo

44



**A experiência do reflorestamento urbano está em curso no Rio de Janeiro, através de diversos programas, com resultados considerados muito significativos**

Um dos projetos visa especialmente às áreas favelizadas, em geral localizadas em morros, onde a ausência da vegetação cria frequentes situações de risco para as comunidades, com os deslizamentos após as chuvas

50



**A contravenção atravessou o samba e o poder público no Rio de Janeiro decidiu declarar guerra ao domínio que os bicheiros passaram a exercer sobre as agremiações carnavalescas**

A progressão desse poder marginal sobre as escolas de samba avançou ao ponto de o Carnaval ter-se tornado uma ação empresarial desses *barões* da jogatina, que já ensaiam movimentos para privatizar a festa, transformada numa cascata de lucros para o pequeno grupo

52





*Documento abrangente propõe mudanças polêmicas em setores vitais do país e a retomada do desenvolvimento, mas o ceticismo é grande*

#### Procópio Mineiro

Um ano depois de tomar posse, e começar a surpreender a nação brasileira com seu estilo de governar e pelo jeito fácil de adotar as mais pesadas decisões, o governo Collor voltou a espantar, com o lançamento do Projeto de Reconstrução Nacional, o chamado Projeto. Em suma, um ano depois de instalado no poder, o governo baixa afinal seu plano de ação, como a comunicar que as metas anunciadas na campanha eleitoral e perseguidas no primeiro ano eram uma espécie de ensaio. Desta vez, uma novidade positiva, que demonstra um passo no amadurecimento do governo: o documento será submetido a discussão ampla.

As opiniões técnicas iniciais foram de ceticismo, quanto à possibilidade de o projeto, até apelidado de Plano Collor III, vir a atingir os resultados a que se propõe. O economista Dionísio Carneiro, da PUC/RJ, teme até que a nova política econômica, que se desenha na proposta, resulte numa "sarneyzação", isto é, em crescimento com altas taxas inflacionárias. "Temo que, diante do fracasso da política de estabilização, o governo utilize a promessa do crescimento como uma maneira de aglutinar apoio político. Afinal, é mais fácil repartir os sacrifícios, com todo mundo crescendo um pouquinho. Difícil é descobrir que, depois de um

# Projeto consolida

ano de purgante, o que resta a fazer é tomar mais purgante", analisou Dionísio Carneiro, em entrevista ao "Jornal do Brasil", de 17/3/91.

Na mesma entrevista, outro economista, Rogério Werneck, considerou que "a economia brasileira é hoje um organismo doente e vai ter que passar por um programa de estabilização sério, o que não ocorreu no ano passado. Estamos muito longe de ter uma economia com uma estabilidade mínima, que permita retomar um crescimento sustentado, e o maior perigo deste Projeto é o governo perder de vista esta questão".

De qualquer maneira, o Projeto, de largas ambições, caiu em cima do mundo político — o novo Congresso e os governadores a um dia da posse —, quando começavam a germinar esperanças de que se estivesse caminhando, no país, para um pacto. Na opinião de setores políticos, em lugar de ser o fruto maduro de um pacto, o Projeto apareceu com a surpresa de um disparo inesperado no campo de batalha, onde se agitavam bandeiras brancas de trégua.

**Credibilidade** — Segundo congressistas, o documento deverá sofrer muitas mudanças durante a apreciação parlamentar que vier a ocorrer, e muitos consideram que as reformas constitucionais pedidas não passarão antes de 1993. Para setores governistas, porém, o Projeto até vem beneficiar uma negociação nacional, pois trata-se de uma proposta já estruturada e apta a ser a base para discussões. Nos setores oposicionistas, o plano mereceu apreciações severas, por conter incongruências internas e não recuperar em nada a crise de credibilidade que cerca as iniciativas governamentais, frequentemente pelo ar de confusão que expressa entre os objetivos a que se propõe e os meios de que se utiliza. "São 54 páginas de um documento genérico, sem proposta política e econômica diferente, e aprofunda a política econômica recessiva que aí está", comentou o deputado Carrión Júnior (PDT/RS).

Calculado numa argumentação que repete a fraseologia do "moderno", "competitivo" e "antiestatal", de raiz neoliberal, o Projeto identifica com bastante propriedade os mais agudos problemas nacionais, destinando-lhes, porém, soluções inadequadas, como realçaram vozes oposicionistas. Ou seja, lamenta a pobreza e o desemprego, enquanto pratica a recessão.

Num dos trechos em que enfoca os problemas sociais, diz o documento que "um salto qualitativo na questão social no Brasil requer políticas decididas, que viabilizem uma maior e melhor oferta de atendimento escolar e pré-escolar, de serviços de saúde, de transportes urbanos, de saneamento básico e de habitação". E logo a seguir: "Requer também a adoção de medidas e a definição de metas que possibilitem conter a violência urbana e rural e o desrespeito aos direitos humanos. Exige, ainda, ações corajosas e inadiáveis para alterar profundamente a dramática condição da infância no País e resgatar a dívida social acumulada com os povos indígenas, cuja identidade cultural não pode ser desrespeitada. Todas essas questões merecem ser enfocadas sob o prisma de uma nova ética, fundamentada na solidariedade e na justiça."

Partindo-se de tal diagnóstico, muito competente, acentua-se a perplexidade ante a prática efetiva do governo, denunciada até em cartazes espalhados ao longo das rodovias pelas entidades universitárias, como danosa ao ensino brasileiro. Com relação à violência urbana e rural, não se conhece qualquer pendor do governo em adotar medidas efetivas para a descompressão social, que, nesses casos específicos, significaria seguir uma rota diferente de política econômica e a realização de reforma agrária. E infância abandonada não é um milagre da natureza, mas consequência do desemprego dos pais e do desamparo, que as políticas deste primeiro ano de Collor somente fizeram agravar. Do respeito demonstrado pelos índios, fica faltando apenas uma prova real, que poderia ser



# propostas de Collor

uma política diferente por parte da Funai. Será que, agora, vai mudar?

O ministro da Agricultura, Antônio Cabrera, garante que, na sua área, a proposta é para valer: "Collor vai aplicar 200 bilhões de cruzeiros, até 1994, para uma reforma agrária que assente 500 mil famílias".

**Polêmico** – O abrangente documento governamental inclui, na proposta de criação de um novo patamar de desenvolvimento, objetivos nas mais diversas áreas, desde a educação até a reforma do Estado, passando pela questão do tratamento ao capital estrangeiro, dívida externa, relações trabalhistas, previdência social, saneamento, habitação, transportes, cidadania, questão regional, desenvolvimento tecnológico, agricultura, entre outros.

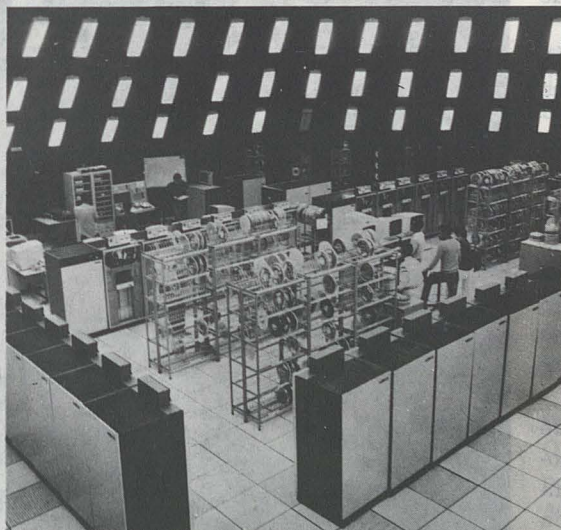
Entre as medidas concretas, o plano prevê um aumento da arrecadação federal (até 25% do PIB, como já ocorreu na década de setenta); aposentadoria por limite de idade (65 anos) e não mais aos 35 anos de serviço (aliviando assim o sistema previdenciário); fim da estabilidade para o servidor público (com o que se poderia demitir com facilidade na máquina estatal e, teoricamente, conseguir maior eficiência no setor); reforma da lei sindical (com vistas a despolitizar, entre outros aspectos, o movimento sindical).

Para adequar o país ao plano, o governo propõe sete emendas constitucionais e cerca de 50 projetos de lei, além de dezenas de portarias e outras instruções.

**Capital externo** – Um dos pontos centrais do Projeto é a chamada reforma do Estado, que, na concepção exposta pelo governo Collor, tem o sentido de reduzir a presença estatal em seu conjunto, em especial como indutor do desenvolvimento econômico. Esse papel passará, nessa concepção, ao capital estrangeiro, o qual, ainda sob

essa ótica, ajudará a colocar os produtos brasileiros no mercado internacional. Afinal, o governo acredita que "o capital estrangeiro deverá ocupar papel relevante na retomada do crescimento, não apenas como complemento à poupança doméstica, mas sobretudo por se constituir em importante canal de comercialização externa dos bens e serviços produzidos internamente".

O objetivo é modificar a Lei 4131, de 1962, que trata do assunto, de modo a criar maiores atrativos para que o capital externo flua para a economia brasileira de modo direto, como investimento ou reinvestimento, e não apenas como empréstimo. O documento fala em *joint-ventures* entre firmas brasileiras e estrangeiras, cabendo a estas trazer capital e tecnologia. Mas, fala também em modificar a legislação em pontos que significarão uma verdadeira condenação à morte de setores industriais brasileiros. É o caso em que trata do reconhecimento de patentes e propriedade intelectual, aspectos considerados fatais, por exemplo, para a indústria farmacêutica nacional, o que deixaria o país inteiramente nas mãos da indústria estrangeira, no estratégico setor dos medicamentos. O mesmo problema afetaria em muito o setor da in-



A informática é um dos pontos de atrito, pois a tendência do governo é suspender toda proteção

formática.

Mas, o Projeto indica também ser intenção do governo modificar o

sistema de remessa de lucros, liberalizando essa exportação de capital, de maneira a que as indústrias estrangeiras se vejam incapazes de recusar o convite. A atual legislação, que já permite o que muitos consideram uma sangria anual de bilhões de dólares, é descrita como restritiva no documento governamental.

**Reações** – "Não é um plano de governo, é um plano de *marketing*", definiu o líder petista na Câmara, José Genoíno. "Não dá para ser levado a sério", concluiu o senador pessedebista Fernando Henrique Cardoso, que vê o plano apenas como um instrumento para o governo "ir empurrando com a barriga" seu descompasso político.

"É um blá-blá-blá. Vai aumentar ainda mais a concentração de renda e escancarar as portas ao capital estrangeiro", criticou, por sua vez, o líder do PDT, Vivaldo Barbosa.

Já o líder governista Ricardo Fiúza (PFL/PE) e o petebista Gastone Righi consideraram a proposta um avanço para um acordo nacional, por conter um plano de retomada do desenvolvimento, tal como o entende o governo. "Trata-se de uma formulação genérica, até com boas intenções, mas genéricas", comentou o presidente da Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro (PMDB/RS).

Resta agora à habilidade política do próprio governo, dos congressistas e de todos os setores atingidos pelo plano – como trabalhadores, empresários, educadores, cientistas – a preservação dos aspectos positivos do projeto e a eliminação daqueles pontos propostos que representam instrumentos inadequados, equivocados ou mesmo contrários ao desenvolvimento brasileiro.



# Ricos nacionalistas querem pobres neoliberais

*A receita da completa abertura dos mercados é passada a cada dia ao doente Terceiro Mundo pelos países industrializados, que se reservam, porém, o direito de praticarem o nacionalismo*

**José Maria Rabêlo**

Só mesmo o colonialismo cultural ou, pior ainda, a defesa consciente dos grandes interesses internacionais podem explicar a atitude do atual governo e de setores da *intelligentia* brasileira, em favor de uma indiscriminada abertura do Brasil aos capitais estrangeiros. O neoliberalismo que defendem, aprendido nos centros universitários dos países ricos, é a porta aberta à dominação externa do que resta da economia nacional.

Ao contrário do que nos querem impingir – para isto, contam com a quase unanimidade dos meios de comunicação, uma vez mais com a Rede Globo à frente – o que preside hoje a política das potências centrais são o protecionismo, o nacionalismo e a defesa exacerbada de seus interesses.

A guerra no Golfo foi, no campo bélico, a expressão dos interesses nacionais das grandes potências.

Como poderemos nós, um país em fase crucial de desenvolvimento, com todas as incontáveis vulnerabilidades de nossa economia, abrir mão dos mecanismos protecionistas que asseguraram, e continuam assegurando, a construção e o fortalecimento das potências industriais?

**Protecionismo** – “A Comunidade Econômica Européia não deixará de proteger sua agricultura e fará uma proteção temporária de sua indústria avançada. Os europeus estão atrasados em sua tecnologia de ponta e terão que

protegê-la, como fez o Japão”.

Quem nos diz isto é um dos grandes teóricos neoliberais, o ex-primeiro-ministro francês Raymond Barre, em recente conferência aos empresários brasileiros, no Rio, promovida pela Fundação Getúlio Vargas e pelo Comitê de Cooperação Empresarial, ambos templos do neoliberalismo caboclo. E acrescentou, numa lição para a insensibilidade de nossos tecnocratas: “A agricultura é feita de homens e a retirada dos subsídios não pode ser feita abruptamente”.

O fracasso das negociações da Rodada Uruguai do Gatt resultou das imposições restritivas não apenas da CEE, mas também do Japão, dos EUA, da Austrália, etc. O Japão, por exemplo, já fez ver sua posição nesta matéria: não permitirá as importações de arroz, por maiores que sejam as pressões dos países exportadores. “Nós nunca abandonaremos nossa idéia inicial, de que a produção de arroz é uma questão de segurança nacional”, afirmou o diretor da Divisão de Assuntos Econômicos Internacionais do Ministério da Agricultura japonês, Michiru Okuma.



O Japão considera o arroz caso de segurança e dá amplo subsídio à agricultura

Mas é justamente contra o Japão que se fazem as principais manifestações empresariais, em vários países.

A Fiat, através da palavra do seu diretor internacional, Paolo Bernárdelli, falando por toda a indústria automobilística européia, coloca suas condições para a abertura do mercado da CEE: "Queremos um período de transição, ao menos até o fim da década. Será uma fase indispensável, para que a Europa consiga superar o *gap* com relação aos japoneses, investindo na elevação da produtividade e na construção de um novo patamar de eficiência".

**Agressividade** - Antes, na mesma linha de raciocínio, o presidente da Peugeot francesa, Jacques Calvet, em artigo publicado no "Le Monde", de 06/01/90, sob o título "Europa: fortaleza de areia", sustentava que "o Japão é uma ilha sem recursos naturais, que promove, em tempos de paz, uma economia de guerra". E denunciava, em termos dramáticos, o protecionismo japonês, praticado em detrimento dos outros países industriais.

Nós conhecemos as reações dos EUA contra a penetração japonesa, marcadas tantas vezes de sérias conotações raciais, pois, para muitos norte-americanos, os amarelos constituem uma raça inferior. Pesquisa efetuada em 1988 mostrou que 74% da opinião pública norte-americana acham que os investimentos estrangeiros deixam o país sem controle sobre sua própria economia, e consideram que o governo deveria limitar a aquisição de empresas locais por capitais externos.

Este sentimento antinipônico atingiu seu ápice com a campanha do superexecutivo Lee Iaccoca, pela televisão, em começos do ano passado, contra os japoneses fabricantes de carros, acusados de adotarem o *dumping* nos mercados mundiais. Ele condenava ainda o governo norte-americano por ser excessivamente liberal com as importações de automóveis japoneses.

"Nossos produtos são tão bons quanto os deles", dizia, na Tv, abraçado a uma bandeira americana. "Por que, então, este nosso complexo de inferioridade?"

Mas, as resistências americanas aos produtos japoneses são muito mais amplas. A Comissão Internacional de Comércio entendeu que as empresas lo-



Os países ricos impedem acordo no GATT, porque protegem sua produção de alimentos, enquanto exigem que o Terceiro Mundo abra totalmente as fronteiras econômicas

cais estão sendo prejudicadas em vários setores, especialmente no de telas para os televisores de alta precisão, de sistemas eletrônicos militares e de outras tecnologias de comunicação. Por isso, poderá restabelecer, brevemente, tarifas alfandegárias de mais de 300% para as telas fabricadas no Japão.

Os EUA têm agido com extremo rigor, para impedir que setores como as indústrias de aviões, de computadores e programas caiam em poder de interesses



Morita: por seu nacionalismo, o Japão abriu o caminho da autonomia

estrangeiros, principalmente japoneses. O governo americano chegou a impedir a venda de 80% da Fairchild Semiconductors, que fornece circuitos eletrônicos de alta velocidade para o Pentágono. Para o então diretor da CIA, William Casey, a presença dos japoneses nesta área seria um verdadeiro "cavalo de Tróia".

**Brasil, exemplo de dependência** - Esta fobia crescente aos interesses estrangeiros tem dado base a incontáveis publicações. Uma delas é o livro "Comprando na América", de Martin e Susan Tolchin. Os autores reconstituíram o processo de penetração econômica externa e concluíram, com uma advertência altamente humilhante para nós, que nada tínhamos com a história, mas também altamente adequada: "O principal risco deste processo é que os EUA se transformem no *Brasil do Norte*, endividado aos estrangeiros, dependente da boa vontade deles".

Todas essas manifestações provocaram os sentimentos nacionais japoneses. O exemplo maior é o livro "O Japão que pode dizer não", de autoria conjunta de Akio Morita, um dos fundadores e atual presidente do Conselho de Administração da Sony Corporation, um dos maiores

grupos econômicos japoneses, e de Shintaro Ishiara, deputado do Partido Liberal (no governo), considerado sério candidato a futuro primeiro-ministro.

Dizem os autores, entre outras afirmativas: 1 – o Japão não depende dos EUA para nada e não precisa estar dizendo sim, para satisfazer os americanos; 2 – o Japão está vários anos à frente dos EUA em muitos setores tecnológicos, a começar pelo dos semicondutores. Tratando-se de chips de grande memória, o predomínio do Japão é insofismável, fazendo com que os EUA dependam da tecnologia japonesa, inclusive no campo das armas nucleares

de médio alcance ou dos mísseis balísticos intercontinentais; 3 – a empresa japonesa é muito mais adiantada e eficiente que a americana. O individualismo e a insensibilidade social dos norte-americanos fazem de seu sistema econômico uma organização destinada apenas ao lucro; não há solidariedade entre os empresários e seus trabalhadores; e 4 – o Japão não necessita da proteção militar dos EUA, ele pode se defender sozinho.

Ao tomar conhecimento do livro, Iacocca afirmou, numa frase carregada de amargor e ressentimento: “A arrogância de Morita e Ishiara joga sal

numa ferida já aberta. Eles indicam o que pensam fazer conosco”.

**Nacionalismos atuantes** – Mesmo a Inglaterra da era Thatcher, onde as idéias neoliberais foram aplicadas com maior intensidade, já manifestou sua atitude restritiva aos investimentos estrangeiros, ao impedir que grupos árabes adquirissem parte das ações da British Petroleum e ao resistir a uma total integração com o resto da Europa.

O governo da Bélgica discute uma lei, que evite ou reduza a possibilidade de que investidores estrangeiros controlem empresas consideradas de interesse es-

## A feliz vaca europeia no trono do protecionismo

“Pelos cálculos da OCDE\*, os países industrializados dispenderam, no ano passado, mais de 200 bilhões de dólares nos mais variados artifícios de proteção dos seus agricultores e em práticas subsidiadoras de comércio. Neste ano de 1991, a Comunidade Econômica Europeia-CEE alocará 45 bilhões de dólares apenas para mecanismos de sustentação de seus preços agrícolas, cifra de magnitude semelhante à que também gastarão os Estados Unidos”.

Estes dados, indicadores do alto nível de protecionismo das economias mais ricas do mundo, figuram em artigo do embaixador do Brasil na Grã-Bretanha e representante de nosso país em várias conferências internacionais sobre políticas tarifárias, Paulo Tarso Flecha de Lima, publicado no jornal “Estado de Minas”, de Belo Horizonte, no dia 10/3/91. O embaixador mostra as extremas dificuldades dos países exportadores de produtos agrícolas do Terceiro Mundo, como o Brasil e a

Argentina, para colocar suas exportações nos mercados desenvolvidos.

“Esses recursos astronômicos” – prossegue o diplomata brasileiro – “são consumidos em complexos sistemas de preços de garantia, artificialmente elevados, compensações financeiras concedidas em troca de área plantada, facilidades creditícias e outras tantas. A isso, soma-se outro lado, talvez o mais agressivo no quadro de deturpações generalizadas em que se transformou o comércio mundial: as gigantescas somas destinadas a subsidiar a venda de excedentes agrícolas a países importadores de alimentos, com a qual são conquistadas, de forma predatória e desleal, parcelas significativas do mercado.”

Nosso embaixador em Londres reconstituiu a longa evolução das negociações da Rodada Uruguai, do Acordo Geral de Tarifas e Comércio-GATT, que começaram em 1986 e até hoje não chegaram a um entendimento, em virtude das resistências da CEE, do Japão e dos EUA, quan-

to à liberação das importações agrícolas.

Os países ricos, principalmente os da CEE, os EUA e Japão, queriam uma liberalização geral do comércio, inclusive de “temas tão inovadores como os de investimentos e propriedade intelectual”, mas resistiam à inclusão dos produtos agropecuários. Finalmente, aquele item foi incluído na Rodada, por insistência de países como o Brasil, a Argentina e a Austrália, e o recuo dos EUA (“já então angustiados com a sangria de recursos provocada por seu orçamento agrícola”). A partir daí, entretanto, as conversações emperraram e, quase cinco anos de-

pois, continuam na estaca zero.

E continua: “Não somente não temos acesso ao mercado desses países, como ainda estamos arriscados a perder o mercado de terceiros por uma concorrência injusta. Assim foi com os sucessivos avanços da CEE nos países que compravam nosso açúcar, como também ocorreu com as vendas norte-americanas de óleo de soja para a Índia, onde o Brasil vinha tentando consolidar seu espaço.”

Flecha de Lima conclui com esta afirmação sarcástica atribuída à ex-primeira-ministra Margaret Thatcher: “O despêndio anual, para se manter uma vaca na Europa, é superior à renda per capita de mais da metade da humanidade”.

Quer dizer: graças ao protecionismo nos países desenvolvidos, os gastos com uma vaca europeia são superiores ao que podem gastar, por ano, 50% dos cidadãos do planeta.

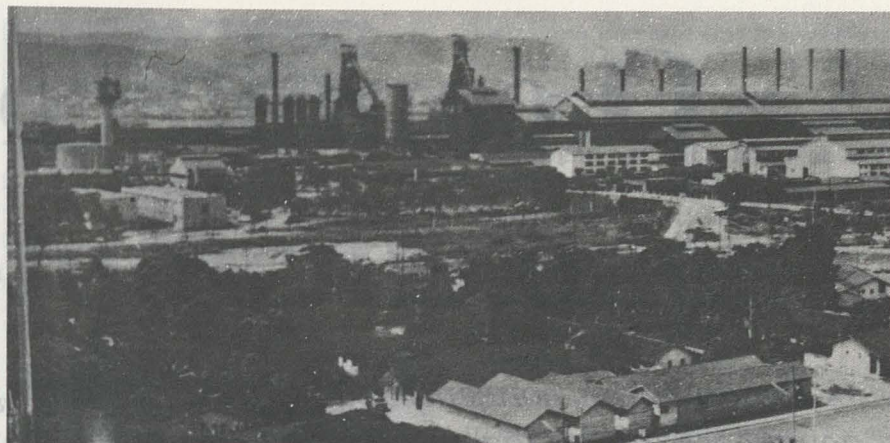


Emb. Flecha de Lima

\*A Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico-OCDE reúne os 25 países mais ricos do mundo.

tratégico para a Bélgica.

Na Alemanha, assiste-se neste momento a um grande esforço do país para impedir que a empresa alemã Continental, fabricante de pneus, seja adquirida pela concorrente italiana Pirelli. Esta disputa fez com que um diretor do Banque Paribas exclamasse, definindo o procedimento dos meios empresariais e oficiais alemães: "A indústria alemã está cerrando suas fileiras. Eles querem que a Continental continue independente. E a maior razão para isso é o nacionalismo" (Jornal do Brasil, 05/02/91).



CSN: ato de afirmação desenvolvimentista que sustentou a industrialização do país

**Brasil perde bilhões** – O nacionalismo e as práticas protecionistas dos países ricos têm constituído sérios entraves para a economia do Terceiro Mundo. Se não fosse pelas barreiras alfandegárias e outros obstáculos, o Brasil, por exemplo, poderia vender cerca de 8 bilhões de dólares a mais, por ano, a seus parceiros desenvolvidos. Estudo feito pelos professores Reinaldo Gonçalves, da UFRJ, e René Vossenaar, da Unctad, revela as dificuldades encontradas pelos produtos brasileiros nos mercados dos EUA, do Japão e da Comunidade Econômica Européia.

Neste cenário mundial de guerra econômica, de defesa acirrada de mercados, de protecionismo e de nacionalismos agressivos, como é possível, sobretudo em um país fragilizado economicamente como o Brasil, falar em completa liberalização do mercado e sua abertura ainda maior aos interesses estrangeiros? Como é possível advogar a entrega de empresas estatais, altamente rentáveis, como a Usiminas e outras, às multinacionais e a seus testas-de-ferro no Brasil?

O que estará por trás desta gigantesca operação de desinformação, que tem o apoio, como dissemos, de quase todos os grandes veículos de comunicação do país? Ao adotar esta postura entreguista, contrariando as tendências prevalecentes entre as grandes potências, o Brasil entra uma vez mais na contramão da história. Este não é o caminho que nos levará ao primeiro mundo: é, ao contrário, o caminho da submissão completa aos interesses que sempre conspiraram contra nossa independência e nosso desenvolvimento. É preciso aprender com os japoneses a dizer não.

## Empresário americano diz que abertura não é tudo

"Se pensarmos que a abertura econômica resolve todos os problemas do Brasil, que o tipo de economia dos países industrializados representa um modelo, estamos enganados".

Esta afirmativa não é de nenhum nacionalista jacobino, mas do empresário norte-americano William Meissner, presidente, durante o exercício de 1990, da influente Câmara de Comércio Norte-Americana do Rio de Janeiro.

Embora dirigente de uma entidade que sempre defendeu a liberalização da economia, ele considera que o modelo econômico dos países industrializados não deve ser copiado mecanicamente pelo Brasil, que tem problemas sociais específicos, que só podem ser resolvidos por uma importante intervenção do Estado.

Em declarações à imprensa, em sua posse, em fevereiro do ano passado, ele atacou de frente o mito da simples abertura como solução para os problemas brasileiros:

"Nos Estados Unidos e na Europa" – disse ele a Sérgio Costa, em entrevista no "Jornal do Brasil", de 12/2/90 – "chegamos às vezes a pensar que o mercado livre resolve tudo. Na teoria, poderia até resolver muitos problemas em vários lugares. Mas, no Brasil de hoje, temos problemas sociais que países com economia de mercado, em muitos casos, nunca tiveram de enfrentar. Simplesmente abrir o mercado, a economia, dar mais força ao setor privado, diminuir o papel do governo, não é suficiente."

Meissner defende a importância da iniciativa privada no desenvolvimento do Brasil, mas repete que a função do Estado é fundamental:

"Os problemas brasileiros na área social são muito sérios, e não é a livre iniciativa que vai resolvê-los a curto prazo, e provavelmente a longo prazo. O governo vai ter mesmo que desempenhar um papel importante para enfrentar esses problemas, que não são aqueles que os Estados Unidos ou a Alemanha enfrentaram alguma vez, e resolveram."

"A simples abertura da economia não será nenhuma vitória para o Brasil, a menos que seja acompanhada de uma melhoria radical nas estatísticas sociais, como nutrição, saúde, educação, distribuição de renda, habitação e emprego".

# O campo contra o eucalipto

*Êxodo rural, concentração fundiária, estragos ambientais, são acusações que se fazem ao reflorestamento, com fins industriais, em curso no Espírito Santo.*

## Antônio de Pádua Gurgel

**B**eneficiadas por incentivos fiscais criados na década de 60, várias empresas reflorestadoras se dedicaram ao plantio de eucalipto em diferentes partes do território brasileiro, particularmente no Espírito Santo. Nesse Estado está localizada a maior fábrica de celulose em funcionamento no Brasil, a Aracruz Celulose, que conta, entre seus acionistas, com os grupos Souza Cruz, Lorentzen, Safra, BNDES e outros.

Acontece que o objetivo de muitas delas não era reflorestar, mas cultivar matéria-prima para suas atividades industriais, que são acusadas de causar danos ao meio ambiente e contribuir para o desemprego no campo, a carência de alimentos e a concentração fundiária, além de estimular o êxodo rural e a favelização dos centros urbanos.

Há algumas semanas, uma agência noticiosa informou que habitantes da Península Ibérica estão se revoltando contra o plantio cada vez mais intenso de eucalipto, destinado à produção de celulose, que é utilizada no fabrico de papel. Os trezentos moradores do vilarejo espanhol de Tazones, situado na Baía de Biscaia, vêm arrancando milhares de mudas, durante a noite, enquanto, no norte de Portugal, dois mil camponeses enfrentaram a polícia para destruir eucaliptos plantados num antigo bosque de oliveiras. Manifestações semelhantes têm ocorrido em outras áreas da região, sendo que, numa cidade portuguesa, lavradores se acorrentaram aos tratores para evitar que fosse preparada a terra

destinada a receber novos eucaliptos. Entre os argumentos desses grupos, está o de que a "expansão das plantações de eucalipto deixa os homens ociosos e forçados a emigrar para outras regiões".

**Altos lucros** – Isso é o que está acontecendo em várias partes do Brasil, onde hoje a dimensão das terras ocupadas por florestas homogêneas de eucaliptos é cada vez maior. A continuar no atual ritmo de crescimento, haverá no ano 2.000 uma área 75% maior que a Holanda coberta apenas por eucaliptos (16,3 milhões de hectares).

Altamente lucrativas para alguns grupos econômicos, essas florestas homogêneas são acusadas por sindicatos de trabalhadores rurais, ambientalistas e políticos progressistas como danosas ao meio ambiente e à estrutura da sociedade rural. Elas geram ainda desemprego, queda na produção de alimentos e aumento nos gastos com infra-estrutura urbana para abrigar

os antigos agricultores. Tudo isso, sem falar no estímulo ao êxodo rural e à favelização de grandes centros urbanos.

**Polêmica** – Entre os Estados brasileiros onde esse quadro é mais dramático, ocupa lugar de destaque o Espírito Santo. Nele, estão localizadas

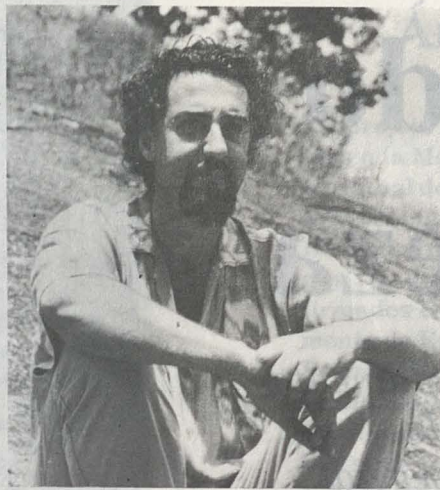


As florestas de eucaliptos destinadas a produzir celulose despertam discussões no Espírito Santo

grandes empresas reflorestadoras, inclusive a Aracruz Celulose, a maior produtora brasileira de polpa de papel, cuja usina, agora duplicada, deverá produzir, anualmente, um milhão de toneladas/ano de celulose. Com sede no norte capixaba, essa empresa já detém cerca de 130 mil hectares plantados de eucaliptos. Conforme denúncia do ambientalista André Ruschi, devido a um acordo entre a empresa e o governo do Estado, a Aracruz está impedida de adquirir novas terras para plantio dessa espécie e, por isso, está participando do projeto "Fazendeiro Florestal", que estimula o plantio de eucaliptos em propriedades particulares mediante à doação de mudas, fornecimento de assistência técnica e garantia de compra da produção. Em expediente encaminhado ao Procurador-Geral da República no Espírito Santo, Ruschi denuncia o que ele chama de "irregularidades" no projeto, estendendo-se ainda em considerações sobre o que entende serem danos ecológicos do eucalipto em si.

No que se refere ao caráter predatório da planta, não existe unanimidade entre os especialistas. Segundo o engenheiro florestal do Ibama, Roberto Caser, as espécies de eucalipto utilizadas para reflorestamento no Espírito Santo são perfeitamente adequadas. Sempre frisando que não tem interesse em defender este ou aquele projeto, Caser responde à denúncia de que o desaparecimento de córregos, na região utilizada para plantio de eucaliptos, é uma característica existente desde o tempo em que a área era coberta pela Mata Atlântica.

**Monocultura** – O que todos concordam, no entanto, é que a ocorrência de uma floresta homogênea, ou monocultura, realmente traz danos ao meio ambiente e ao equilíbrio social do campo, seja essa cultura de eucalipto ou de outra espécie vegetal. Do ponto de vista ambiental, a monocultura favorece a existência de algumas espécies em detrimento de outras, contribuindo para o desaparecimento de insetos, pássaros etc., agentes importantes no equilíbrio da natureza. Do ponto de vista social, dependendo de uma só espécie, o agricultor fica mais vulnerável a uma crise de preços envolvendo seu produto, ou mesmo à



**André Ruschi (ao alto) prevê desequilíbrio ambiental, enquanto Rogério Medeiros denuncia problemas sociais**

ocorrência de alguma praga característica da cultura que, eventualmente, ele venha a plantar com exclusividade.

Existe um outro aspecto social, no entanto, mais grave por abranger de forma inexorável o agricultor. Quando uma usina de celulose é implantada, exige a mão-de-obra de muitos mais trabalhadores do que vai precisar quando já estiver funcionando. Além disso, para formar a floresta fornecedora de matéria-prima para sua produção, a empresa adquire terras de produtores que se transformam em bóias-frias ou se deslocam para os centros urbanos. Finalmente, demandam grandes gastos do Estado com a criação de infra-estrutura básica, como saneamento, habitação, luz elétrica, educação etc.

**Concentração Fundiária** – O vice-prefeito de Vitória, Rogério Medeiros, que estuda o assunto há muitos anos,

ilustra com números esse lado perverso da questão. Segundo dados obtidos por ele, o município de Conceição da Barra, localizado no norte do Espírito Santo e amplamente utilizado para plantio de eucaliptos, tinha registradas, em 1970, cerca de 1.500 propriedades de quatro a seis hectares. Em 1980, esse número caiu para 550 e, em 1988, as propriedades de quatro a seis hectares eram apenas 150, naquele município.

Todo o pessoal que saiu da produção agrícola vai passando por uma espécie de triagem e, a cada etapa, tende a ser eliminado do processo produtivo sob a responsabilidade das empresas reflorestadoras e/ou produtoras de celulose. Conforme denúncia do presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Espírito Santo, Macassiel Jonas Breda, "o Espírito Santo está se transformando numa mata de eucaliptos e isso prejudica não só os agricultores como a toda a população, devido à diminuição na produção de alimentos".

**Desemprego** – Mais direto, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas de Madeira e Lenha (Sintral), Antonio Jamil de Jesus, denunciou a ameaça de demissão de 1700 trabalhadores da Aracruz Florestal e da Floresta Rio Doce, só no município de São Mateus (norte do Espírito Santo). De acordo com a entidade, a crise econômica é o motivo alegado pelas empresas para justificar o corte de pessoal.

Ele denunciou ainda que "a Aracruz está armando um esquema, para que empreiteiras readmitam os dispensados, situação que favorecerá tanto a essas empresas como a própria Aracruz, prejudicando apenas os trabalhadores". É que, através desse ofício, a Aracruz se livra dos encargos sociais, as empreiteiras alugam essa mão-de-obra e lucram com isso, mas os trabalhadores são obrigados a receber menos, em função do quinhão que passa a ser abocanhado pelas empreiteiras.

Conforme as palavras do presidente do Sintral, endossadas por Macassiel Breda, a tendência é que grandes empresas como a Aracruz e a Rio Doce parem de funcionar nos setores de corte e plantio de eucaliptos, transferindo essa tarefa para empreiteiras.

# Ajudando a natureza

*Um programa de reflorestamento dos morros cariocas ajuda a recompor a cobertura vegetal e a evitar os perigosos deslizamentos de terra*

O Rio de Janeiro nasceu na praia, mas, desde o início, até por necessidades de defesa, começou a ocupar seus morros. Assim, surgiram, nas partes altas, não apenas pontos de ocupação militar, mas também conventos como o de Santo Antônio, dos franciscanos, e o de São Bento, dos beneditinos, e, em seguida, as casas. E, nas partes mais afastadas do centro, as fazendas, que, no século passado, encheram os morros cariocas de cafezais.

Com o esgotamento do solo, sumiram os cafezais, surgiu a genial idéia de recompor a floresta no Maciço da Tijuca, mas a expansão urbana e os caminhos e descaminhos do crescimento econômico transformaram um grande número de partes altas em áreas de moradias improvisadas das camadas mais pobres. A história das favelas penduradas em morros já é uma tradição carioca, gerou músicas e músicos, criou um fato sociológico. Mas, também um fato ambiental.

As consequências ambientais das aglomerações favelizadas expressaram-se, sobretudo, pela destruição da cobertura vegetal desses locais e pelo conseqüente aumento dos riscos de deslizamentos de pedras e outros sedimentos por ocasião dos aguaceiros típicos do verão. E isto tornou frequentes as tragédias, com barracos desabados, às vezes famílias inteiras soterradas e mortas.

**Reflorestamento** - Enquanto trabalha ativamente para minorar os efeitos desse quadro, através de seus diversos programas (urbanização, orientação sanitária, apoio educacional e nutricional) destinados às populações faveladas, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social vem intensificando seu Programa de Reflorestamento em comunidades carentes. Em 1990, plantou 30 mil mudas em diversas áreas. Neste ano, o plantio pode chegar a 100 mil mudas.

Mas, como trabalha e o que pretende o Programa de



*Nos terrenos ameaçados de deslizamento, as árvores novas começam a dar estabilidade e a criar um novo meio ambiente*

Reflorestamento em favelas? Segundo a coordenadora do projeto, a engenheira florestal Márcia Garrido, o programa tem objetivos amplos, pois não visa apenas a dar uma solução imediata a problemas locais, mas contribuir para a recomposição das melhores condições ambientais do Rio de Janeiro.

“Um dos objetivos primordiais” – diz Márcia – “é conter e estabilizar as encostas, com o objetivo de aumentar a segurança das comunidades contra os riscos de deslizamentos de barreiras e rochas. Mas, o trabalho visa também a contribuir para reduzir os gastos públicos na desobstrução de galerias pluviais e canais de drenagem, limpeza de ruas e avenidas, em geral tomadas por terra e outros materiais arrastados dos morros pelas chuvas mais fortes.”

Outro ponto importante, segundo a engenheira, diz respeito a recuperar e regularizar nascentes e mananciais. Estas fontes são de grande importância para o dia-dia das comunidades instaladas em pontos altos e, em geral, não servidas por serviço regular de água. O programa se destina, ainda, a difundir nas comunidades uma mentalidade ecológica, através da divulgação de conceitos





*Sem árvores, o terreno começa a sofrer erosão*

e experiências que mostrem a importância do trabalho de recomposição e conservação do meio ambiente.

**Participação** – “Este ponto expressa uma das preocupações de todo o trabalho do reflorestamento – acentua Márcia Garrido –, mesmo porque o envolvimento da comunidade nas tarefas que a beneficiam é um dos pilares da filosofia de trabalho da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. É o conceito do mutirão, pelo qual se faz a obra com a participação ativa da comunidade, e se educa o beneficiado para a importância do uso correto e da conservação do melhoramento,” explica.

Assim, as atividades do Programa de Reflorestamento sempre envolvem a participação de pessoas da própria comunidade, através, inclusive, do mutirão remunerado, na preparação do terreno, no plantio e na conservação.

No ano passado, o projeto iniciou atividades em mais três áreas: São Jerônimo, em Campo Grande; Sereno, na Penha; e Dendê, em Cascadura. Em outros onze locais, as atividades, que vinham de antes, tiveram continuidade (veja quadro). O programa total prevê, até o momento, serviços em 21 locais, numa área total superior a 2.128.000 metros quadrados (mais de 212 hectares).

“É um projeto de grande significação ambiental e social, que vem restituindo às áreas mais degradadas do Rio uma situação de maior segurança, beleza e conforto para as comunidades vizinhas, as quais têm se integrado ao trabalho”, finaliza Márcia Garrido.

*Procópio Mineiro*

## Áreas do Programa

O projeto tem um viveiro de mudas instalado na Fazenda Modelo, em Campo Grande, com um estoque atual de 100 mil plantas, e seu desenvolvimento se presta também à pesquisa científica. Para isso, o Programa de Reflorestamento, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, tem convênios firmados com o Jardim Botânico, com o Departamento de Engenharia da PUC, com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-UFRRJ, com a Universidade de Santa Catarina-USC, e com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-Embrapa. Entre suas experiências está a de desenvolver culturas associadas e, futuramente, a criação de pomares comunitários.

Em 1990, o reflorestamento atuou nos seguintes locais: 1. Cosme e Damião, em Realengo; 2. Jardim Novo, em Realengo; 3. Juramento, em Vicente de Carvalho; 4. Santos Rodrigues, no Catumbi; 5. Telégrafos, em S. Cristóvão; 6. Buriti-Congonhas, em Madureira (onde se faz a experiência de associar o cultivo de feijão-guandu); 7. Santa Marta, em Botafogo; 8. Morro dos Macacos, em Vila Isabel; 9. Morro do Alemão, em Ramos; 10. Vila dos Mineiros, em Tomás Coelho; 11. São José Operário, em Jacarepaguá; 12. São Jerônimo, em Campo Grande; 13. Sereno, na Penha; 14. Dendê, em Cascadura. •



*São equipes das comunidades que assumem a tarefa do reflorestamento, garantindo o envolvimento com a preservação*



# O bicho chamado carnaval

*Pouco a pouco,  
os bicheiros cariocas  
se apossaram da  
maior festa popular  
do Rio de Janeiro,  
privatizando seus  
lucros e deixando  
ao poder público  
os prejuízos,  
o que despertou  
a prefeitura do Rio  
para uma luta pela  
devolução da festa  
aos verdadeiros  
sambistas*

**Antônio Carlos Cunha**

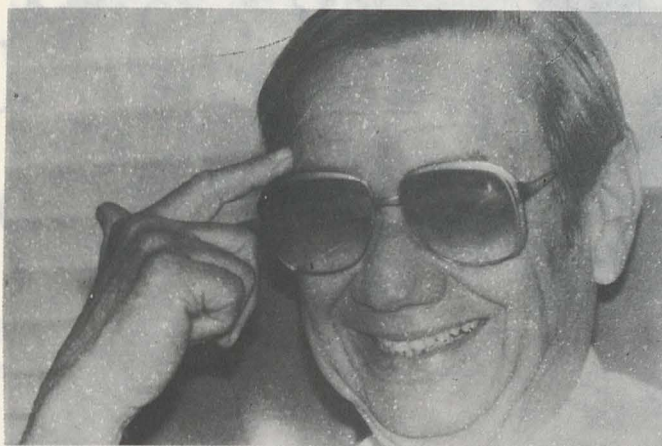
Todos os anos, após o julgamento das escolas de samba que desfilam no grupo especial do Carnaval do Rio de Janeiro, emergem as polêmicas e discussões, devido ao descontentamento dos participantes, quanto aos resultados do concurso. Sem dúvida, a situação afeta milhares de pessoas, para quem a festa de Momo é coisa muito séria.

Existe consenso, no mundo do samba, quanto ao processo de desvirtuamento que o desfile das escolas de samba sofre ano a ano, em função da televisão e dos interesses econômicos que passaram a manipular o evento. Não é à toa que o governador do Rio, Leonel Brizola, e o prefeito Marcello Alencar colocaram-se à frente da procura de solução para um problema que põe em risco uma das mais autênticas, criativas e bonitas manifestações de cultura do povo brasileiro.

O cenário é o Sambódromo, também conhecido como Passarela do Samba, na Avenida Marquês de Sapucaí, onde as escolas se exibem para mais de 70 mil

peças, dando vida ao belo monumento do samba, criado pela genialidade de Oscar Niemeyer, o arquiteto brasileiro consagrado em todo o mundo. De um lado, está o poder público, preocupado também com a moralização da festa popular e com o custo financeiro do empreendimento, que, a cada ano, onera mais os cofres do município. Do outro lado, entrincheiram-se exatamente os beneficiários da situação: os banqueiros do jogo do bicho, que servem de biombo para a televisão, o pior vilão da história.

**Samba Ltda.** - Pode-se dizer que o desfile das grandes escolas no domingo e segunda-feira do Carnaval deste ano, com mais de 100 mil pessoas no Sambódromo e proporcionando show de televisão para cerca de 400 milhões de telespectadores no mundo todo, gerando milhões de dólares de faturamento, foi propriedade da Liga Independente das Escolas de Samba, entidade comandada com mão de ferro pelo contraventor, ex-oficial do Exército, acusado de torturador no regime militar e de crimes no Estado



*Os bicheiros Castor de Andrade, da Mocidade de Padre Miguel, e Aniz Abraão Davi, da Beija-Flor, expressam o poder que a contravenção adquiriu sobre o samba do Rio e que o prefeito Marcello Alencar decidiu combater*



do Espírito Santo, Aílton Guimarães Jorge, o capitão Guimarães.

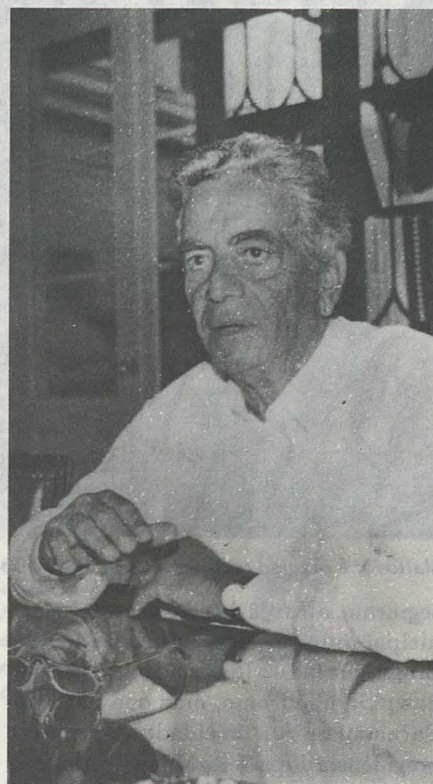
O caminho da Liga para chegar aí é uma história curta e grossa, que o estudioso das escolas de samba, Luís Mattoso, acompanha desde o início. "Os contraventores", explica Mattoso, "sempre foram repudiados pela sociedade e perceberam que as escolas de samba, que crescentemente conquistavam a classe média e alta, através da televisão, poderiam ser o trampolim para sua aceitação social. Também verificaram que as escolas poderiam até dar lucro, prescindindo de mecenas. Aproximaram-se dos sambistas e, como patrocinadores, passaram a bancar os gastos das escolas. Aí foi fácil, porque fundaram a Liga, que acabou substituindo a Associação das Escolas de Samba, entidade que sempre representou, democraticamente, os interesses dos sambistas, porque de dois em dois anos realizava eleições para renovar a diretoria".

A Liga há muito explicitou o seu interesse em privatizar o Carnaval. Montou sua própria gravadora, paga diretamente os sambistas, negocia com as emissoras de televisão, vende *merchandising*, enfim, de tudo faz dinheiro. O bote final estaria na eventual vitória,

numa guerra contra o poder público. Para as emissoras de tevê, nada melhor do que apoiar as aspirações dos contraventores e, mais tarde, afastá-los também, assumindo sozinhas o controle econômico e financeiro da festa.

*"A legalização do jogo do bicho, como prevê Marcello Alencar, ajudará a acabar com a distorção que resultou no excessivo poder dos contraventores sobre o desfile. Esse é o caminho para desmitificar esse poder da marginalidade"*

**Interesse político** – A revelação mais importante sobre a parte submersa do iceberg foi feita pelo governador Brizola. Ele informou que o vice-presidente de



operações da Rede Globo de Televisão, José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, pessoa intimamente ligada ao contraventor Castor de Andrade, patrono da escola de samba Mocidade Independente de Padre Miguel, bicampeã do carnaval, tramou com os bicheiros a retirada do desfile do Sambódromo. Disse o governador que, a partir do segundo carnaval, depois da inauguração da passarela, teve início o movimento para que se realizasse a festa fora dali. O objetivo era esvaziar o empreendimento, cuja construção rendeu muito prestígio para Brizola, sobretudo porque acabou com a grande fonte de corrupção do carnaval carioca, que era a montagem e desmontagem, todos os anos, das arquibancadas para a população assistir ao desfile das escolas.

Mas, as organizações Globo (tevê, rádio e jornal) nada conseguiram na investida contra o Sambódromo, uma atitude claramente política contra Brizola e a obra, que tem hoje projeção internacional, não só pelos desfiles anuais dos sambistas, festas e shows populares que ali se realizam, mas também por ser um local que, ao longo do ano, é uma grande escola de tempo integral (Ciep), apta a receber cinco mil alunos.

Apesar disso, os contraventores con-



**Mattoso: é preciso recuperar o espaço do sambista, porque os desfiles estão adotando padrões de superprodução**

seguiram, através da administração municipal anterior (ex-prefeito Saturnino Braga, que faliu o Rio), controlar não apenas o Sambódromo, mas boa parte do Carnaval de rua da cidade. A primeira providência do prefeito Marcello Alencar, ao organizar o primeiro Carnaval, após suceder Saturnino, em 1989, foi restabelecer a autoridade municipal no chamado Carnaval de Rua, ou seja, aquele que acontece fora do Sambódromo.

“O problema no Sambódromo”, diz o prefeito, “é mais sério. Mas vamos reformular todo o Carnaval. Quero conversar com as escolas, compositores, sociólogos, carnavalescos, cronistas e com todos os interessados em defender a cultura popular. Não declarei guerra contra a Liga, mas apenas a retomada do poder público. O Carnaval não pode ser entregue a um conjunto de pessoas que se identificam como contraventores. O bicheiro, realisticamente, pode ser o que era antes, o patrono. Há outros, entretanto, que estão ambicionando o poder. Esses estão exagerando. Conto com a Liga para ajudar na organização da festa. Imperar pelo terror não dá para aceitar.”

Neste Carnaval de 1991, os bicheiros fizeram a prefeitura gastar mais de dois bilhões de cruzeiros no Sambódromo e a amargar, sozinha, um prejuízo de 500 milhões, porque a municipalidade perdeu o controle sobre as receitas da festa e ficou só com a bilheteria do evento. A Liga, ao contrário, faturou alto. Só das emissoras de tevê, ela recebeu 1,2 milhão de dólares. E houve ainda as subvenções

da prefeitura para as escolas, a renda dos discos etc.

**Solução** – O governador Brizola e o prefeito Marcello Alencar estão determinados a resgatar o caráter popular da festa e o caminho para isto passa pela moralização do sistema, o que está assustando os contraventores, que chegaram a ameaçar retirar o desfile do Sambódromo e até mesmo do Rio. Segundo Mattoso, o primeiro passo do poder público deverá ser no sentido de resgatar o poder da Associação das Escolas de Samba, com seu democrático estatuto, para contrabalançar o poder, dentro das próprias escolas, com a autoritária Liga. “Em seguida”, acrescenta ele, “é oportuno verificar a possibilidade de dois desfiles de Carnaval. Nesse sentido, já existe concordância de muitos sambistas”.

Mattoso explica que uma das festas deverá ser voltada para as tradições e cultura popular, com a participação maciça da população, concursos criteriosos, em que se repelirá a ditadura estética que hoje governa as escolas. “Tudo no desfile”, assinala, “está subordinado a um padrão de gosto vindo de outro meio, mais sofisticado, da classe A. É natural que o carnavalesco inteligente, sabendo qual o padrão estético que irá julgar sua escola, apresente-a ajustada a este padrão. O desfile que era de canto, ritmo e dança, prefere cada vez mais a escultura, a pintura e a beleza plástica. O negócio é ganhar o Carnaval. Aí, o carnavalesco está em todas, vai até ao ponto de mixar

sambas-enredo de diferentes autores, em busca de uma solução musical mais adequada ao seu projeto estético. Não somos contra o padrão de gosto de um grupo, uma classe, uma comunidade ou um povo. Somos, isso sim, contra o esmagamento de um determinado padrão cultural por outro”.

A outra festa, na opinião de Mattoso, deverá exibir exatamente o produto televisivo que temos ao longo dos últimos anos, luxuosa, com muita competição entre cenógrafos e artistas plásticos, intensa participação de pessoas da sociedade e de artistas.

“É um produto”, afirma o estudioso, “típico de exportação, seja em transmissão simultânea pelas redes comerciais de tevê ou em vídeo e cinema, como vem ocorrendo hoje. Devemos continuar aperfeiçoando e explorando cada vez mais esse lado da festa do Carnaval, que, além de significar divisas para o país, projeta e mantém o carisma do Rio no mundo todo. A Liga e a Associação das Escolas, ambas com poderes homogêneos, poderão colaborar muito com a prefeitura na organização desta festa. A legalização do jogo do bicho, como prevê Marcello Alencar, ajudará a acabar com a distorção que resultou no excessivo poder dos contraventores sobre o desfile. Esse é o caminho para desmitificar esse poder da marginalidade. A sociedade não costuma absorver esse tipo de ônus. Não podemos ficar indiferentes a essa intromissão de setores que querem apenas a ascensão social.”

# Novos tempos de cólera

*Males que se consideravam extintos reaparecem e revelam pontos fracos no sistema de Saúde*

## Prof. Krishnamurti Sarmiento

A cólera tem uma etimologia discutida, o que nos faz optar pela interpretação de "intestino que corre", já que o principal sintoma é a diarreia. O vibrião colérico também foi descoberto por Koch, em 1883.

O principal meio de contaminação é a água, vindo depois, em ordem de importância, as moscas que pousam nos alimentos, após terem contato com fezes.

Desde 1817, a Índia é o país mais atacado pelo mal. Em 1892, aparecem surtos na Europa Central, o mais grave em Hamburgo, na Alemanha, um dos maiores portos europeus. Ao falarmos nessa doença, devemos ter em mente que cólera corresponde a diarreia e desidratação. A desidratação provoca profunda perda de potássio, causa câimbras dolorosas, agitação neurológica, pele fria, anúria (não urina), e parada cardíaca. Uma curiosidade é que os cadáveres dos indivíduos que morrem de cólera permanecem quentes durante bastante tempo, registrando-se até mesmo a subida de temperatura após o desenlace.

**Prevenir** - Para evitar a cólera e sua propagação, é preciso ferver a água ou tratá-la com cloro, além de impedir a circulação de moscas. Uma piscina bem tratada não transmite cólera. É interessante que, ao ferver a água, esta seja esfriada, levantando-se o recipiente e deixando-se cair a água em outro recipiente, para que o líquido recompanha os gases que perdeu na fervura. Nas saladas, deve-se usar generosa quantidade de vinagre (solução de ácido acético a 7%). Não é suficiente apenas aquecer o

leite, mas deve-se fervê-lo, uma rotina, aliás, que já deveria existir entre nós.

É importante que se diga que a cólera encontra fácil trânsito em nosso meio, em decorrência de deficiências no mais fundamental, em termos de saneamento básico, que é o esgoto encanado. Um problema agudo em nosso século quase XXI, o que nos faz lembrar que instalar redes de esgoto foi uma preocupação muito presente ao imperador persa, por volta do ano 500 A.C., o que beneficiou muito a cidade de Nínive, que fica ao norte da atual Bagdá. E os etruscos, na Itália, pela mesma época, praticavam essa medida de urbanização com rara perfeição, em sua federação ao norte da nascente Roma.

**A volta da dengue** - Esta doença surge a partir da picada de um mosquito *aedes Aegypti* fêmea, que esteja infectado pelo vírus da dengue, a partir do sangue de uma pessoa já doente, por transmissão transovariana ou de outro mosquito. O paciente com dengue pode contaminar um mosquito até o quinto dia de sua doença. Conclui-se, assim, que, para evitar a dengue, deve-se dificultar a formação do mosquito, que procede de larvas geradas em águas paradas, matá-lo ou evitar sua picada.

Afetado pelo mal, o doente pode sentir febre, prostração, dor de cabeça, dor muscular, dor na garganta, náuseas, vômitos e diarreia. Observe-se que a dengue é uma doença conhecida há cerca de 200 anos. Como toda doença virótica, quase sempre acompanhamos e esperamos que não se complique até seu término, como é o procedimento, igualmente, com relação ao sarampo, catapora/varicela e cachumba / parotidite epidemia.



*No Peru, a cólera exigiu a instalação de hospitais de campanha, enquanto, no Brasil, a dengue é uma realidade dolorosa*



Quando no decurso da dengue, porém, acontece um aumento brusco da permeabilidade vascular, permitindo um extravasamento de sangue (plasma) para os tecidos, estamos diante de um caso de dengue hemorrágica, que pode se apresentar como exantema macular ou escarlatiniforme, principalmente no tronco (surgem milhares de pequenos pontos vermelhos), até o sangramento gengival, nasal e digestivo. Daí a razão de não podermos tomar AAS, aspirina (ácido acetil-salicílico), pois a medicação pode funcionar como anticoagulante, antiadesivo plaquetário, facilitando a hemorragia. Um dos exames de sangue na dengue mostra a diminuição de plaquetas (plaquetopenia), que normalmente colabora na coagulação periférica. Aquilo de que tratamos são as complicações, não a virose. O *aedes* gosta da América do Sul e realmente adora viver no Rio de Janeiro.

Agora, vejamos uma coisa curiosa: a febre amarela também é transmitida pelo *aedes* e apresenta uma sintomatologia bastante semelhante ao dengue, inclusive a hemorragia. Recebe o nome de febre amarela, porque a icterícia responde pela cor amarelo-pálida da pele. É conhecida desde 1793. O tratamento e a prevenção dessas doenças depende só de ações rudimentares da Saúde Pública. •

## A guerra no campo

O faroeste continua vivo no interior brasileiro, apenas com a lamentável diferença, em relação aos filmes, de que o bom xerife, que põe ordem na situação, continua inexistindo em nosso campo. Somente na região de Rio Maria, no sudeste do Pará, chega a 173 as execuções de trabalhadores desde 1980.

A morte do líder rural Expedito Ribeiro de Souza, no dia 2 de fevereiro, em Rio Maria, seguiu o figurino comum das execuções encomendadas por fazendeiros. Numa velocidade inédita, o caso foi praticamente desvendado em três semanas: a Justiça paraense já determinou a prisão preventiva de Jerônimo Alves de Amorim, dono da fazenda Nazaré, no município de Parauapebas. O fazendeiro continuava foragido até a primeira semana de março, mas um advogado já se movimentava para defendê-lo: é um dos diretores da União Democrática Ruralista-UDR do Pará, Olímpio Jaime, o que já é um fato significativo, em virtude das conhecidas responsabilidades dessa entidade como inspiradora e defensora de fazendeiros envolvidos com numerosos assassinatos de trabalhadores rurais e posseiros.

Logo em seguida ao assassinato de Expedito, denúncia de um peão apontava outra vez para o fazendeiro Jerônimo, que em sua segunda fazenda, a Ouro Verde, no município de Jacundá, exploraria o trabalho escravo e teria até um cemitério



*Os protestos dos sem-terra sofrem repressão policial e lideranças rurais costumam sofrer ameaças e até morte*

clandestino, formado pelas covas dos trabalhadores escravizados que tentaram fugir ou rebelar-se. A polícia ainda não revelou detalhes maiores do desdobramento da ação do fazendeiro.

Um mês após o assassinato de Expedito, seu sucessor no sindicato rural de Rio Maria, Carlos Cabral, foi igualmente vítima de um atentado. Ao sair de uma conversa com o padre Ricardo Rezende – outro que está na mira do esquadrão da morte rural – o novo presidente do sindicato foi alvejado, ficando ferido na perna. Ele responsabiliza os fazendeiros conhecidos como “irmãos cariocas”, Fernando e Paulo de Oliveira Almeida, além de Nedito Emídio de Almeida, irmão do prefeito local, Sebastião de Almeida.

O local do atentado demonstra o senso de impunidade dos mandantes dos crimes: foi em frente ao cemitério da cidade, mesmo local do atentado contra Expedito, em fevereiro, e contra João Canuto, fundador do sindicato e sogro de Carlos Cabral. Canuto, em 1986, presidia o sindicato, que fundara em 1983, e foi morto com 14 tiros, quando passava em frente ao cemitério. No ano passado, dois filhos de Canuto, João e Paulo, foram igualmente mortos, depois de sequestrados.

Parece evidente que se trata de uma ação programada de extermínio das lideranças rurais da região: dos três presidentes do sindicato dos trabalhadores, dois foram mortos e o atual já sofreu o primeiro atentado, além de já ter recebido vários recados de que será executado.

## Rendição dos mestres

Apesar da recessão econômica e do desemprego compulsório de dezenas de milhares de pais e mães de família, o que abala os nervos e a alma da sociedade brasileira, há uma categoria profissional que simplesmente está jogando fora as armas, levantando os braços e assumindo uma verdadeira rendição: são os professores estaduais do Rio de Janeiro. Passaram o ano de 90 pedindo demissão, às centenas. Agora em fevereiro, mais 500 pediram o boné, indignados ainda mais com os atrasos salariais.

O abandono do magistério público aponta a gravidade da situação educacional do país, a verdadeira raiz da tragédia brasileira.



*Os professores começam a desanimar e desistem da profissão*

## Guerra e energia

O desfecho da Guerra do Golfo reduz, por um tempo relativamente longo, o papel de exportadores de petróleo do Iraque e do Kuwait, dois dos principais fornecedores de óleo para o Brasil. Como o país será afetado por esse novo quadro?

As expectativas pessimistas demonstradas pelo governo no início do conflito, ao impor um racionamento indireto, apesar da abundância do produto no mercado mundial, parecem agora



De seus rios, o Brasil pode extrair, eternamente, energia igual a quase 7 milhões de barris de óleo, a cada dia

## Queda livre

O mês de março começou com a aprovação pelo Congresso do novo salário mínimo, de Cr\$ 17 mil. O nível que a oposição propunha, de Cr\$ 25 mil, equivalente a 100 dólares, foi vetado pelos setores econômicos do governo, que chegaram mesmo a utilizar o argumento de que um salário de Cr\$ 25 mil poderia provocar escassez de produtos nos supermercados, ante a "avalanche" consumista que determinaria. Ora, a não ser que a produção nacional dos bens de primeira necessidade tenham se reduzido a níveis drásticos nos últimos anos, um salário de 100 dólares em nada alteraria os balcões de padarias e estantes de supermercados. Basta lembrar que o poder de compra do salário de fevereiro último era de apenas 66% do salário de 1985, segundo pesquisa da Fundação Estadual de Análise de Dados-Seade, de S. Paulo, e do Dieese.

Em queda, igualmente, os níveis de emprego atestam o furor da recessão, que já ultrapassou os níveis da que se verificou no início da década passada. Em S. Paulo, as taxas de desemprego vêm se superando, seguidamente: em 1990, houve 286 mil demissões, uma queda do nível de emprego de 13,78%, um recorde histórico. Em janeiro de 1991, outra marca histórica: 148 mil demissões num único mês, na Grande S. Paulo. No Rio de Janeiro, a Federação das Indús-

desmentidas de vez. Embora os fornecimentos dos dois tradicionais exportadores estejam prejudicados, o mercado do petróleo aponta, segundo os especialistas, para o equilíbrio, no horizonte visível. O Primeiro Mundo está com suas reservas garantidas (os Estados Unidos têm estoques para um ano inteiro), e países como o Irã, a Arábia Saudita e até a União Soviética têm condições de regularizar o mercado, em caso de desordem na demanda. Não se esperam sequer alterações significativas de preços a curto prazo.

No caso, porém, de subida de preços para um nível próximo dos 30 dólares por barril (o que se explicaria pelo interesse em apressar a reconstrução pós-guerra), o Brasil provavelmente teria que revalorizar seu potencial energético próprio, com base na hidreletricidade e na biomassa, neste com destaque para o álcool. Para suas necessidades energéticas globais, o Brasil recorre em um terço à hidreletricidade, ficando o petróleo logo abaixo, com cerca de 30%, dos quais o próprio país produz a metade. Na área do petróleo, há ainda amplas possibilidades de se aumentar a produção, desde que se mantenha o programa de investimentos, o qual contempla até o alcance da auto-suficiência no final da década.

Quanto à hidreletricidade, os cálculos de especialistas indicam que o Brasil dispõe de um potencial aproveitável equivalente a quase sete milhões de barris de petróleo diários, com a vantagem de ser uma geração permanente, inesgotável, pois a água não pára de fluir. O que falta, neste caso, é um plano de investimentos que materialize para o país essa riqueza.



A crise do desemprego massacra o trabalhador brasileiro

trias registrou um aumento do desemprego, em 1990, superior a 14% da força de trabalho do setor.

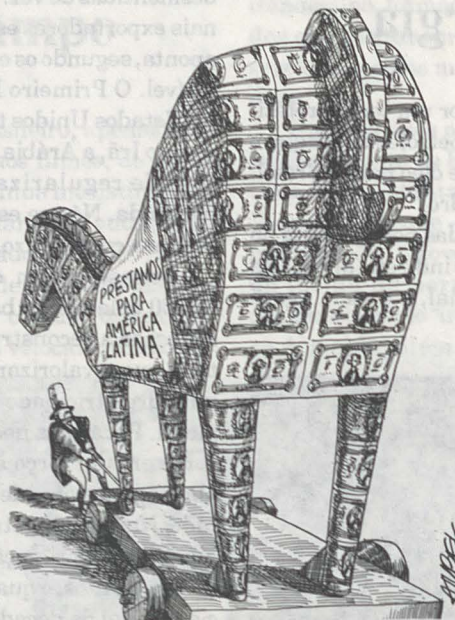
Menos empregos, menos consumo, menos negócios, menos empregos – o círculo vicioso está em plena vigência no Brasil, enquanto a população perplexa não entende o objetivo dessas políticas. O pára-quadras vai abrir em algum momento ou a queda livre vai se consumir?

Talvez, mais preocupado que o mundo político, esteja o mundo médico: que doenças – epidemias? – podem assolar as crescentes e emocionalmente abaladas multidões de famintos?

## Guerra da dívida

A dívida externa brasileira tem ocupado um espaço lateral e cada vez menor nas preocupações imediatas da população. Fala-se pouco desse tumor que cresce na garganta do Brasil e sufoca a respiração nacional. Fala-se pouco, mas o câncer está lá, atuante e irremovível, com o peso de sua massa superior aos 110 bilhões de dólares.

Para o professor Orlando Valverde, trata-se de dívida ilegítima, formada pelo regime militar, para usufruto de setores que não representam o povo brasileiro. "Os que tomaram o poder em 1964 e praticaram a política de endividamento contaram com o apoio dos Estados Unidos. Os banqueiros sabiam que se



tratava de governos ilegítimos, quando decidiram contratar seus empréstimos. Foram cúmplices do endividamento. Quando estive em Washington, no ano passado, tive oportunidade de falar ao rádio e lembrei que a dívida brasileira foi a maior operação de agiotagem da história mundial. E disse também que o Primeiro Mundo é rico, porque o Terceiro Mundo é pobre. Vi, na capital norte-americana, manifestações da juventude contra o Banco Mundial-Bird e contra o Fundo Monetário Internacional-FMI. As faixas de protesto diziam que essas instituições são piores que Hitler, que matou centenas de milhares em campos de concentração. O Bird e o FMI, diziam, matam dezenas de milhões pelo mundo afora, principalmente velhos, mulheres e crianças, com sua política financeira. E é, tal como no caso dos nazistas, um crime deliberado", completa o estudioso.

## Ressurge a mata

Um ano e meio depois de uma experiência de semeadura por helicóptero, as encostas da Serra do Mar, na região de Cubatão, em São Paulo, apresentam um novo aspecto, com a cobertura vegetal que se vai formando. As árvores já chegam a quase um metro e meio de altura e a vegetação rasteira também se recompõe, permitindo aos técnicos envolvidos na experiência prever pleno sucesso no reflorestamento daquele trecho, considerado a ponto de deslizar inteiramente. Na área, foram despejadas de helicóptero cerca de dois bilhões de sementes, principalmente de samambaia e sibipiruna.

A resposta da natureza anima os técnicos da Secretaria de Meio Ambiente de S. Paulo. Há planos de estender a experiência a outros pontos do Estado, no qual restam apenas três por cento da cobertura vegetal primitiva.

Mas, os problemas ambientais continuam a agravar-se, em decorrência da poluição atmosférica, produzida pela frota de veículos com a queima de combustíveis fósseis, e a poluição hídrica, causada pela ausência de tratamento adequado para os esgotos e pela insuficiência da coleta do lixo.

## Livro em crise

Caótica política cultural do governo Collor estrangula, entre vários setores, também o do livro infantil. A Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil-FNLIJ vem revelando suas dificuldades, que estão levando a iniciativa à beira da falência.

Maior acervo de literatura para crianças e jovens da América Latina, com 27 mil livros, a entidade foi vitimada pelo Plano Collor de maneiras variadas: de um lado, pela ausência de um projeto cultural do novo governo, que se esmerou, ao contrário, em desarticular o que existia, em todas as áreas, sob o argumento de redução de gastos e de mudança de práticas; de outro lado, pelos efeitos das medidas gerais impostas à economia, que levaram o país à recessão, obrigando o setor privado a se retrair nos investimentos de apoio cultural.

O livro infantil e juvenil viu-se acossado de ambas as maneiras e os mantenedores de sua fundação ficaram reduzidos a apenas dois, a Price Waterhouse e a Editora Ebal. Todos os demais desligaram-se da iniciativa cultural, em razão do novo quadro da economia nacional, dominado pela retração dos negócios.

A situação mais uma vez comprova que não se pode jogar sobre os ombros da iniciativa privada a responsabilidade pela ação cultural de uma nação. A tarefa, ao lado da educação, é basicamente dever do Estado, sob pena de se deixar ao sabor de eventuais períodos de prosperidade e generosidade a evolução da cultura no país.



## Envenenando

Os agrotóxicos continuam a agir impunemente no campo brasileiro. Fazendo a fortuna dos laboratórios, os produtos contra pragas das plantações têm aplicações indiscriminadas e incorretas, resultando em contaminação dos produtos levados aos mercados, atingindo os consumidores, e no envenenamento dos agricultores que os manipulam, em geral sem as instruções básicas.

As seguidas denúncias desse descaso generalizado obtiveram uma confirmação científica, com a pesquisa realizada pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural-Emater de Minas Gerais: 45% dos agricultores das regiões pesquisadas apresentavam níveis excessivos de contaminação por manejo inadequado de agrotóxicos. Dos que foram

ouvidos pelos pesquisadores, 35% disseram sofrer de dores de cabeça, 21% têm tonteiras, 12% apresentam abalos musculares, 9% têm vômitos e 4,5%, diarreia freqüente.

O ensino da aplicação correta dos agrotóxicos passará a ser uma preocupação da Emater mineira, que constatou que os agricultores não estão alertados para os mínimos cuidados pessoais, quando jogam os venenos na plantação. Cerca de 40% fazem a aplicação vestindo apenas calções, o que facilita a absorção dos produtos químicos pelo organismo, através da pele. Somente 10% fazem uso dos trajés adequadamente, incluindo máscara.

Esta é mais uma forma de modernização do campo brasileiro, sem proveito para os trabalhadores e para a comunidade: a produtividade cresce com o fim das pragas, mas o consumidor passa a receber produtos contaminados, colhidos por agricultores envenenados, que não recebem o devido tratamento de saúde e que logo se vêem incapacitados para o trabalho. Quem lucra?



## Exercício sem competência

Se existe um tipo de sacerdócio cada vez mais discutido, este é o da medicina. Campo invadido pelas práticas puramente comerciais, a arte de curar vive cercada, hoje em dia, de suspeitas e denúncias.

Agora, a denúncia parte do próprio Conselho Regional de Medicina de São Paulo, que localizou o mal que corrói a credibilidade da profissão e põe em risco permanente a saúde da população e a vida dos doentes. Segundo o CRM paulista, 60% dos médicos recém-formados não têm capacidade de clinicar, por in-

suficiência de aprendizado. Apesar dessa constatação, o órgão é obrigado a conceder registro profissional aos diplomados pelas faculdades. E assim, mesmo reprovados por um órgão da categoria — aliás, freqüentemente apontado como protetor de profissionais denunciados por pacientes —, esses médicos incompetentes são lançados no mercado da saúde.

A prova a que o CRM e a Associação Paulista de Medicina submeteram 1.087 médicos, maioria de recém-formados (647 outros inscritos desistiram previamente), foi de múltipla escolha e exigia um acerto mínimo de 50% para que o candidato fosse considerado aprovado. Mesmo assim, 60% desses médicos com diploma debaixo do braço não conseguiram acertar metade das

perguntas.

Ao anunciar os resultados, Assaf Habda, presidente do CRM paulista, historiou os problemas que cercaram a avaliação: além da má vontade de direções de faculdades, a entidade também enfrentou a condenação por parte do Conselho Federal de Medicina, que nega qualquer valor a esse tipo de exame de conhecimentos.

“São resultados assustadores. Com eles, vamos conversar com as direções das escolas de medicina do país, pois está claro que o nível do ensino médico chegou a um nível inadmissível”, disse Assaf Habda.

O despreparo dos formados atesta a má qualidade do ensino ministrado pela maioria das 80 escolas de medicina existentes no país, e deixa à vista o pouco zelo das autoridades educacionais e médicas com a formação dos novos profissionais. Fica mais claro, então, que a desorganização da saúde pública está relacionada com o avanço irresistível do comércio médico, que conta com crescente número de empresas, e com a má formação de profissionais. E a essa má formação profissional corresponde uma formação moral incompleta para o exercício da função, fechando o círculo, que, com mais algum tempo, poderá tornar definitivamente calamitoso o atendimento médico à população brasileira.

# O diálogo democrático

Neiva Moreira

A discussão sobre a união nacional não provoca o interesse do meio político nem sensibiliza o povo. No fundo, é uma iniciativa que se choca com o clima democrático que, com carências e debilidades, estamos vivendo.

A união nacional é um instrumento supremo de que se valem os povos, em momentos decisivos – quase sempre relacionados a guerras e invasões, como na Inglaterra de 1940 –, ou de catástrofes incontroláveis.

Superado o perigo da ocupação alemã, terminada a Segunda Guerra, os ingleses voltaram ao confronto democrático e Winston Churchill, o herói e símbolo da resistência nacional, foi derrotado nas urnas pelos trabalhistas.

No Brasil, temos uma ameaça de guerra urbana, um dramático confronto no campo e milhões de pessoas, sobretudo crianças, sucumbindo no silêncio e no abandono. Mas, não seria com a união formal dos partidos que se solucionariam esses dramáticos problemas. Seria mais positivo o confronto democrático aberto e franco, que auspiciasse a definição de responsabilidades e abrisse caminho a soluções justas e eficazes. União nacional em torno de quê e para quê? Para promover o desenvolvimento e o bem-estar do país? Todos dizem que estão de acordo, e não há um só político ou economista brasileiro que não se diga a favor do desenvolvimento e do combate à inflação.

Nos períodos em que exerci mandatos parlamentares, não era comum essa discussão sobre união nacional, ao nível em que se projeta a atual. E, quando foram tentadas, não encontraram ressonância maior. Mas, todas as vezes em que se armaram esses acordos interpartidários, de cúpula, em nome do entendimento nacional e dos interesses coletivos, foi sempre o povo que pagou a fatura.

Admitamos, no entanto, que, com o nome de união nacional ou outra forma de entendimento nacional, governo e oposição avancem para um acordo. Como se posicionariam o PMDB, o PSDB e a esquerda, em face de problemas concretos, como a abertura ilimitada e desestabilizadora ao mercado externo, a desnacionalização da economia, as privatizações, o achatamento salarial, o abandono da agricultura e outros temas, que dividem, atualmente, os políticos e o Congresso? Devemos esperar que, por um mínimo de coerência, mantivessem suas posições, muitas das quais frontalmente contraditórias? Como ficaria a união nacional?

Se o senhor Collor fala em diálogo, em ouvir as correntes contrárias e, sobretudo, em ceder, quando seus projetos não encontram apoio na opinião pública ou no Congresso, então esse gesto pode ser positivo e fortalecerá a democracia. Abafar o debate, criar mecanismo para que os setores dominantes da sociedade imponham sua vontade, seria um retrocesso que só ajudaria a acelerar a crise e a aumentar as tensões.

Nos raros momentos em que o Congresso derrotou proposições do governo, os resultados foram positivos. O próprio executivo tentou encontrar fórmulas mais próximas do sentimento do país.

O que se quer, o que é essencial ao processo democrático e favorece soluções mais adequadas aos nossos problemas, é o diálogo. Um diálogo que respeite a oposição, os pontos de vista contrários. Mais do que isso, uma atitude aberta e flexível do executivo, renunciando aos fatos consumados, a comportamentos exclusivistas e à imposição de decisões contrárias ao pensamento e às aspirações das maiorias.

Essa nova política é urgente e essencial. \*

# ANGOLA

## terra da liberdade



TAAG - Av. Presidente Vargas 542/1603  
telefones: 263-9711, 263-4988, 263-4911  
telefones Aeroporto Internacional: 398-3112 e 398-3113

**LUANDA / RIO:**

**SÁBADO:**

Saída / Luanda: 12:30

chegada / Rio: 17:00

**RIO / LUANDA:**

**DOMINGO:**

Saída / Rio : 16:30

Chegada / Luanda: 04:30

(dia seguinte)



# TAAG

**LINHAS AÉREAS DE ANGOLA**

**A Serviço da Reconstrução Nacional**



**Rio, o Brasil  
de braços abertos.**



PREFEITURA  
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO